



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXVIII Nº 99, TERÇA-FEIRA, 20 DE JUNHO DE 2023

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)

Presidente

Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL)

2º Vice-Presidente

Senador Rogério Carvalho (PT-SE)

1º Secretário

Senador Weverton (PDT-MA)

2º Secretário

Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)

3º Secretário

Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1ª - Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP)

2ª - Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC)

3ª - Senador Dr. Hiran (PP-RR)

4ª - Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Gustavo Afonso Sabóia Vieira

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Paulo Max Cavalcante da Silva

Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho

Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Quesia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Gleison Carneiro Gomes

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 70ª SESSÃO, ESPECIAL, EM 19 DE JUNHO DE 2023

1.1 – ABERTURA	8
1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO	
Destinada a celebrar o jubileu de diamante de 75 anos da Sociedade Bíblica do Brasil - SBB, nos termos do Requerimento nº 344/2023, do Senador Zequinha Marinho e de outros Senadores.	8
1.2.1 – Interpretação do Hino Nacional Brasileiro pela Sra. Lilian Duarte	8
1.2.2 – Discurso da Presidência (Senador Zequinha Marinho)	8
1.2.3 – Exibição de vídeo institucional	9
1.2.4 – Leitura Bíblica em Braile pelas Sras. Noeme Rocha e Rose Cardoso	10
1.2.5 – Oradores	
Senador Carlos Viana	10
Senadora Damares Alves	12
Sr. Ronaldo Fonseca, ex-Deputado Federal	14
Sr. André Mendonça, Ministro do Supremo Tribunal Federal	14
Sr. Elias Castilho, Diretor Regional da Sociedade Bíblica do Brasil (SBB)	16
Sr. Bruno Silva, Promotor Institucional da Sociedade Bíblica do Brasil (SBB)	17
Sr. Gibson Santos, Secretário Regional da Sociedade Bíblica do Brasil (SBB)	17
Sr. Erní Seibert, Diretor-Executivo da Sociedade Bíblica do Brasil (SBB)	19



1.2.6 – Entrega de certificados em homenagem aos trabalhos realizados na Sociedade Bíblica do Brasil - SBB	22
1.2.7 – Interpretação das canções “A mensagem da Cruz” e “Grandioso és Tu” pela Sra. Lilian Duarte	22
1.3 – ENCERRAMENTO	22
2 – ATA DA 71ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 19 DE JUNHO DE 2023	
2.1 – ABERTURA	24
2.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
2.2.1 – Oradores	
Senador Paulo Paim – Preocupação com a situação de calamidade pública vivenciada pelo Estado do Rio Grande do Sul em decorrência da passagem de um ciclone extratropical. Elogios ao Governo Lula e defesa de projetos que visem fomentar a inclusão social e o desenvolvimento.	24
Senador Eduardo Girão – Convite para a 16ª edição da Marcha Nacional pela Vida. Indignação com diversas condutas do Ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, Silvio Almeida. Censura ao STF por supostamente usurpar a função legislativa do Congresso Nacional.	28
Senador Izalci Lucas – Comentários favoráveis à retirada do Fundeb, que promove o financiamento da educação básica pública, e do Fundo Constitucional do Distrito Federal do texto do Projeto de Lei Complementar nº 93/2023, que institui o novo arcabouço fiscal no Brasil. Cobrança pela votação na CMO, do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 2/2023, que dispõe acerca do reajuste salarial das forças de segurança pública do DF.	32
Senador Marcos do Val – Indignação com as operações de busca e apreensão feitas pela Polícia Federal em endereços residenciais e funcionais ligados à S. Exa. e defesa contra acusações de promover ataques ao Judiciário nas redes sociais e de publicar notícias falsas.	38
Senador Astronauta Marcos Pontes – Críticas à operação da Polícia Federal, que cumpriu mandados de busca e apreensão nos endereços do Senador Marcos do Val, por supostamente colocar em risco a democracia e o equilíbrio dos Três Poderes da República.	44
2.2.2 – Convocação de Sessões	
Convocação de sessão de premiações e condecorações para 20 de junho de 2023, às 9 horas, destinada ao Prêmio Adoção Tardia	49
Convocação de sessão deliberativa ordinária para 20 de junho de 2023, às 14 horas	49
2.3 – ENCERRAMENTO	49

PARTE II

3 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

3.1 – EXPEDIENTE

3.1.1 – Comunicações

Da Liderança do Bloco Parlamentar Aliança, de substituição e indicação de membro na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Ofício nº 31/2023).	51
--	----



Da Liderança do Bloco Parlamentar Vanguarda, de indicação de membros para integrar a Comissão de Defesa da Democracia (Ofício nº 17/2023).	52
Da Liderança do Bloco Parlamentar Vanguarda, de indicação de membros para integrar a Comissão de Comunicação e Direito Digital (Ofício nº 18/2023).	53
Da Liderança do Bloco Parlamentar Resistência Democrática, de desligamento da Senadora Eliziane Gama da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Ofício nº 72/2023).	54
3.1.2 – Projetos de Lei	
Nº 3135/2023, do Senador Carlos Viana, que <i>altera o inciso I do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação da conta vinculada do trabalhador no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) na hipótese de pedido de demissão</i>	56
Nº 3141/2023, do Senador Sérgio Petecão, que <i>cria o Programa Cartão Reconstruir e dá outras providências</i>	60
3.1.3 – Projeto de Resolução	
Nº 67/2023, do Senador Nelsinho Trad, que <i>institui a Frente Parlamentar Mista pelo Fortalecimento da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)</i>	74
3.1.4 – Requerimentos	
Nº 595/2023, da Senadora Daniella Ribeiro, de informações ao Ministro de Estado da Fazenda.	79
Nº 596/2023, do Senador Jorge Kajuru, de retirada do Projeto de Lei nº 986/2022.	84
<i>Deferimento do Requerimento nº 596/2023</i>	86
Nº 598/2023, do Senador Carlos Portinho, de oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei Complementar nº 93/2023.	87
Nº 599/2023, do Senador Hamilton Mourão, de informações ao Ministro de Estado das Comunicações.	90
Nº 318/2023-CDIR, do Senador Ciro Nogueira, de autorização para desempenho de missão, a fim de participar da Sessão Comemorativa do Dia Internacional do Parlamento junto com o 134º aniversário da União Interparlamentar, em Lisboa, Portugal.	96
Nº 322/2023-CDIR, do Senador Ciro Nogueira, de retirada do Requerimento nº 318/2023-CDIR.	99
<i>Deferimento do Requerimento nº 322/2023-CDIR</i>	101
3.1.5 – Término de Prazos	
Término do prazo, em 16 de junho de 2023, para apresentação de emendas aos Projetos de Lei nºs 2796/2021; 710 e 2201/2022. <i>Apresentadas quatro emendas ao Projeto de Lei nº 2796/2021; e duas emendas ao Projeto de Lei nº 2201/2022</i>	103
Término do prazo, em 16 de junho de 2023, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Lei nºs 4420/2019; 940, 1732, 2610, 2994, 3521 e 3639/2021; e 2260/2022.	123



PARTE III

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	124
5 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA	127
6 – LIDERANÇAS	128
7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	130
8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	135
9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	137
10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	166



Ata da 70ª Sessão, Especial,
em 19 de junho de 2023

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura

Presidência do Sr. Zequinha Marinho.

(Inicia-se a sessão às 10 horas e 19 minutos e encerra-se às 11 horas e 52 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PA. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A presente sessão especial foi convocada em atendimento ao Requerimento nº 344, de 2023, de nossa autoria, aprovado pelo Plenário do Senado Federal naquela ocasião.

A sessão é destinada a celebrar o jubileu de diamante de 75 anos da Sociedade Bíblica do Brasil.

A Presidência informa que esta sessão contará com a participação dos seguintes convidados: Exmo. Sr. Ministro André Mendonça, Ministro do Supremo Tribunal Federal; Sr. Reverendo Erní Seibert, Diretor Executivo da Sociedade Bíblica do Brasil (SBB); Pastor Elias Castilho, Diretor Regional; Sr. Pastor Gibson Santos, Secretário Regional; e Sr. Pastor Bruno Silva, Promotor Institucional.

Neste momento, quero convidar a todos para, em posição de respeito, acompanharmos o Hino Nacional, que será executado pela cantora Lilian Duarte.

Anuncio ainda os alunos do Curso Técnico de Administração do Senac, unidade Setor Comercial Sul de Brasília.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para discursar - Presidente.) – Minhas senhoras e meus senhores, a Sociedade Bíblica do Brasil, neste ano, completa 75 anos e comemora, portanto, seu jubileu de diamante. Fico feliz por termos esta oportunidade de expressar nosso reconhecimento e nossa admiração por sua história e por sua atuação, que vai muito além da nobre finalidade de disseminar a palavra de Deus por meio da divulgação da Bíblia Sagrada.

A Bíblia, para os cristãos, é mais do que o registro das escrituras sagradas, nas quais o fiel baseia a sua fé. Ela transcende, na verdade, os limites da fé e é um dos grandes pilares espirituais da humanidade, independentemente do tipo de adesão que inspira no seu leitor. Trata-se, de fato, de um instrumento de transformação. Sua leitura inspira, transforma, promove o crescimento espiritual. É, por excelência, “o” Livro, e, como tal, é um alicerce.

No ano passado, a Sociedade Bíblica distribuiu mais de 6,6 milhões de Bíblias, entre edições impressas e digitais. Juntando tudo o que é editado pela instituição, como livros infantis, folhetos evangélicos e outros, o total ultrapassa os 95 milhões de materiais relacionados com a Bíblia, impressos ou baixados digitalmente da internet.

Mas, como disse, a atuação da Sociedade Bíblica do Brasil visa, além dessa finalidade, em si mesma já altamente meritória, atuar ainda na assistência social e na divulgação cultural, mantendo diversos programas de assistência e de assessoramento, além de um museu e um centro cultural.

Em 2022, centenas de milhares de pessoas foram alcançadas pelas ações de promoção social da Sociedade Bíblica do Brasil. Como sempre, o alvo é o desenvolvimento integral da pessoa – integral e integrado, atendendo a suas necessidades básicas e emergenciais e a suas necessidades espirituais.

O conforto da assistência social e espiritual provido pela Sociedade Bíblica do Brasil foi especialmente valioso nos anos marcados pela dor e pelo sofrimento causados pela pandemia da covid-19. Em 2022, foram quase 630 mil pessoas que tiveram suas vidas tocadas pela ação assistencial da Sociedade Bíblica do Brasil.

Indo além, a sociedade patrocina também atividades de capacitação e de treinamento por meio de programas, como o Assessorar para Fortalecer, que atingiu mais de 400 mil pessoas no ano passado. Compartilhando sua experiência e o reconhecimento acumulado ao longo de suas mais de sete décadas de história, capacitou e treinou mais de 4 mil pessoas ligadas a 648 organizações da sociedade civil. Todo esse trabalho beneficente é diretamente inspirado pelo desejo de espalhar a palavra de Deus, espalhar a



palavra, dizia Cristo, inspirando seus discípulos, como é semear: semear a bondade, semear a paz, semear a boa vontade entre os homens, semear a prosperidade.

Em seus 75 anos de história, a Sociedade Bíblica do Brasil não parou de plantar e semear, levando, junto com a Bíblia e a palavra, o amparo e o conforto a todos os que dela necessitam. E os que necessitam somos todos nós, os que buscamos o progresso espiritual e a plena realização do nosso potencial moral.

Por tudo isso, devemos ser profundamente gratos por esse trabalho incansável, inspirado pela fé e movido pelo desejo de espalhar a verdade, a paz e a felicidade que a Sociedade Bíblica do Brasil realiza há 75 anos.

Quero aqui me congratular com todos os que fazem parte dessa bela e inspiradora história e manifestar minha profunda admiração pelo trabalho que realizam.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

Nós queremos chamar a atenção de todos para assistirmos a um vídeo institucional.

Antes, porém, eu quero aqui cumprimentar o nosso querido amigo, Pastor, ex-Deputado Federal Ronaldo Fonseca, está aqui à nossa esquerda; o Pastor Bruno, o Pastor Elias Castilho, que estão aqui também; a nossa querida Senadora Damares Alves, Senadora militante, cristã, atuante nesta Casa.

Quero registrar também a presença aqui de vários outros pastores e autoridades que nos rodeiam neste momento: Severino Azevedo, Embaixador da Paz, que está aqui conosco; Ronaldo Silva, Presbítero da Igreja Pentecostal Brasileira Independente; Cacildo Sena, líder comunitário; Pastor José Oliveira, da Assembleia de Deus (Adet); Pastor Leonardo Manguiera, também da Adet; Pastor José Gomes, da Assembleia de Deus de Brasília; Pastor Mateus Xavier; Pastor Silas Pereira; Pastor Wagno Victor; Pastor Nicson Torres; Pastor Paulo Lomba – o Paulo Lomba aqui representa o Senador Magno Malta; Pastor Carlos Leite, também da Adet; Pastor Ruimar Fonseca – queria saber onde está o Pastor Ruimar, só um sinalzinho. Muito bom revê-lo. Que Deus te abençoe! Depois nós vamos ao Marajó. O Pastor Ruimar já fez uma aventura comigo lá no Pará de barco –; Pastor Aniceto Moura; Pastor Edson de Moura; Pastor Antônio Pereira Marinho; Pastor Eliseu Bonfim; Pastor Hilário Pereira; Pastor Walter Isaac, Ministério Geral Brasil; Pastor Leyvison, do Ministério Mensageiros de Cristo. Nas pessoas desses que nós mencionamos, queremos abraçar, cumprimentando todos os outros, dizer da alegria, da honra, de poder tê-los conosco. Sei que hoje é uma segunda-feira, todo mundo correndo atrás das suas obrigações e compromissos, mas os senhores tiraram um tempo para que a gente viesse aqui agradecer a Deus por essa instituição tão maravilhosa que o Senhor permitiu se instalar no Brasil, que tem sido um suporte extraordinário para a obra de Deus, não só aqui no Brasil, mas em toda a América do Sul e no resto do mundo.

É uma alegria muito grande poder celebrar e aqui, no Senado Federal, a Casa da Federação brasileira, dos estados – e aqui é gente de todos os lugares –, poder parar um pouco para fazer esse registro, para que ele possa entrar para os *Anais* da história do Congresso Nacional através do Senado.

Agora, portanto, nós vamos então assistir a esse vídeo institucional da nossa querida SBB.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Que lindo trabalho!

Eu quero, com muito prazer, neste momento, apresentar o Sr. Daniel Zonshine, Embaixador de Israel aqui no Brasil, que está nos prestigiando nesta solene sessão.

Por favor. (*Palmas.*)

Bem-vindo entre nós nesta oportunidade.

Queridos, neste momento eu quero convidar a Sra. Noeme Rocha, que fará uma leitura bíblica em



braile, e estará acompanhada da Coordenadora dos Projetos Sociais da SBB, Sra. Rose Cardoso. (*Pausa.*)

A SRA. ROSE SANTOS CARDOSO – Senhoras e senhores, bom dia a todos e a todas.

Eu me chamo Rose Santos e convido a Sra. Noeme Rocha, beneficiária do projeto Acolher a Pessoa com Deficiência Visual, aqui em Brasília, para fazer a leitura da Bíblia em braile.

A SRA. NOEME ROCHA – O.k. Obrigada.

Aqui a Bíblia, essa Bíblia que eu tenho o privilégio, a emoção, a alegria... Gente, quando eu fiquei cega, era a minha dificuldade, a minha ansiedade era muito grande porque eu ia ficar sem ler a Bíblia. Isso me incomodava muito e, quando eu comecei a ler em braile, a primeira coisa que eu fiz foi ir à Sociedade Bíblica e comprar uns livros em braile. Então, graças a Deus, fui alcançada por esse programa tão maravilhoso da Sociedade Bíblica do Brasil, que é o Acolher.

Muito obrigada.

Vou ler agora aqui a Bíblia, à p. 278, o salmo que vou ler é o Salmo 126, Capítulo 126 e os Versículos 5 e 6: “Aqueles que saem chorando façam a colheita com alegria. Aqueles que saíram chorando, levando a semente para semear, voltarão cantando, cheios de alegria, trazendo nos braços os feixes da colheita”.

Olha que maravilha! Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Esse é um trabalho diferenciado, não é, Diretor? Quem diria? Mas Deus é maravilhoso.

Eu quero registrar e apresentar aos senhores também nosso querido Senador Carlos Viana, mineiro – uai! –, gente boa, nosso irmão, Presidente da Frente Parlamentar Evangélica aqui do Senado Federal. (*Palmas.*)

Com muita alegria, também, concedo-lhe a palavra, para que faça o seu pronunciamento, neste momento.

Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - MG. Para discursar.) – O meu bom dia a todos os irmãos e as irmãs. Saúdo-os com a paz do Senhor Jesus.

Ao nosso Senador Zequinha Marinho, nosso capelão da Frente Parlamentar Evangélica do Senado Federal, um trabalho que Deus nos permitiu e tem nos usado para abrir, nesta Casa, a minha saudação e o meu agradecimento.

Quero saudar também todos os presentes na mesa: o Reverendo Erní, com quem já tive oportunidade de conversar; o nosso Ministro André Mendonça; o nosso Pastor Santos, que está aqui, o meu agradecimento. E quero saudar também, em especial, o Pastor Ronaldo, da nossa CGADB, Convenção Geral das Assembleias de Deus, cujo aniversário de 112 anos estamos comemorando. Já tivemos a oportunidade de uma sessão especial, aqui na Casa.

Saúdo o nosso Embaixador de Israel, Daniel Zonshine. Shalom, seja muito bem-vindo, mais uma vez; a Senadora Damares, pois é uma alegria vê-la sempre conosco aqui; o Pastor Shalom, nosso querido, sempre defensor das nossas reuniões, que me deu a alegria de organizarmos o Grupo Parlamentar Brasil-Israel.

A todos os pastores, pastoras e missionários peço que Deus abençoe a cada um e a cada uma.

Irmãos, eu sou um homem da comunicação. Hoje estou político, estou no Senado, mas eu vim da comunicação. Trabalhei, por 23 anos, como jornalista, radialista, professor universitário, especialista em estratégia de comunicação e administração. Tenho projetos, que Deus me deu, muito bem-sucedidos na área da televisão brasileira e do rádio.

A Bíblia, para cada um de nós, traz um aspecto diferente, de acordo com a nossa visão de mundo. E, na minha visão de mundo como comunicador, Jesus é algo excepcional, maravilhoso, como em todas as coisas, mas, na comunicação, é um ponto que a gente precisa chamar a atenção, porque ele sabe conversar



com cada uma das pessoas, de acordo com o que cada uma das pessoas entende daquele mundo e precisa ouvir, para entender a mensagem dele.

Para cada tipo de pessoa, desde a viúva com o filho, desde a mulher do fluxo de sangue, desde os Senadores do Sinédrio, Jesus conversa com cada um deles de uma forma muito especial. Eles, inclusive, confundem-se quando ele fala “você têm de nascer de novo” a doutores. Eles dizem: “Como podemos nascer de novo da barriga de nossa mãe?”. Homens cultos, doutos, a quem Jesus consegue, no conhecimento dele, levar uma palavra acima de todo o conhecimento que eles já tinham acumulado.

Uma das passagens mais interessantes sobre a herança que os livros deveriam nos deixar, que é uma herança da Torá, está no Evangelho de Lucas, no 19,40, quando Jesus se aproxima de Jerusalém e a multidão grita por ele. Grita: “Jesus! Hosana ao Filho de Davi!”. Os sacerdotes e apóstolos dizem: “Manda que eles se calem!”. E Jesus responde para eles: “Se eles se calarem, as pedras clamarão”. Ali, nasce a responsabilidade de todos aqueles que acreditam nesta mensagem de praticar o que de essencial nós temos desde a promessa a Abraão, aos profetas, o Verbo, a promessa que se tornou carne, que se tornou verdade. “O Verbo se fez carne e habitou entre nós”.

Isso é algo especial sobre a comunicação, sobre a nossa boca, sobre o nosso conhecimento, sobre o nosso falar com os outros.

Assim foi, quando Paulo se preocupou e se lembrou dos pergaminhos – esqueci os pergaminhos, manda buscá-los urgentemente –, porque eles eram o testemunho de tudo aquilo que estava naquele tempo e que deveria ser passado às futuras gerações.

Hoje, a Sociedade Bíblica do Brasil cumpre com esse papel.

Eu uso esta tribuna para falar de coisa boa, coisa muito boa mesmo, rara: falar sobre o jubileu de diamante, a comemoração dos 75 anos de existência de uma sociedade munida da missão mais linda que conheço, a de divulgar a palavra do Altíssimo.

Refiro-me e dou os parabéns a todos aqueles que construíram os 75 anos da Sociedade Bíblica do Brasil.

Todos os começos são cercados de insegurança, mas a história, quase sempre, prova que as dificuldades iniciais de qualquer instituição são pouco significativas quando comparadas com os frutos gerados.

No caso da SBB, esses frutos são capazes de saciar as diversas fomes de muitos brasileiros, especialmente dos mais carentes em assistência social, filantropia e cultura.

O Estado é laico. Ele respeita todas as religiões, e assim temos de preservá-lo. É fundamental que todo Estado tenha a separação das religiões. Mas as pessoas têm a sua espiritualidade, as suas crenças, os seus valores, que também têm que ser respeitados, em toda a sua essência. Uma democracia, uma civilização se faz quando todos podem professar a sua fé em liberdade, sem nenhum tipo de perseguição ou preconceito.

Qualquer que seja o tipo de crença que se propague, religião e história se encontram. Ao facilitar o acesso dos brasileiros à Bíblia, a SBB leva até as pessoas uma palavra de amor, de esperança, baseada em um dos nossos mais importantes registros históricos.

Ao contar a história de Jesus Cristo e suas repercussões, a Bíblia permite que tenhamos acesso a diversos contextos históricos que poderiam ter se perdido no tempo, mas, graças à finalidade religiosa do livro sagrado, foram preservados por registro escrito e nos presenteiam com a possibilidade de conhecimento.

Em tempos difíceis como o que nos foi imposto pela pandemia da covid-19 e as consequências, a esperança e a fé foram alentos que nos dão serenidade para perceber que os dias ruins também passam e que dias melhores sempre virão.

Quantas histórias comoventes de superação já ouvimos sobre o poder que tem a leitura do Evangelho?



Pessoas que se encontraram no caminho do bem, da honestidade, após receber da SBB um exemplar da Bíblia e, de maneira autodidata, encontram a luz que precisavam nas escrituras? Quantos casos de pessoas que se fortaleceram no espírito com a leitura bíblica proporcionada pela SBB e conseguiram abandonar os vícios?

Eu mesmo, Reverendo Erní, tenho um caso de um pastor que conheci, Zequinha, que furtou uma Bíblia dentro da penitenciária, depois do culto. Não era convertido, não era nada, o pastor deixou a Bíblia, ele foi lá e furtou a Bíblia do pastor. E se tornou um grande missionário entre os presos. Foi um furto dos mais abençoados. Antes dele, só Dimas no calvário, o bom ladrão.

Sras. Senadoras e Srs. Senadores, todos os presentes, entre os muitos serviços que a SBB oferece à população, quero destacar dois que considero especialmente tocantes.

O primeiro é o programa de alfabetização de adultos, que me emociona profundamente: não basta colocar luz no mundo, às vezes é preciso ajudar os vulneráveis a enxergá-la. Este, inclusive, é um dos grandes feitos do Evangelho: reduzir o número de pessoas que não são capazes de ler e entender o mundo em que elas se encontram.

O segundo atributo que destaco é sua onipresença geográfica. A SBB leva à risca a meta de levar a Palavra a todas e a todos. A capilaridade e a abrangência do programa são um exemplo de sucesso logístico que deixa o setor público e o setor privado até encabulados: “Mas como pode?”

Quando Deus quer falar com alguém, Ele, o Altíssimo, faz com que sua Palavra chegue ao destinatário, muitas vezes pelas mãos dos voluntários da SBB, anjos anunciadores – e aqui me permito anunciá-los assim. A existência dos voluntários honra a história da SBB e, certamente mais importante, honra ao Altíssimo.

A SBB é uma instituição profundamente democrática. Não impõe religião, fornece subsídios para que todos possam ter a possibilidade de encontrar conforto na palavra de Deus; para nutrir de esperança a alma, de bondade, o coração e, de sentido, a vida.

Parabéns aos idealizadores, aos funcionários, aos patrocinadores, aos colaboradores da Sociedade Bíblica do Brasil. A missão de vida que vocês escolheram é linda e muito abençoada!

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, e que Deus nos permita ter mais 75 anos levando a palavra de paz, de alegria e de esperança a todos os povos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Senador Carlos Viana.

Neste momento passo a palavra à nossa querida Senadora Damares Alves para que também traga a sua palavra, a sua saudação nesta manhã.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - DF. Para discursar.) – Bom dia, Sr. Presidente Senador Zequinha, Ministro André, meu amigo querido, Pastor Erní, Pastor Gibson, todos os pastores, todos que estão aqui.

Daqui a cem anos, se Jesus não voltar – atenção, Brasil: Jesus vai voltar...

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - DF) – ... este momento vai estar na história do meu país: comemorar 75 anos de uma das mais incríveis e sérias instituições do Brasil. Para aqueles que não conhecem a Sociedade Bíblica e que estão nos assistindo, acessem o *site*, conheçam o trabalho dessa instituição.

O desenvolvimento do meu país está relacionado à Sociedade Bíblica; o Brasil cresce à medida que a Igreja Evangélica cresce. Não é uma coincidência econômica o Brasil crescer economicamente e a Igreja



crescer. Não, é o contrário: a Igreja Cristã trouxe desenvolvimento para o Brasil.

Os especialistas não querem falar sobre isso, mas quando a Sociedade Bíblica decidiu alfabetizar o Brasil?

Eu vim do interior, Senador Zequinha, eu venho lá do interior do Nordeste, onde se veem senhorinhas de 70 anos que nunca tiveram um livro aprenderem a ler aos 70 anos de idade para poder ler a Bíblia sagrada. Foi isso que a Sociedade Bíblica fez no meu país.

O desenvolvimento da minha nação está relativamente ligado à Sociedade Bíblica. Famílias inteiras no interior do meu país não tinham um único livro, não tinham um caderno, mas tinham uma Bíblia sagrada, e os filhos se reuniam à noite com um candeeiro, uma vela, para que o pai lesse a Bíblia, e isso incentivava que todo mundo lesse em casa.

Mas a gente também tem que destacar os trabalhos sociais. Eu sou entusiasta de tudo que a Sociedade Bíblica faz, em especial na região Ribeirinha. No período de pandemia, foi o navio da Sociedade Bíblica que alimentou meu povo na região Ribeirinha. Eu estava lá com vocês. Enquanto Ministra, pude contar com a colaboração da Sociedade Bíblica. A proteção da infância no meu país: Sociedade Bíblica do Brasil. Não dá para falar em ação social, em desenvolvimento, em educação no meu país e não lembrar a Sociedade Bíblica do Brasil.

Parabéns a vocês, que fazem essa instituição tão grande. Parabéns, igreja brasileira, por contar com a sociedade bíblica do Brasil. Parabéns, Brasil, por ter uma sociedade tão séria, uma instituição tão séria.

E quem não conhece, e quem nunca leu a Bíblia, eu faço o convite: leia a Bíblia. Nós temos Bíblias hoje de todas as cores, de todos os formatos, de todos os tamanhos. Temos até Bíblia à prova d'água; pode, sim, ir para a praia e levar sua Bíblia. É isso que Sociedade Bíblica faz, nos oferece as mais incríveis traduções, obras das mais lindas cores, formatos, para todos os públicos, para todas as idades. Temos a Bíblia para a criança, mas temos uma Bíblia descolada para o jovem. Temos a Bíblia para o índio, sim. Nós temos Bíblia traduzida em línguas indígenas no país.

Sociedade Bíblica, parabéns por tudo que vocês têm feito no meu país. E a gente volta nos cem anos aqui, para a gente comemorar o centenário juntos.

Que Deus abençoe a nação brasileira. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Senadora Damares.

Quero chamar agora o Pastor Ronaldo Fonseca, que além de presidir o ministério aqui no Distrito Federal, também aqui representa a Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil, o Pastor Wellington.

Por favor, à tribuna, Pastor Ronaldo.

Enquanto o Pastor Ronaldo chega, eu gostaria de ler aqui o ofício que recebemos do Deputado Silas Câmara. Ele diz:

Ao cumprimentá-lo cordialmente, venho desejar sucesso na “Sessão Solene Destinada a Celebrar o Jubileu de Diamante de 75 Anos da Sociedade Bíblica do Brasil - SBB”.

Por compromissos agendados anteriormente não poderei participar, desta grande homenagem à SBB.

Aproveito o ensejo para renovar protestos de elevada estima e consideração.

[...]

Silas Câmara

[...]

Deputado Federal, Republicanos/AM.



Com a palavra, Excelência.

O SR. RONALDO FONSECA (Para discursar.) – Quero, com muita alegria, cumprimentar o Presidente desta sessão e também o requerente desta sessão, o Senador Zequinha Marinho; cumprimentar o Ministro do Supremo Tribunal Federal, nosso irmão em Cristo, André Mendonça; cumprimentar também o Senador Carlos Viana, nosso amigo; a Senadora Damares, que também está presente; cumprimentar o Diretor Executivo da Sociedade Bíblica do Brasil, o Reverendo Erní Seiberg; o Secretário Regional da Sociedade Bíblica do Brasil, o Pastor Gibson Santos; cumprimentar cada um de vocês; e ter o privilégio e oportunidade, desta tribuna, de poder dizer a cada um de vocês: a paz do Senhor Jesus.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. RONALDO FONSECA – Represento aqui o Pastor José Wellington Bezerra da Costa, nosso Presidente Emérito da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil, e represento também o Pastor Wellington Junior, que é o Presidente da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil.

Venho aqui prestar as minhas homenagens à Sociedade Bíblica do Brasil, que já foi muito bem esclarecida aqui, e este vídeo institucional, por exemplo, deixou muito clara a importância da Sociedade Bíblica do Brasil, que faz uma grande diferença.

Todos nós que estamos aqui estamos porque amamos a Bíblia, estamos porque lemos a Bíblia, estamos porque fomos transformados através da palavra. Está escrito: “E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará”.

Eu queria apenas, resumindo a minha palavra, prestar esta homenagem e dizer o seguinte: a Sociedade Bíblica do Brasil comemora 75 anos – 75 anos – no Brasil. Quantos se levantaram durante todos esses anos para destruir a Bíblia Sagrada? Quantos fizeram esforços hercúleos para destruir a Bíblia Sagrada, a palavra de Deus? Mas, quanto mais avançavam contra a Bíblia, mais a Bíblia avançava crescendo, aumentando, se multiplicando.

Eu li uma manchete, tempo atrás, no *Jornal de Brasília*, de que uma criança estava brincando e um bandido, um ladrão, disputando com a polícia e atirando; e um dos tiros que ele deu pegou a criança que estava no quintal brincando com a sua bicicleta. Quando eu li aquela manchete, eu pensei: se a Bíblia tivesse chegado antes da arma na mão desse cidadão, essa criança estaria viva. Quantos a Bíblia Sagrada salvou? Por isso, prestamos aqui a nossa homenagem. As igrejas Assembleias de Deus do Brasil prestam homenagem sincera e justa à Sociedade Bíblica do Brasil, parabenizando o Senador Zequinha, sempre nesta defesa presente e forte da igreja no Brasil e um representante importante para as Assembleias de Deus no Brasil.

Temos aqui conosco hoje um ministro do Supremo Tribunal Federal. Sabe por que nós temos, aqui nesta sessão, um ministro do Supremo Tribunal Federal, a Corte Suprema desta nação? Eu quero ousar dizer que é porque ele leu a Bíblia, é porque foi transformado pela palavra, é porque foi influenciado pela palavra. Por isso, nós temos a honra de receber aqui um ministro do Supremo Tribunal Federal.

Que Deus abençoe cada um de vocês e que a Bíblia Sagrada continue sendo sempre o maior e o melhor livro na nossa cabeceira! Deus abençoe! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Pastor Ronaldo Fonseca.

Eu anuncio o próximo orador, Ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal.

Por favor, Ministro.

O SR. ANDRÉ MENDONÇA (Para discursar.) – Minha saudação, Sr. Presidente Senador Zequinha Marinho, do meu querido Pará, que não só preside esta sessão, mas também formulou o requerimento nos fazendo lembrar dessa importante data para todos nós; Senador Carlos Viana, que



também compõe esta mesa, querido amigo; querida Senadora e também ex-companheira de ministério Damares Alves, é um privilégio tê-la aqui.

Quero fazer o registro do Reverendo Erní Seibert, que é o Diretor Executivo da Sociedade Bíblica do Brasil; do Pastor Gibson Santos, que é o Secretário Regional da Sociedade Bíblica do Brasil. Também o registro importante do Embaixador de Israel, Embaixador Daniel Zonshine. É um privilégio tê-lo aqui representando o Estado de Israel.

Também pastores, permitam-me cumprimentá-los na pessoa do Pastor Ronaldo Fonseca, que aqui representa não só a Cgadb, mas também uma boa parte da liderança da igreja como um todo, e dizer da minha satisfação de estar aqui.

Hoje não é um dia simplesmente de se reverenciar ou para se reverenciar a Sociedade Bíblica do Brasil ou os 75 anos da Sociedade Bíblica do Brasil, mas, porque as histórias em boa medida se confundem, reverenciar a presença da Bíblia no Brasil, a democratização da Bíblia à população e a sociedade brasileira.

Veja: apenas em 2022, 6,6 milhões Bíblias distribuídas. Todos nós ou quase todos os lares do Brasil têm uma Bíblia.

Certamente, a Bíblia é o livro mais lido nos lares brasileiros, pelas pessoas, pelos cidadãos brasileiros. Todos os domingos, ao menos todas as reuniões, quando não de manhã, de tarde e de noite, pessoas e cidadãos cristãos estão se dedicando à leitura da Bíblia.

O Apóstolo Paulo nos adverte e nos lembra, em Timóteo, que esse texto não é simplesmente um texto de sabedoria, não é simplesmente um texto de instrução. Nós sabemos que a Bíblia também é instrução e que a Sociedade Bíblica trabalha numa perspectiva integral, mas a Bíblia é inspirada por Deus, o seu texto é inspirado por Deus, e é por essa razão e é pelos seus ensinamentos que não só ela é útil para a instrução, para a correção, para a educação na justiça, a fim de que nós pratiquemos as boas obras, aquilo que é correto, mas também é um sinal claro de que, milhares de anos depois, ela continua mais viva do que nunca, transformando vidas, transformando e dando bases sólidas para a nossa sociedade, mantendo a unidade do Corpo de Cristo, mantendo a unidade da igreja, mantendo a unidade de propósitos, de ideais, de valores, e valores que são aqueles que norteiam a nossa vida, norteiam o nosso proceder, que modulam a nossa forma até de ver a sociedade e as dificuldades.

É graças à recordação que a Bíblia nos traz que nós conhecemos a Jesus, conhecemos quem é Deus. Ali estão as definições de que Deus é Eu Sou, de que Jesus é a fonte de água viva, é o caminho, a verdade e a vida, de que Deus amou o mundo, de que Deus deu o seu único Filho para que todo aquele que n'Ele crê não pereça, mas tenha vida eterna. E essas verdades e esses ensinamentos têm transformado a humanidade ao longo dos séculos. E, como bem disse o Pastor Ronaldo Fonseca, nós estamos aqui todos porque sabemos o valor da Bíblia; sabemos que, nos momentos mais difíceis, ali nós encontramos uma palavra de esperança; sabemos que, nos momentos mais alegres, nós precisamos nos lembrar do Criador; sabemos que, nos momentos mais conturbados, ela nos dá paz; sabemos que, nas indefinições e nas circunstâncias da vida, ela nos traz sabedoria e entendimento; sabemos que ela é o elo entre as gerações; e, literalmente, ainda que nós nos calássemos, ela, onde consta a história d'Aquele que é a pedra angular, continuará falando, e as suas pedras continuarão falando, independente de nós. E a Sociedade Bíblica, como eu disse, tem esse marco de democratizar a palavra de Deus no Brasil.

Salvo engano, a maior sociedade bíblica do mundo é a Sociedade Bíblica do Brasil. E é um privilégio, como eu tive, conhecer as instalações em Barueri, com as gráficas, as máquinas trabalhando a todo vapor para que a palavra de Deus chegue até os confins da Terra.

Meu agradecimento a essa instituição, em nome de todos os brasileiros, por manter viva a esperança, através da distribuição da Bíblia Sagrada. Meu muito obrigado. E, para mim, é um privilégio poder



participar desta cerimônia. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Ministro.

Nesse fim de semana, tivemos a grande festa, em Belém, na igreja mãe da Assembleia de Deus, e lá estava o Ministro conosco. O Pastor Samuel fez a reconstituição da chegada dos missionários, em 1910. E fomos lá pegar um solzinho gostoso. Foi muito bom ter o nosso Ministro lá, firme e forte, trajado de roupa de época, daquele tempo.

Muito obrigado pela...

O SR. ANDRÉ MENDONÇA (*Fora do microfone.*) – Eu que agradeço, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – ... presença lá no Pará e aqui com a gente.

Quero convidar agora o Pastor Elias Castilho, que é um dos Diretores Regionais da Sociedade Bíblica.

Enquanto Elias chega à tribuna, eu gostaria aqui também de justificar a ausência do Pastor e Deputado Federal Eli Borges, Presidente da Frente Parlamentar Evangélica lá da Câmara, que tentou muito chegar até aqui, mas não foi possível até agora.

Com a palavra, Pastor Elias Castilho.

O SR. ELIAS CASTILHO (Para discursar.) – Sr. Presidente, Senador Zequinha Marinho, cumprimentando V. Exa., cumprimento os demais Senadores.

À pessoa do nosso Ministro e irmão André Mendonça, obrigado por ter ido também ao melhor estado que existe no Brasil, que é o Pará.

Quero agradecer, Senadora Damares – eu sei que você gostaria de ter nascido no Pará, Senadora Damares, mas o seu coração está ali no Pará também. Minha palavra, primeiramente, é de gratidão, porque, por 75 anos celebrando, semeando a boa palavra no Brasil, nós temos mudado a história de nações.

Eu ontem tive o privilégio de ouvir o Reverendo Erní aqui em Brasília; tive também o privilégio de estar em Goiânia, na Alego, em uma sessão solene também extraordinária; e fui também a São Paulo, sendo muito bem recebido ali, com a equipe da Sociedade Bíblica na igreja pastoreada pelo nosso Pastor, nosso chefe, José Wellington Bezerra da Costa. Eu aprendi muito ontem e creio que ele hoje vai passar um pouco do que ele passou ontem, o Reverendo Erní, sobre o que é Sociedade Bíblica no Brasil.

Eu sou privilegiado, porque, desde a minha infância, ali no Estado do Pará, onde tudo começou, Ministro André Mendonça... Perdoo-me, mas Deus revelou aos batistas que o local seria o Pará. Aleluia! Foi ali que nasceu. E eu vou dar nome: ali é a igreja mãe, ali onde tudo começou. Mas, claro, eu jamais vou pecar por omissão de dizer que tudo começou graças aos batistas, aos nossos irmãos batistas, porque foram eles que, movidos pelo Espírito Santo de Deus, foram sensíveis ao coração de Deus – e isso que é preciso para nós – e ouviram, foram obedientes à Palavra. Nada é maior do que a Palavra.

Permita-me citar o Salmo 119, que também diz que “é lâmpada para os meus pés”, Senador Zequinha Marinho. Ela é, sim, lâmpada para os nossos pés.

Então, você que ainda não conhece melhor a Sociedade Bíblica do Brasil, você, que mora em Brasília, visite a nossa Sociedade Bíblica aqui na L2 Norte. O auditório é uma maravilha!

A Sociedade Bíblica tem feito um trabalho que não se mede. Então, nesta manhã gloriosa, 75 anos, jubileu, já foi profetizado e nós vamos estar aqui, sim, Senadora Damares, para celebrar cem aninhos de Sociedade Bíblica do Brasil, Reverendo Erní.

E me permita aqui também não omitir o nome que, aqui e aonde sempre eu vou e falo sobre a nossa Sociedade Bíblica, vamos lembrar sempre: aquela menina chamada Mary Jones.



Quem aqui ouviu a história desta menina chamada Mary Jones?

A nossa irmã deficiente visual já levantou a mão. Parabéns a ela e a alguns da SBB.

Então, eu vou deixar também um desafio a vocês, os presentes e os que nos ouvem através dos meios de comunicação desta Casa: vão ao Google e leiam também a história dessa menina e o que ela fez para adquirir, Ministro André Mendonça, o seu exemplar da Bíblia Sagrada! Foi difícil, mas ela conseguiu.

Então, aqui a nossa palavra de gratidão pelos 75 anos da Sociedade Bíblica do Brasil.

Quero aproveitar, naturalmente... Como eu disse, nós já estivemos na Alego, em Goiânia, fomos a São Paulo e estamos no Senado da República. E muito nos orgulha, Senador Zequinha Marinho, celebrar esses 75 anos nesta Casa.

E, no dia 30 de junho, agora, nós também, Sociedade Bíblica do Brasil, estaremos ali na CLDF, na nossa Câmara Legislativa, celebrando esse jubileu, e todos vocês são convidados.

Encerro minhas palavras, Senador Zequinha Marinho, dizendo que nós temos, sim, que aprender também a semear a boa palavra, essa palavra que muda a história da nação.

Deus abençoe o Brasil! Deus abençoe a nossa capital, Brasília, e abençoe também esta Casa de Lei!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Pastor Elias.

Convido – eu gostaria só de olhar para o tempo um pouquinho, porque o nosso Diretor-Executivo precisa de um pouco mais de tempo para fazer a sua exposição – o Pastor Bruno Silva, Promotor Institucional, para também trazer a sua palavra.

O SR. BRUNO SILVA (Para discursar.) – Graças a Deus!

Queridos irmãos e irmãs, senhoras e senhores, Exmo. Senador Zequinha Marinho e os demais que compõem a mesa, quero saudar a todos com a graça e a paz do Senhor Jesus.

Nós tributamos ao Senhor Jesus, nesta manhã, toda a honra e toda a glória por este momento, que é poder celebrar esta data tão especial do jubileu de diamante. Foi por causa dEle que nós estamos aqui.

A Sociedade Bíblica do Brasil tem um lema, que é “semear a palavra que transforma vidas”.

Quando Jesus proferiu o discurso por meio de parábolas em Marcos 4, Ele disse que o semeador que semeia a palavra, e nós, que estamos aqui, podemos observar, no texto, que os tipos de solo são diferentes. O trabalho é árduo de semear a palavra, as reações são diferentes, mas o que nos faz avançar e prosseguir é a certeza de que essa palavra não muda. Os solos mudam, aquele que semeia muda, mas a palavra não muda, e, por essa palavra que é imutável, nós estamos aqui hoje transformados e regenerados e celebrando ao Senhor por 75 anos onde a palavra tem sido semeada.

Desses 75 anos, Reverendo Erní e Pastor Gibson, quase uma década da minha vida tem sido dedicada à Secretaria Regional de Brasília, ao relacionamento com a Igreja e os pastores, a quem eu saúdo aqui, de diversas denominações. E Deus me presenteou, nesta manhã, ao completar 38 anos de idade, poder celebrar juntamente com vocês não só o jubileu, mas mais um ano de vida que Deus me permitiu de fazer parte da semeadura da palavra de Deus.

Por isso, quero agradecer a iniciativa do Senador Zequinha Marinho, ao nosso Ministro, aos demais, ao seu gabinete e aos companheiros de trabalho, à Rose, ao Santos e a todos os pastores. Meu muito obrigado.

Deus nos abençoe! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Pastor Bruno. Parabéns! Que Deus continue te dando vida, vida alegre, abundante.

Concedo a palavra, agora, ao Secretário Regional, Pastor Gibson Santos, por cinco minutos.

O SR. GIBSON SANTOS (Para discursar.) – Bom dia a todos, e os saúdo com a paz do Senhor



Jesus Cristo também!

Quero, neste momento, cumprimentar, nesta sessão solene, V. Exa., Senador Zequinha Marinho. Muito obrigado, Senador, por essa honra concedida à Sociedade Bíblica do Brasil. Que Deus permaneça abençoando o seu mandato, a sua vida e dando prosperidade, juntamente com o seu gabinete.

Eu quero cumprimentar também V. Exa., Ministro do Supremo Tribunal Federal, Sr. André Mendonça. Cumprimento também V. Exas., Sr. Senador Carlos Viana, Senadora Damares Alves, também o Embaixador Daniel Zonshine e também o nosso querido Pastor Ronaldo, que aqui representa a CGADB, de onde eu também sou membro e ministro em Recife e agora aqui, em Brasília.

Cumprimento o nosso querido Diretor-Executivo, nosso Reverendo Erní Seibert. Muito obrigado por estar conosco aqui. Caminhamos juntos alguns dias de celebrações, agradecendo a Deus pela vida da Sociedade Bíblica do Brasil também.

Quero cumprimentar aqui o Pastor Elias Castilho. Aqui ele representa o diretório de voluntários da Sociedade Bíblica do Brasil. E, na pessoa do nosso Pastor Elias Castilho, eu também cumprimento a todas as igrejas, pastores e pastoras que aqui estão representados e que representam os principais membros e parceiros da missão da Sociedade Bíblica do Brasil.

E quero cumprimentar também toda a equipe de colaboradores da Sociedade Bíblica do Brasil. Um trabalho não se faz sozinho: um trabalho se faz a muitas mãos. Aqui eu deixo minha gratidão à nossa equipe aqui em Brasília.

É uma honra viver este momento. A Sociedade Bíblica do Brasil foi fundada há 75 anos, no dia 10 de junho de 1948, fundada assim como estamos: uma reunião de que participaram pastores e pastores, no Rio de Janeiro, na Igreja Batista. Assim como foi essa reunião, a Sociedade Bíblica do Brasil foi fundada no Rio de Janeiro, fundada pela Igreja, fundada para servir a própria Igreja com o lema: dar a Bíblia à pátria. Esse é o lema da Sociedade Bíblica do Brasil.

Eu poderia trazer aqui alguns números para ilustrar o papel da Sociedade Bíblica do Brasil em nossa nação, mas, ao invés disso, eu quero fazer um destaque a partir da perspectiva do Livro. Que coisa assombrosa é um livro!

Acerca deste Livro, a Bíblia Sagrada, o salmista, no Salmo de nº 119, verso 11, diz: “Guardei a tua palavra em meu coração, para não pecar contra ti”. Ele guardou a melhor coisa no melhor lugar, dentro do coração, com o melhor propósito: para não pecar contra Deus.

O livro é um objeto plano, feito de uma árvore, com partes flexíveis, nas quais estão impressos muitos rabiscos escuros, até às vezes muito engraçados esses rabiscos, mas em uma olhada estamos dentro da mente de outra pessoa através do livro. Através do milênio, o autor fala clara e silenciosamente dentro de nossa cabeça diretamente a nós. Esse é o papel do livro. Escrever talvez seja a maior criação ou invenção humana, unindo pessoas estranhas, que jamais se conheceram, unindo cidadãos de épocas distantes. Os livros rompem os grilhões do tempo. Um livro pode ser a prova de que o ser humano pode até fazer mágica, mas a Bíblia não é apenas mais um livro, ela é o Livro dos Livros. Ela é a prova de que o criador se comunica com as suas criaturas. Ruy Barbosa, o polímata brasileiro, disse acerca da Bíblia: “Se eu a coloco abaixo de todos os livros, ela é a que mantém todos eles; se eu a coloco no meio dos outros livros, ela é o coração desses livros; e, se eu a coloco em cima dos livros da minha cabeceira, ela é a autoridade de todos esses livros”.

A Bíblia Sagrada é um livro de valor incalculável. Johannes Gutenberg, em 1450, enquanto criava o movimento mais importante acerca da tecnologia, a prensa de tipos móveis, reconheceu o valor da Bíblia Sagrada, sendo o primeiro livro impresso no mundo. A Bíblia é testemunha ocular dos acontecimentos que moldaram a nossa humanidade. É o Livro mais odiado, é o Livro mais amado. É impossível estarmos indiferentes à Bíblia Sagrada. É o Livro que apresenta a pessoa mais importante da história, Jesus Cristo.



É o Livro que possui os valores mais importantes da história: amor ao próximo, perdão, honestidade, compromisso e integridade, defesa dos menos favorecidos e desamparados, mas, além disso, a Bíblia é a prova de que o criador se comunica com as suas criaturas.

A SBB celebra neste momento a Bíblia; não qualquer livro, mas a Bíblia. A Bíblia é o Livro que transforma vidas, e a nossa missão é promover a Bíblia na sociedade brasileira. Que ela continue sendo lida, que ela continue sendo crida e que ela continue sendo compartilhada, semeando a palavra que transforma vidas.

Deus nos abençoe. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Obrigado, Pastor. Muito boa a palavra.

E agora, então, nós vamos ouvir o nosso Diretor-Executivo da Sociedade Bíblica do Brasil, Reverendo Erní Seibert, por favor, com o tempo que desejar.

O SR. ERNÍ SEIBERT (Para discursar.) – Exmo. Sr. Presidente, requerente desta sessão, Senador Zequinha Marinho, que tive a honra de conhecer pessoalmente há poucas semanas – uma grande alegria pelo conhecimento da região onde ele vive para admirar mais de perto o seu trabalho –, na sua pessoa eu saúdo a todas as autoridades que estão aqui à mesa e a todos os que estão aqui também no Plenário.

É muito complicado falar sobre a Sociedade Bíblica do Brasil. É muito difícil explicar o que é a Sociedade Bíblica do Brasil para alguém que não conhece, porque ela é uma organização que – numa linguagem da semiótica – é polissêmica, ela tem muitas perspectivas de ser vista.

Por exemplo: a quem vai lá na Amazônia, onde a Senadora Damares entrou no barco, e faz uma viagem com o barco visitando os ribeirinhos, é isso, a Sociedade Bíblica do Brasil é isso. Quando a gente faz – e há pouco me avisaram que foi renovado – um convênio que nós já temos há muitos anos com a Universidade Federal do Pará, no desenvolvimento na área da pós-graduação de muita pesquisa a partir desses trabalhos do Luz da Amazônia, que é uma organização educacional, isso também é. Se alguém vai a Barueri, no Museu da Bíblia, ou no Centro Cultural da Bíblia, no Rio de Janeiro, e faz uma visita, isso aqui é a Sociedade Bíblica? Também é. E se alguém vai ao Centro de Produção das Escrituras de Barueri, vê aquelas máquinas rodando Bíblias – a grande maioria em português, mas também em línguas que são pouco conhecidas, já publicamos em mais de 40 línguas, mais de 50 línguas, perdão – e diz: “Mas como é que se faz tudo isso?”. É a mesma Sociedade Bíblica do Brasil. Então, é muito complicado.

Mas eu prefiro falar de uma outra maneira: é uma sociedade da Bíblia – uma sociedade da Bíblia. Ela foi fundada numa época muito especial, em 1948. Há pouco estava aí o Embaixador, é o mesmo ano em que Israel foi fundada. E é uma época histórica, para depois da história da humanidade. Pouco antes, havia terminado a Segunda Guerra Mundial.

A quem conhece a Europa e já visitou alguma coisa da Europa, procure voltar 70 anos atrás – a nova geração quase tem dificuldade de fazer esse retorno, que não é tão grande na história da humanidade –, na Segunda Guerra Mundial: ali de cada lado das trincheiras, a grande maioria eram irmãos na fé, um dando tiro no outro. Triste, não é? Quer dizer, os irmãos aliados e os irmãos do eixo, aos domingos, iam à igreja ler a mesma Bíblia e, quando se deram conta disso, do horror que foi a guerra, as sociedades bíblicas, que já havia espalhadas pelo mundo, e os líderes das igrejas se reuniram, em 1946, e disseram: “Nós temos que dar um destino melhor para o futuro da humanidade. A humanidade precisa de algo melhor do que nós fizemos na Segunda Guerra Mundial uns com os outros. Nós precisamos descobrir um caminho para a paz”. E acreditaram que a Bíblia poderia ser um instrumento para promover a paz na história da humanidade. Impressionante esse momento!

Aqui no Brasil, havia dois escritórios de sociedades bíblicas; o trabalho já havia começado lá no



tempo do Brasil Império. Em 1808, quando o Imperador de Portugal, D. João VI, veio ao Brasil e abriu os portos às nações amigas, naquela ocasião, lá na Inglaterra, uma recém-fundada sociedade bíblica – a primeira da história da humanidade, que veio por causa do trabalho da menina Mary Jones –, essa sociedade bíblica resolveu imprimir 20 mil Novos Testamentos e mandar 12 mil desses Novos Testamentos, na tradução de João Ferreira de Almeida, que até hoje é lida aqui no Brasil, a mais lida, para o Brasil.

Eles chegaram aqui de navio em 1809, e foi a primeira distribuição da Bíblia aqui em território nacional. Começou a ser distribuída a Bíblia desde o Baixo Amazonas até Salvador, na Bahia; Rio de Janeiro; São Paulo. E aí começou a distribuição.

Em 1948, quando as igrejas, os cristãos se reuniram no Rio de Janeiro, eles queriam isso também. Eles queriam uma pátria melhor. E o seu lema na época era dar a Bíblia à pátria. Usaram essa palavra. Não é dar a Bíblia “aos brasileiros”, mas “à pátria”, porque eles entendiam-se parte dessa nação Brasileira. E esse trabalho já foi muito elogiado aqui pelos que ocuparam a tribuna e falaram antes: como ele se integrou à História do Brasil. A Bíblia faz parte dessa história do nosso país.

E se nós olharmos agora para o momento que nós vivemos, 75 anos – e no Jubileu dá para se fazer isto: olhar para trás, lembrar; olhar para o momento que vivemos; e olhar para o futuro –, como é que está a questão?

Hoje, embora se fale de 6 milhões de Bíblias distribuídas em papel, o formato digital, na leitura da Bíblia no Brasil, é muito mais forte. Somente das traduções da Sociedade Bíblica do Brasil, no ano passado, o último ano da pandemia, foram lidos mais de 2,7 bilhões de capítulos – 2,7 bilhões de capítulos. Cada vez que alguém acessa o digital, fica registrado que alguém acessou um capítulo e ele nos mostra isso.

E por que tanta gente, através de pequenos aparelhos, como um celular ou um computador ou um *tablet* foram buscar a Bíblia? Por que 2 bilhões – um terço da humanidade – poderiam ter acessado a Bíblia em português, e não é tão grande a população, dos 8 bilhões de habitantes do mundo, que falam português; são pouco mais de 200 milhões? Por que isso? Porque é na hora da angústia, na hora da dificuldade, na hora em que a vida parece não fazer mais sentido que a gente procura as coisas fundamentais, e a Bíblia é uma dessas literaturas fundamentais do ser humano, que o faz pensar novamente em como deveria ser a vida. Então a Bíblia tem esse trabalho muito importante.

Se a gente olha para o futuro, ainda tem lugar para a Bíblia na história da humanidade ou será que tudo o que tinha para se fazer já terminou? E a gente tem que dizer: “Olha, o trabalho parece que mal começou”.

A Bíblia faz muita falta. Se você pensar no ser humano de hoje, no que é o ser humano, as pessoas estão perdidas, tentando por si próprias encontrar saídas. E, na história da humanidade, sempre quando o ser humano buscou as suas saídas, ele precisou de algum amparo que conduzisse o seu pensamento. Quando a gente pensa nas famílias, elas precisam de alguma coisa, porque a família não foi criada, não foi feita para terminar em briga, mas para terminar em amor. E, se a gente olha para o futuro da família, a família precisa se estruturar de forma diferente do que pensa. Ela precisa de alguma mensagem que a ajude a novamente reencontrar as crianças; nossas crianças, os nossos jovens precisam disso. Se vocês pensam na vida da sociedade, a gente precisa superar as polarizações e superar as brigas que a gente mesmo por vezes cria. E aí a Bíblia de novo pode nos ajudar e muito.

Então a Bíblia é um livro desse que traz paz. Aquilo que ela fez no fim da Segunda Guerra Mundial, em que os líderes mundiais se reuniram, ela continua fazendo. E é preciso ter humildade. Nós não sabemos tudo, nós não sabemos nada. Nós precisamos de orientação, precisamos de conselho, precisamos de sabedoria. E a Bíblia é um desses livros de sabedoria, sabedoria acumulada através dos milênios e que mostra onde o ser humano se encontra como um reflexo daquilo que ele é. Então é importante esse



trabalho que a Sociedade Bíblica faz.

E a gente vê como isso acontece na transformação. Eu vou contar – e com isso eu encerro – uma dessas histórias que mais me impressionou dentro do trabalho da Sociedade Bíblica do Brasil.

Um grupo de voluntários lá em São Paulo, na grande São Paulo, foi visitar um presídio. O presídio, se a gente olha a sociedade como elos unidos, às vezes é o elo mais fraco da sociedade e de todo o componente, de todo o tecido social. Aqueles voluntários que foram lá para levar uma palavra de ânimo, de amor para aqueles que estavam lá presos, encontraram um moço, um jovem de vinte e poucos anos. E ele contou o seu drama de vida. Ele era um dependente químico. Ele era um dependente químico que tinha estabelecido uma família com uma mulher, uma esposa, e com aquela mulher ele tinha um nenê, um bebê. E, para aquele bebê que ele tinha, ele queria fazer o melhor. No entanto, ele tinha um problema na sua vida: ele era dependente químico – ele e a mulher. E aí, com aquele bebê ainda no seu bercinho, eles disseram: “Vamos ter uma noite especial”. E acharam que eles teriam a noite especial usando e abusando da droga. E, quando ele entrou no surto da droga, ele não se lembra exatamente do que se passou, mas, por suas mãos, aquela criança foi morta. E ele depois foi preso quando isso foi descoberto. E lá estava ele no presídio. E ele fazia uma pergunta para aqueles jovens voluntários que foram visitar o presídio: “Tem esperança para mim?”. Não era uma pergunta, era uma pergunta existencial profunda: “Tem esperança para uma pessoa assim?”.

Se eu fosse o pai daquela esposa e o avô daquela criança, o que eu diria? Eu teria dificuldade de responder. E aí eu perguntei para aqueles jovens: “O que é que vocês disseram?”. Eles disseram: “A Bíblia diz que, em Jesus, há esperança sempre. Há esperança sempre”. É esta a mensagem que Bíblia traz: há esperança sempre. Por mais difícil que seja a situação humana, há esperança sempre.

Essa mensagem se difundiu no nosso país, ao longo desses anos, pela mão de voluntários. Vocês pensem em 6 milhões de Bíblias, e nós temos em torno de quinhentos funcionários para fazer todo esse trabalho. Vocês veem que não seria possível fazer isso tudo se não fossem milhares de voluntários. Só de acordos de voluntariado, temos mais de 12 mil voluntários trabalhando, fazendo esse trabalho. Isso é a força das pessoas que creem em algo, que a vida pode mudar, que creem na Bíblia Sagrada.

Eu agradeço muito, Sr. Senador, por esta homenagem. Agradeço de coração. Sinto até que vocês são muito queridos, elogiaram, exageraram nos elogios. Obrigado! São muitos queridos!

A vocês, também, que compareceram, muito obrigado! Muito obrigado! A gente ouve tantas palavras de carinho. Quando eu digo isso, eu não estou rasgando seda, eu estou dizendo porque eu me conheço, eu sei das minhas fraquezas, eu sei das minhas dificuldades e eu estou na liderança de um trabalho que é tão grande, tão bonito... Eu agradeço muito por isso.

Que Deus abençoe a todos! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Reverendo.

Eu quero só fazer uma inversão de pauta aqui. Nós estaríamos aqui programando a música, com a cantora Lillyan Duarte, mas eu quero, ofertar aos nossos queridos Diretores da SBB uma singela homenagem. Eu pediria ao nosso querido Senador Carlos Viana, de Minas, e à Senadora de Brasília, Damares, que, ali embaixo, possam homenagear o Reverendo Erní, o Pastor Bruno, o Castilho e o Gibson, por favor. (*Pausa.*)

Lá é melhor ou, então, aqui na frente mesmo.

Está bom! Maravilha, tem um espaço sensacional. (*Pausa.*)

Solicitamos à nossa cantora que se aproxime da tribuna, a fim de que possa louvar a Deus por este momento muito especial. (*Pausa.*)

O Pastor Gibson é o Secretário Regional e atende o Distrito Federal e região. (*Pausa.*)



Elias Castilho, homem do diretório dos voluntários da SBB, aqui em Brasília.

Pastor Bruno é o homem da promoção.

(Procede-se à entrega de homenagens ao Reverendo Erní Seibert, ao Pastor Bruno Silva, ao Pastor Elias Castilho e o Pastor Gibson Santos.)

(Procede-se à execução musical.)

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Lillyan! (*Palmas.*)

Quero registrar com alegria que também está aqui presente o Pastor Geovani Neres, Presidente da Ceaddif. Seja bem-vindo! Que Deus o abençoe!

A gente não pode concluir um momento tão especial como este sem oração. Façamos isso agora.

Eu quero chamar aqui um parente que eu conheci hoje, ainda há pouco: Pastor Antônio Marinho, por favor, venha à tribuna.

Todos nós nos coloquemos de pé para que a gente possa louvar e adorar a Deus pela Sociedade Bíblica, pelo trabalho, pelo material, enfim, por todo esse braço de apoio à Igreja brasileira que ela representa para todos nós.

O SR. ANTÔNIO MARINHO – Pai nosso, que estais nos céus, santificado seja para sempre o teu nome, Senhor. Graças rendemos na Tua presença neste momento pelo privilégio deste ato aqui nesta Casa do povo em que estamos celebrando 75 anos da Sociedade Bíblica do Brasil. Desta Casa do povo, nós oramos ao Senhor, agradecendo porque a Tua palavra é destinada aos povos, meu amado Senhor. Obrigado por esta iniciativa em que o Teu nome está sendo glorificado neste dia. E pedimos ao Pai que esta sociedade, que tem por finalidade disseminar a Tua palavra, prossiga nesse propósito que certamente nasceu no teu trono, Pai. Muito obrigado, porque para sempre, Senhor, a Tua palavra permanece nos céus. Oramos e agradecemos, Pai, no nome que está sobre todo nome, o precioso nome de Jesus Cristo, o nosso amado salvador. Amém.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Quero aqui agradecer a cada pastor, a cada liderança, a cada membro da Igreja e, de forma muito especial, aos diretores da Sociedade Bíblica: ao Reverendo Erní, por todo trabalho que realiza Brasil afora; ao Gibson, que é aqui da capital; – cadê o Elias? – ao Elias, que é um irmão, um amigo paraense do Baixo Amazonas – lá só se vai de barco, e olhe, não é? –, Prainha; ao Pastor Bruno, a todo mundo, gratidão à Adet, ao nosso Pastor Ronaldo, ao Ruimar e a todos os outros que aqui vieram, Senador Carlos, Senadora Damares, enfim, a todos.

Cumprida a finalidade desta sessão especial do Senado Federal, agradeço mais uma vez às personalidades que nos honraram com a sua participação.

A sessão está encerrada.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 52 minutos.)



Ata da 71ª Sessão, Não Deliberativa,
em 19 de junho de 2023

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura

Presidência dos Srs. Mecias de Jesus, Eduardo Girão, Izalci Lucas e Marcos do Val.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 40 minutos e encerra-se às 16 horas e 48 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - RR. Fala da Presidência.) – Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A presente sessão não deliberativa destina-se a discursos, comunicações e outros assuntos de interesse partidário ou parlamentar.

As Senadoras e os Senadores poderão se inscrever para o uso da palavra, por meio do aplicativo Senado Digital, por lista de inscrição que se encontra sobre a mesa ou por intermédio dos totens disponibilizados na Casa.

Passamos à lista de oradores.

Convido para usar a tribuna o eminente Senador do Rio Grande do Sul, nosso Líder Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discursar.) – Querido Presidente, Senador Mecias de Jesus, V. Exa. cita o meu nome e cita o Rio Grande do Sul.

Quero falar para o Senador Girão que, infelizmente, entre quinta e sexta-feira desta semana que passou, um ciclone extratropical atingiu o Rio Grande do Sul e foi uma tragédia.

Eu tenho aqui vídeos que me mandaram de cidades onde as pessoas caminhavam, calçadas e ruas asfaltadas, e os paralelepípedos viraram berço de rios.

Conforme a Defesa Civil, 13 pessoas perderam a vida e outras três estão sendo procuradas, mas já dizem que há em torno de quinze mortos.

Entre os mortos, cito aqui a Profa. Agnes Schmeling do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, do Campus Osório.

Casas destruídas, rios transbordando, cidades alagadas, famílias inteiras desabrigadas e várias regiões sem energia. Já falam em 495 mil residências sem energia elétrica.

Conforme a Defesa Civil Estadual, 2,1 milhões de pessoas foram afetadas, direta ou indiretamente, pela passagem do ciclone; 4.987 estão em abrigos públicos e outros 1.537 deixaram suas moradias para ir para outra residência particular, como casa de amigos, parentes ou vizinhos, e não esquecendo o dado que eu dei, 450 mil residências sem energia elétrica. Mas as pessoas... Uns atendem os outros, na base do lampião.

A Brigada Militar resgatou 1200 pessoas e 800 animais. Ao menos 12 rodovias ainda têm bloqueios totais ou parciais. O ciclone afetou toda a faixa Nordeste do Estado, causando danos em municípios da região metropolitana da Serra, do Vale dos Sinos e do litoral Norte. Entre os municípios mais afetados, temos Caraá, com cerca de oito mil habitantes, localizada no litoral norte, e depois vamos ampliando.

Eu só vou citar alguns aqui: Maquiné. Os vídeos que eu recebi aqui de Maquiné são assustadores, grande parte da cidade está destruída, tanto é que a secretária de Governo me ligou e me perguntou se eu não conseguiria, é claro, dialogando com a bancada gaúcha e com o Governo, pedir que o Exército fosse para lá, porque as pontes – bom que é uma região com muita água! – foram todas destruídas. Eles ficaram ilhados. O alimento lá desce por helicóptero. São Leopoldo, Novo Hamburgo, Bom Princípio, São Sebastião do Caí, Esteio, Gravataí, e por aí vai. Foram dezenas e dezenas de municípios atingidos de forma demolidora.

No sábado, os Ministros da Integração e Desenvolvimento Regional, Ministro Waldez Góes, e o da Secretaria de Comunicação Social da Presidência, Paulo Pimenta, estiveram no estado para conferir os impactos do ciclone e trazer dados para que o Governo possa aportar recursos e auxílios, porque, de fato, é uma situação de emergência. Também integraram a comitiva o Secretário Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, o Sr. André Quintão Silva, o Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil, Wolnei Wolff. Eles estavam lá, é claro,



por orientação e determinação do Presidente Lula e do Vice Alckmin. O Ministro Waldez Góes disse, hoje pela manhã, que o Governo está agindo no sentido da liberação de recursos. E como a gente fala aqui que a fome não espera, com um ciclone como esse não tem como a gente aguardar pacientemente. É como me disse um cidadão que estava lá: “a vontade é de sair gritando, gritando, gritando por socorro”.

Também é grave a questão do fornecimento de água potável. Falta comida, remédios, preparação de abrigos e desobstrução de estradas e a reconstrução das pontes. A orientação do Presidente Lula é para que haja uma atuação integrada com o Governo do estado, a União e as prefeituras. O Governador Eduardo Leite e os Prefeitos dos municípios atingidos estão agindo. É uma boa notícia. Ainda segundo o ministro, à medida que os planos e decretos forem elaborados, há a garantia do Governo Lula de liberar recursos para as prefeituras manterem os atendimentos e os trabalhos de recuperação.

A sociedade gaúcha está mobilizada, ajudando, recolhendo roupas, água. O meu escritório de Canoas, hoje pela manhã, e não falo isso com satisfação, está mais é fazendo a sua obrigação, recolhendo roupas, água, comida e distribuindo, a partir do escritório. Só dou um exemplo, porque muita gente está fazendo isso. Não somos só nós que estamos fazendo, no nosso gabinete.

É uma solidariedade geral ali, porque a nossa cidade, Canoas, também foi muito atingida. Enfim, a sociedade se mobiliza, fazendo campanhas de arrecadação de alimentos, agasalhos e água potável.

Neste momento, o mais importante é a junção de forças do poder público para o encaminhamento de medidas, ajuda humanitária e liberação de recursos.

Minha solidariedade aos familiares das vítimas, meu carinho, meu abraço fraterno. Vamos todos juntos, independentemente de questão ideológica ou partidária, estar do mesmo lado – e percebo que isso está acontecendo lá no Rio Grande do Sul.

Nos últimos 12 minutos, Sr. Presidente, eu queria falar sobre inclusão social e desenvolvimento. Penso que a inclusão social é decisão política, decisão de governo, está ligada diretamente aos direitos humanos – o que eu falo muito, são as chamadas políticas humanitárias. É o processo civilizatório de evolução e é fundamental para o bem-estar da população, para o crescimento e o desenvolvimento do país, das regiões, dos seus estados e, naturalmente, dos municípios. Envolve garantias para que as pessoas tenham acesso igualitário e oportunidade a serviços públicos como saúde, educação, qualificação profissional, independentemente da classe social, gênero, etnia, religião ou condição física.

Os governos comprometidos com a vida têm que garantir políticas de promoção da igualdade de oportunidades, de combate à pobreza, de redução das desigualdades; avançar na justiça social, na geração de emprego e renda. Falo de programas sociais de transferência de renda e acesso aos serviços básicos de saúde e educação; políticas de inclusão para grupos marginalizados; medidas de combate à discriminação, combate ao racismo, combate à fome e à miséria; políticas de proteção aos direitos das minorias, proteção às mulheres, crianças, jovens, idosos, povos indígenas, pessoas com deficiência, quilombolas – tive um relato, recentemente, de que muitos dos quilombolas, e é em todo o Brasil, não têm acesso à água; muitos, infelizmente, não têm banheiro. Para o mesmo lado, também comentamos aqui a violência no Brasil contra as pessoas LGBTQIA+, moradores em situação de rua, desempregados, pobres, miseráveis.

Lembro-me aqui de um projeto que regulamenta a profissão de garis e de margaridas, que aprovamos por unanimidade aqui no Senado, está lá na Câmara, e a Câmara, infelizmente, não vota a matéria. Temos importantíssimas leis como o Estatuto da Pessoa Idosa, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, o Estatuto da Igualdade Racial, o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Estatuto da Juventude. E estamos, agora, construindo – já aprovamos no Senado, está na Câmara – o Estatuto do Cigano.

Reforço, Sr. Presidente: temos que agir para melhorar a vida das pessoas. Isso é decisão política.

Afirmo eu: o Brasil está voltando ao rumo certo, buscando melhores dias e vida digna para a sua população, deixando de lado as pendengas e os confrontos ideológicos.



Registro algumas ações desse novo cenário nacional, que tem impacto direto no dia a dia de todos os brasileiros.

Estamos levando esperança, e, com pequenos grandes gestos, estamos mostrando que é possível mudar, e mudar para melhor.

Combate à fome. Tivemos uma audiência pública fundamental hoje, de manhã, que foi uma proposta daqui, do DataSenado do Senado da República, de um ciclo de debates. Foi importantíssima. Lembro aqui o Bolsa Família, que retornou com o valor mínimo de R\$600 e um adicional de R\$150 para cada criança de zero a seis anos na composição da família; benefício médio de R\$672,45. São investimentos inéditos de R\$14,1 bilhões. O Governo incluiu mais um milhão de famílias, o pagamento para mais de 21 milhões de famílias. Haverá também um adicional de R\$50 para cada dependente entre sete e dezoito anos e para gestantes.

O país hoje tem mais de 100 milhões de pessoas vivendo com insegurança alimentar, situação que se agravou. Há mais de 30 milhões de pessoas vivendo em situação de fome. Isto é inaceitável!

O atual Governo confirmou reajuste médio de 36,4% nos repasses dos recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Com essa melhoria, o orçamento destinado à compra da merenda escolar saltou de R\$4 bilhões para R\$5,5 bilhões, garantindo uma melhor qualidade nas refeições e mais gente sendo assistida nas escolas e creches.

Na saúde, ocorreram também avanços. Podemos destacar o Programa Nacional de Redução das Filas de Cirurgias Eletivas, Exames Complementares e Consultas Especializadas, garantindo R\$600 milhões em apoio a estados e municípios que aderirem à iniciativa. A retomada do Mais Médicos para o Brasil assegurou a abertura de 15 mil vagas e espera fixar, até o fim do ano, 28 mil profissionais em todo o país, principalmente em áreas de extrema pobreza. O Movimento Nacional pela Vacinação foi retomado com uma grande campanha para ampliar as coberturas de todas as vacinas disponíveis no SUS. Foi assegurado auxílio financeiro para 3.126 entidades privadas sem fins lucrativos, incluindo as santas casas, que fazem um papel belíssimo, emocionante, que complementam o SUS em 1.738 municípios. Os recursos serão aplicados para custeio de serviços prestados que complementam o SUS até o limite de R\$ 2 bilhões.

Na habitação popular, o Programa Minha Casa, Minha Vida retornou com grande força. O déficit habitacional é muito grave: mais de 5 milhões. O Brasil, nos últimos anos, não avançou, e agora em torno de 3 milhões de novas casas já são apontadas e estão em processo de construção. A faixa 1 do programa está sendo restabelecida para a aquisição de imóveis subsidiados para pessoas em situação de vulnerabilidade. Previsão de construção de 3 milhões de moradias populares, como eu havia citado.

Na educação, as bolsas de estudo, pesquisa, formação de professores e estudantes, incluindo graduação, pós-graduação, iniciação científica e a Bolsa Permanência, foram reajustadas em até 200%. O Governo, assim, retoma o diálogo com as universidades, os institutos federais. Já o piso salarial dos professores da educação básica foi reajustado em 15%, com vencimentos passando de R\$3.845 para R\$4.420.

Os povos indígenas, que estavam tão abandonados, voltaram a ter uma atenção especial. Foi criado o Ministério dos Povos Indígenas e constituído o Comitê de Coordenação Nacional para Enfrentamento à Desassistência Sanitária das Populações em Território Yanomami. Ações de amparo em áreas como saúde, segurança alimentar e segurança pública foram tomadas para promover socorro e assistência ao povo ianomâmi, como também a retirada dos garimpeiros ilegais. Está na pauta do Governo a política de demarcação das terras indígenas.

Combate ao racismo: para equiparação da injúria racial ao crime de racismo, foi sancionada lei desta Casa, lei do Congresso Nacional, cujo debate começou aqui no Senado, Lei 14.532, de 2023 – fui, no início, autor e depois fui Relator –; e sancionado decreto que determina a reserva de 30% dos cargos de confiança para o combate aos preconceitos, atendendo negros e negras, em cargos de comissão e funções



de confiança da administração geral. O prazo para que a administração pública alcance os percentuais é 31 de dezembro de 2025.

Uma antiga luta virou realidade. Falo da igualdade salarial entre homens e mulheres que exercem a mesma função. Esta Casa aprovou, há duas semanas: homem e mulher, mesmo salário; mesmo trabalho; mesma função.

O Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual visa a assegurar a oferta gratuita de absorventes higiênicos e outros cuidados básicos de saúde menstrual no SUS.

O Programa Mulher Cidadã é voltado à promoção da cidadania fiscal, capacitação a mulheres empreendedoras em situação de vulnerabilidade ou de risco social.

O salário mínimo é um importante instrumento de distribuição de renda. O aumento da renda faz aumentar o consumo e a produção, criando um círculo virtuoso. Retornou a política de aumento de salário mínimo real – inflação mais PIB. O novo valor do salário mínimo anunciado pelo Presidente Lula passou, assim, então, para R\$1.320, um aumento real de 2,8% acima da inflação. Lembrem que o salário mínimo ficou, nos últimos anos, sem o aumento real. Agora, voltou a política de inflação mais PIB. O Governo encaminhou ao Congresso projeto de lei restabelecendo essa política. Valorizar o salário mínimo é incluir, gerar emprego e renda, oxigenar os comércios, mais arrecadação para as prefeituras.

Além desse resumo aqui, também, Presidente, outros pontos avançaram, como a infraestrutura. O Brasil tem 14 mil obras paralisadas – elas serão retomadas. Em 2023, o Ministério dos Transportes investirá...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... mais de R\$23 bilhões nas 27 unidades da Federação. O volume supera os R\$20 bilhões investidos pela gestão anterior em quatro anos.

Tivemos o relançamento do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), um amplo projeto executado em cooperação com os estados, DF e municípios. Há R\$700 milhões assegurados para o investimento em ações voltadas à prevenção, controle, segurança pública, repressão da criminalidade e combate ao feminicídio.

Sobre o meio ambiente: prioridade na proteção da floresta amazônica e demais biomas brasileiros, ação de combate às mudanças climáticas e os trabalhos voltados à transição para uma economia verde, sustentável e de baixo carbono. O Fundo Amazônia, que estava parado desde 2019, foi reativado por meio de um decreto assinado no dia 1º de janeiro.

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Terminando, Sr. Presidente.

Mais ainda, o PIB voltou a crescer, a inflação está baixando, o desemprego caindo, o preço dos combustíveis também e tudo indica que a taxa de juros também vai diminuir.

Por óbvio, temos muitos desafios pela frente, mas podemos crer que o Brasil está avançando, está melhorando. A inclusão social e o desenvolvimento são compromissos do Governo Lula e de todos nós. Decisões políticas eficazes – é a última frase – e bem planejadas levam dias melhores à nossa gente.

Tenho certeza de que dialogando, oposição e situação, conversando com os governos estaduais, independentemente do partido, conversando com as prefeituras, independentemente do partido, apontando para o bem de todo o povo brasileiro, esta Casa não faltará ao Brasil. Esta Casa votará tudo aquilo que for de interesse desta nação, do Brasil, aos nossos brasileiros e brasileiras tão sofridos.



Termino, Presidente, com um dado, um dado que mais me preocupa, e fiz uma audiência pública de manhã: 126 milhões de pessoas, no Brasil, vivem com insuficiência alimentar; e 32 milhões – estavam lá os técnicos que deram os números – estão passando fome neste momento.

Presidente, obrigado pela tolerância, Senador Mecias de Jesus.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Senador Paim, eu quero, em nome do Senado Federal e do povo de Roraima, me solidarizar com V. Exa. e com todo o povo rio-grandense por essa catástrofe que se abateu sobre esse povo, desejar a todos rápida recuperação e pedir, logicamente, ao Governo Federal que se una ao povo do Rio Grande do Sul para reduzir, diminuir essa dor que certamente se abate sobre centenas de famílias naquele estado irmão.

O Senado Federal não faltará, V. Exa. sabe muito bem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Parabéns, Senador Paim.

Convido para usar a tribuna o nosso querido Senador, meu amigo, Eduardo Girão.

V. Exa. dispõe de até 20 minutos, Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discursar.) – Muitíssimo obrigado, Sr. Presidente.

Senador Mecias de Jesus, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, assessores e funcionários desta Casa, brasileiras e brasileiros que nos ouvem e nos assistem pelo trabalho extremamente profissional da Agência Senado, da TV Senado e da Rádio Senado, nesta tarde de segunda-feira, eu quero saudar, especialmente, aqui os nossos visitantes, que cada vez mais se aproximam desta Casa, e vocês não sabem o quanto são importantes essa energia e essa força, porque nós estamos aqui para servir vocês e não para sermos servidos. Essa lógica a gente precisa cada vez mais deixar clara e invertê-la na prática, não só no discurso. Então, são muito importantes essas visitas, que têm se multiplicado cada vez mais: grupos de todo o Brasil, crianças, adolescentes, adultos, senhores, senhoras, universidades. É impressionante!

Inclusive, para quem nos acompanha, para visitar o Congresso Nacional, você que está nos assistindo ou nos ouvindo, basta acessar o *site* www.congressonacional.leg.br/visite. A visitação pode ser realizada em dias úteis, exceto terças e quartas, porque é dia de votação aqui no Plenário da Casa e, nos finais de semana e nos feriados, das 9h às 17h. Então, é muito positivo esse contato, e eu agradeço a quem, neste momento, está aqui na galeria do Senado Federal.

Sr. Presidente, eu quero aproveitar e convidar todos vocês, todos os brasileiros que estão nos ouvindo, especialmente os que moram aqui nessa região, porque não dá mais tempo de vir, porque já é amanhã esse evento de que eu vou falar – Senador Izalci, o senhor que é daqui, os brasilienses, o pessoal das cidades-satélites, indo até o Estado de Goiás –, para que possam comparecer, amanhã, às 14h, à Marcha Nacional pela Vida, contra o aborto, que vai acontecer pela 16ª vez. Esse evento, de forma sucessiva, foi realizado por 16 edições e é um evento de tocar a alma, de tocar o coração, porque é a causa das causas. O Movimento Brasil sem Aborto é que a organiza, que é um movimento suprapartidário, suprarreligioso, que envolve vários outros movimentos e dialoga com a CNBB, com os evangélicos, com os espíritas, com as universidades.

Amanhã, às 14h, ali no Museu Nacional, vai ser a concentração – você está convidado –, e, a partir das 14h30, mais ou menos, vai sair a marcha até a Esplanada dos Ministérios e vai parar aqui em frente ao Congresso Nacional. Tudo muito organizado, de forma pacífica, respeitosa, como tem que ser, de um grito dos pró-vidas brasileiros, que defendem a vida desde a concepção, por aqueles que não podem se defender



que são as crianças que precisam que nós defendamos os direitos delas, porque o direito básico é o direito de nascer.

Se – Deus me livre! – entrar alguém aqui e quiser tirar a minha vida, eu tenho algumas alternativas: eu posso me abaixar nesta mesa, me atracar pessoalmente, correr por aquela porta, pular aquela janela, mas o bebê não tem essa alternativa, porque ele está no ventre e precisa que o Estado reconheça isso como princípio básico.

Como dizia a Madre Teresa de Calcutá, o início da violência é o aborto, porque é uma guerra contra as crianças. Se uma sociedade permite que uma mãe mate seu filho, elimine sua criança no próprio ventre, como é que vamos evitar que se matem uns aos outros nas ruas? É uma questão de coerência.

Então, essa marcha é uma marcha tradicional, extremamente includente e que vai amanhã, na sua 16ª edição... E eu posso até afirmar que, até agora, eu participei de todas as marchas nesses 16 anos, quando não sonhava nem em ser político, não tinha a menor noção de que um dia Deus iria me conceder, com a boa vontade do povo cearense, estar aqui no Senado Federal combatendo o bom combate em várias pautas, mas essa é a primeira para mim, é a mais importante de todas. E eu estarei nas ruas, porque eu vejo que essa causa nunca esteve sob tanta ameaça no sentido de ser legalizado o aborto no Brasil.

Sim, Sr. Presidente, porque nós já tivemos a notícia de que a Ministra Rosa Weber, que é a Presidente do Supremo Tribunal Federal, disse que vai pautar, daqui a pouco tempo... Não disse quando, mas já deixou a sociedade brasileira em alerta. E, aqui para nós, 80%, no mínimo, da população brasileira, um número cada vez mais crescente, é contra a legalização do aborto e já entendeu, com base na ciência, que tem avançado de forma galopante, que ali é uma vida. Logo com 18 dias, tem um coração batendo.

Eu peço à câmara da TV Senado que mostre esse bebezinho, que é uma réplica em tamanho real de uma criança, de um bebê com 11 semanas de gestação, o período em que é feito o aborto, e já está aqui o fígado, o coração todo constituído.

E não é só a vida dessa criança que é destruída com o ato do aborto, mas a saúde da mulher fica com consequências para o resto da vida de ordem emocional, psicológica, mental e até física.

Eu trouxe os dados aqui da ciência demonstrando isso, de várias universidades. Vou citar aqui apenas que as sequelas... Segundo o *The British Journal of Psychiatry*, é 190% maior a probabilidade de contrair câncer de mama a mulher que faz aborto em relação à mulher que não faz aborto; 55% maior a propensão à incidência de doenças mentais; 220% a mais de chances de dependência química: uso de álcool, drogas.

E, aqui, uma coisa que toca também o coração, porque a pandemia que nós vivemos hoje é a do suicídio: 150% de quadros depressivos e tentativas de suicídio quando você tem a prática do ato do aborto em relação a quem não pratica. Estou deixando muito claro à mulher que está me ouvindo agora e que porventura – às vezes, até pela pressão do marido, do namorado, do companheiro – tenha feito o aborto que Jesus falou que o amor cobre uma multidão de pecados.

Tem outros casos nacionais de pessoas que já revelaram que fizeram aborto, por exemplo, a cantora Elba Ramalho. Nós estamos num período de São João, ela é um ícone do Nordeste, do Brasil, e teve a coragem de reconhecer o drama pessoal que ela vivenciou a partir do momento em que ela cometeu o aborto e depois, num processo de perdão, autoperdão, conversão, inclusive, ao catolicismo – no caso dela –, ela iniciou um trabalho junto às crianças, para que fosse evitado o aborto, junto às mãezinhas que estavam sendo pressionadas para o aborto. Ela conseguiu a superação e hoje é uma das maiores ativistas pró-vida. E nós temos muitas outras, a Cássia Kiss, por exemplo, que deve estar na Marcha pela Vida amanhã, marchando conosco às 14h no Museu Nacional, chegando aqui na Esplanada dos Ministérios.

Sr. Presidente, eu tomo a iniciativa de falar sobre esse tema porque, no dia 11, foi realizado em São Paulo... E eu tenho respeito absoluto por todo tipo de manifestação, sou totalmente contra a censura, mas



a gente viu o Ministro dos Direitos Humanos, Silvío Almeida, participar da Parada LGBTQIA+ e, embora haja imagens chocantes de crianças segurando cartazes, faixas, dizendo: “Crianças trans existem”... Não sei que tipo de consciência tem uma criança daquele tamanho, ou se é o pai induzindo a criança por algo que me parece uma forçação de barra, mas o que me chamou atenção ali foi o Ministro Silvío Almeida, representando o Governo Federal, defendendo “o direito de existir dignamente e amar como e quem vocês quiserem” – sim, foi uma frase dele, entre aspas.

Sem dúvida, Ministro, muito justa a defesa de qualquer indivíduo, independentemente da sua escolha pessoal sexual. É inaceitável qualquer tipo de preconceito – o senhor tem razão –, e é gravíssima qualquer tipo de violência por essa escolha. Mas, em nenhum momento, Sr. Ministro, no seu discurso, na semana passada, o senhor fez referência à proteção de nossas crianças contra a doutrinação religiosa e nem o direito de existir também, o direito de as crianças nascerem.

No dia 27 de abril, Sr. Presidente, esse mesmo Ministro participou de uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos do Senado. Quem não se lembra do que aconteceu? Nesse dia, eu tentei, de forma educada e respeitosa, fazer a entrega de uma réplica, em tamanho real, como esta que eu mostro aqui para o Brasil – quem está nos assistindo está vendo –, deste bebê de 11 semanas de gestação. Mas a reação do Ministro foi surpreendente: não permitiu sequer que eu me aproximasse e se recusou terminantemente a receber aquele que é um símbolo mundial, um símbolo mundial dos movimentos em defesa da vida, desde a concepção, contra o aborto.

O Ministro mostrou uma intolerância muito grande a um símbolo que representa... E, como Ministro, o mínimo que ele poderia fazer era receber, mesmo se discordasse. Faz parte a gente discordar de um ponto de vista diferente, é da democracia. Mas quem defende democracia e sabe do contexto nacional... O Brasil é a maior nação católica do mundo, a maior nação espírita do mundo, a segunda – já quase a primeira – nação evangélica do mundo. Todo mundo se dá bem e é pró-vida, é contra o aborto. O Ministro virou as costas ali, e não foi para mim, não.

Nós estamos aqui fazendo o nosso trabalho, cumprindo o nosso dever. Não sou Senador, eu estou Senador, representando o interesse do Estado do Ceará, dos cearenses que votaram em mim e me trouxeram para cá.

Eu deixei claro que eu defendo a vida desde a concepção, mostrei na televisão, nas propagandas, o bebezinho, entreguei já para diversas autoridades antes de chegar aqui e depois de chegar aqui, até em sabatina de Ministro de Supremo, eu entreguei, e nunca aconteceu isso. Eu confesso para vocês que nunca aconteceu um ato de intolerância tão grotesco como eu vi do nosso Ministro dos Direitos Humanos, que fica calado sobre os presos do dia 8.

Pergunta se ele foi ver o que está acontecendo lá. Eu já fui à Papuda duas vezes, à Colmeia, uma, visitar os presos do dia 8 e deixei claro aqui que eu sou contra o vandalismo, a depredação. Quem errou, quem veio quebrar tem que ser punido, seja de direita, de esquerda, infiltrado, quem quer que seja. Não justifica nunca a violência. Agora, espera aí, as pessoas merecem o mínimo de respeito, o devido processo legal. Já começaram juntando crianças, idosos, que estavam orando, e levaram lá para uma ala em que ficaram sem banheiro, sem situação, sem saber para onde estavam indo. Os processos não estão individualizados.

Eu vou fazer um discurso sobre isso aqui nesta semana, porque eu visitei, sexta-feira agora, três dias atrás, Papuda e Colmeia, para conversar com as pessoas que estão detidas. Não se sabe... Já estão há mais tempo do que o previsto em lei e era para estarem respondendo em liberdade.

Acontece isso com todo mundo. Há pessoas casadas, lá na Papuda o homem, na Colmeia a mulher, casados, com filhos pequenos, sem saberem como é que estão as coisas, sem poderem se comunicar, com uma série de problemas. Os seus advogados sem acesso aos autos. Cadê o Ministro dos Direitos Humanos



que não foi lá? Não é ele que é o Ministro dos Direitos Humanos, que defende isso?

Nós vamos denunciar internacionalmente o que está acontecendo aqui no Brasil. Já falei com Deputados, com Senadores. Isso não pode acontecer.

Se fosse, Sr. Presidente, com alguém da esquerda – como aconteceram outras vezes manifestações em ministérios, na Esplanada, tocaram fogo –, eu estaria com o mesmo posicionamento. Como um monte de Deputados de esquerda, por exemplo, foi lá defender essas pessoas, visitá-los. Mas cadê aqueles presos? Alguém ouviu falar se foi preso, como é que foi? O devido processo legal parece-me que foi respeitado. Por que é que nós temos dois pesos e duas medidas agora? Que injustiça é essa? O tratamento tem que ser igual para todos. A Constituição tem que ser respeitada. Então, cadê o Ministro dos Direitos Humanos que não pisou, que não foi lá saber se...

Ora, e o que aconteceu com o colega Marcos do Val, Senador Mecias, Presidente.... Eu discordo de muitas pautas dele, deixei claro isso, da forma como, às vezes, se posiciona, mas tirar as redes sociais! Isso é o quê, é calar um Parlamentar? Invadir o gabinete no Senado, que é um local de trabalho, é desrespeitar o povo lá do Espírito Santo. É assim agora? Não vale a eleição, não há mais respeito?

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Se fosse algum Senador do PT, de qualquer outro partido, eu estaria aqui fazendo a mesma coisa. E podem me cobrar porque pau que dá em Chico dá em Francisco. Um dia, isso vai virar para o outro lado. Ninguém está percebendo isso, o ódio é tão grande que ninguém consegue perceber isso. Temos que respeitar: ou a gente respeita a Constituição ou é o caos o que a gente está vivendo na nossa nação. Então, é uma questão, Presidente, de coerência, coerência.

Encerro esse pronunciamento dizendo que a legalização do aborto, até a 12º semana, desse tamaninho aqui, está pautada, sem data ainda, mas continua a usurpação do nosso Poder Legislativo lá no Supremo Tribunal Federal.

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É um assunto sobre o qual nós já deliberamos, várias vezes, aqui também, assim como sobre as drogas.

Vou dar só um exemplo, Sr. Presidente, para poder não me alongar muito. O PL nº 1.135, que tramitava nesta Casa desde 1991, que passou décadas tramitando aqui em Comissões, teve votação na Câmara dos Deputados, perdeu por 33 a 0. Teve votação na CCJ. Perdeu também, só teve quatro votos a favor. Isso não é uma resposta do Congresso, dizendo que não aceita a legalização do aborto, quando um projeto é reprovado na Casa? Tem aqui o Estatuto da Gestante. Tem, na Câmara dos Deputados, o Estatuto do Nascituro, tramitando, sendo debatido. Por que o Supremo Tribunal Federal vai, de novo, fazer um ativismo judicial...

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... uma pauta de militante, inclusive com ministro fazendo palestra sobre o assunto? Já passou de todos os limites! Tem que se respeitar as prerrogativas desta Casa. Esta Casa precisa se dar ao respeito. A Corte, o Supremo precisa respeitar esta Casa também. Isso é equilíbrio entre os Poderes, cada um fazendo o seu trabalho.

Eu não estou falando nada de mais. Apenas o que está na Constituição. Nós fomos eleitos para isso, diretamente, pelo povo brasileiro, que foi lá, que confiou no sistema democrático do Brasil. E o voto não vale nada?



Está aí, Sr. Presidente, o marco do saneamento. Está aí o marco temporal. Por que esta Casa não faz o trabalho dela? O Supremo tem que se meter...

Eu acho que...

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – No último minuto, eu quero, Sr. Presidente, dizer que já deu. Basta! Essa ADPF 442 no Supremo está lá desde 2017. O STF não tem que pautar isso. Isso é dividir mais ainda o Brasil, que já está polarizado. Isso é dividir... O brasileiro é contra e isso é prerrogativa de Deputados e Senadores.

Então, graças a Deus, a ciência evolui, a cada dia, a favor da vida. Os Estados Unidos, lá, estão voltando atrás, depois de 50 anos da legalização do aborto. Por que? Porque a ciência mostra que tem um coração batendo com 18 dias da concepção. É um carocinho de arroz.

Então, que a gente possa partir, civilizatoriamente, em defesa da vida, sempre, e não...

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... e, jamais – jamais –, caminhar para a defesa da morte.

Que Deus abençoe esta nação! Já passou tanta gente aqui e continua, gente capacitada, gente trazida, de forma democrática, pelo povo brasileiro, para representar os anseios do povo brasileiro. Você pode ter certeza: aqui, até da esquerda, do centro, eu conheço vários Senadores de posicionamentos ideológicos distintos que são a favor da vida. O Congresso Nacional é a favor da vida, contra o aborto. Isso é claro.

Vamos respeitar para que o Brasil tenha paz e não, absolutamente, que a gente tenha a cultura da morte entranhada.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Senador Girão, eu quero parabenizar V. Exa. pela sua fala. Quero me juntar a V. Exa., porque, também por uma questão de princípios, eu sou contra o aborto, sou a favor da vida, sou a favor da família.

E aqueles que andam mal acompanhados é bom que possam ler um pouco a Bíblia, Primeira, Coríntios, 15:33: “As más companhias corrompem os bons costumes”.

Eles podem ler também em Êxodo 20:13: “Não matarás”. Quem é a favor do aborto, mata. “Quem com o ferro fere, com o ferro será ferido”. Então, junto-me a V. Exa. em suas palavras.

Convido o nobre Senador do Distrito Federal, querido amigo Senador Izalci, para fazer uso da tribuna e convido o Senador Girão para presidir a sessão.

(O Sr. Mecias de Jesus, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Girão.)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Para discursar.) – Sr. Presidente, Senador Mecias, agora Senador Girão.

Primeiro, Senador Girão, quero dizer que comungo também com as palavras de V. Exa. e estarei lá em qualquer ato que seja no sentido de defender a vida. Essa é a nossa convicção e contem comigo.

Presidente, eu já vou adiantar aqui e eu tenho que fazer também alguns agradecimentos. Eu sei que amanhã nós vamos fazer uma sessão de debates sobre o arcabouço fiscal, mas eu não poderia deixar, e não sei se na sequência da votação eu vou ter este espaço, mas eu quero muito agradecer, primeiro, ao Senador Omar Aziz, que desde o primeiro momento em que conversamos, sempre foi favorável a retirar do texto do arcabouço fiscal o Fundo Constitucional do Distrito Federal.



Muita gente pergunta o que é esse Fundo Constitucional do Distrito Federal, e a gente precisa passar isso para todo mundo entender de uma forma didática o que significa isso. Muitos jovens hoje não acompanharam realmente a criação da capital e, portanto, não sabem a importância de Brasília para o desenvolvimento do país, inclusive para a consolidação da Federação.

Fico imaginando se JK não tivesse a ousadia de criar a capital aqui no centro, conforme o sonho de Dom Bosco, conforme já estava previsto desde a época da monarquia, e ele teve essa capacidade de... Aqui só tinha Cerrado, não tinha nada praticamente. Então, você imagina as pessoas saírem do Rio de Janeiro, à beira da praia, e trazer para a capital professores, médicos, enfermeiros, os próprios magistrados. Era muito difícil! Até porque não tinha nem transporte para cá. Vinham de burro, provavelmente. Eu me lembro de uma história que o próprio transformador que JK encomendou em São Paulo caiu aqui no rio e demorou mais três meses para voltar, consertar, trazer de volta. Então, você imagina o que era realmente para... o que seria manter esse pessoal aqui na capital, no centro do país.

E aí, tudo que era relacionado ao Distrito Federal era pago pela União, é óbvio! Aqui não tinha nada. E, evidentemente, isso desde 1960, desde antes da inauguração, aliás. Inauguraram Brasília e, a partir daí, nós tínhamos uma Comissão no Senado, não tínhamos, de fato, autonomia política, então era uma Comissão de três Senadores. Depois, Brasília passou a ter Prefeitos, vários Prefeitos, e depois vieram os Governadores, de início, indicados e, depois, eleitos.

E o último Governador eleito antes do Fundo Constitucional foi exatamente Joaquim Roriz, e o Presidente da República era Fernando Henrique Cardoso. O que foi proposto e está na Constituição, inclusive... Se você pegar o art. 21 da Constituição, está previsto que o Fundo Constitucional é para manter e organizar a segurança pública e auxiliar nos serviços de educação e saúde.

Só que o que acontecia? O Senador Cristovam era o Governador depois do mandato do Senador Roriz, que era Senador, foi Deputado e Governador. Eles tinham que, todo mês, vir aqui na Esplanada, no palácio ou no Ministério da Fazenda com o pires na mão: “Olha, tem que pagar a folha da saúde”, “tem que pagar a folha a educação”, “tem que pagar a segurança pública”. Era um pedido, era voluntário isso, mas eles repassavam mês a mês.

O que aconteceu em 2002 foi exatamente formalizar essa contribuição, que era voluntária. Muitas vezes, os Governadores vinham aqui e ficavam horas e horas na fila ou marcavam uma semana para atender. Então, foi formalizado em 2002, já no Governo Lula, porque foi na última semana de dezembro do Governo Fernando Henrique, mas quem executou foi exatamente o Presidente Lula no seu primeiro mandato.

E aqui o Governador era o Senador Cristovam. O Senador Cristovam ainda não tinha o fundo oficializado, era voluntário ainda. O Cristovam foi o último Governador a vir com o pires na mão aqui toda semana, todo mês. Aí entrou o Roriz e, de fato, começou a funcionar, então, o Fundo Constitucional.

O que foi feito na época? Foi levantado tudo aquilo que era repassado mensalmente, ou seja, as despesas todas de segurança pública e investimentos também, porque cabe à União manter e organizar a segurança pública. Então, todos os recursos relacionados à segurança pública são bancados pela União, sempre foram, que auxiliou sempre na educação e na saúde.

Quando começou o fundo, era 100% da saúde, 100% da educação e 100% da segurança, além de um percentual de investimento. Esse foi motivo da criação do fundo, exatamente para não ter que se sujeitar a toda semana, todo mês, vir com o pires na mão aqui no Ministério da Fazenda.

Bem, e a lei que foi criada foi a regulamentação da Constituição. Houve uma regulamentação no sentido de repassar de acordo com o aumento da Receita Corrente Líquida o aumento do Fundo Constitucional.

E assim foi feito até agora. Então, hoje, para você ter ideia, Senador Girão, o Fundo Constitucional paga 53% da folha de pagamento do Distrito Federal. Então, toda segurança pública é bancada pelo fundo,



e o GDF ainda tem que colocar uma contrapartida alta para cobrir agora educação e saúde.

Então, quando você vê um projeto desse, de tamanha importância que é o arcabouço fiscal, que pode e deve mudar o país em termos de controle. A gente lembra aqui do teto de gastos, o arcabouço é para substituir o teto de gastos, que já estava desgastado porque já furamos esse teto umas cinco vezes. Então, veio o arcabouço fiscal.

E, por uma infelicidade – eu não sei o que aconteceu de fato –, o Relator, que é da Bahia, é até meu amigo, fui Deputado com ele em dois ou três mandatos, que é o Cajado, resolve, com uma canetada, colocar o Fundo Constitucional e o Fundeb, que é o principal fundo da educação, dentro do arcabouço fiscal, ou seja, limitando a correção no arcabouço fiscal. Aí participamos de algumas reuniões lá na Câmara, mas infelizmente, na Câmara são 513 Deputados, e Brasília só tem oito. Então, qualquer votação, é covardia. E foi o que aconteceu: o Governo fechou questão. No Fundeb, sequer apresentaram destaque. Nem destaque teve. E o discurso que a gente vê todo dia aqui na Câmara – aliás, em toda a população – é que educação é prioridade. Mas, na hora do vamos ver, na hora que vão botar a digital, aí nós vamos saber de fato quem é que defende a educação neste país.

Participei de várias reuniões na Câmara mas, infelizmente, por falta de comunicação, de dados, ou por falta de argumentos, o Relator simplesmente não acatou o destaque que foi feito. Veio agora para o Senado. E, no Senado, é diferente. O Senado é a Casa da Federação. Cada estado tem três Senadores. O Ceará tem três, o Distrito Federal tem três, todos os estados. Omar Aziz é do Amazonas, são três também. Omar Aziz convive diariamente – e eu acompanhei na Câmara – com a questão da Zona Franca de Manaus. Quantas vezes tentaram tirar da Zona Franca de Manaus o incentivo fiscal? Todo Governo que entra tem essa pauta. Então, ele sabe da importância do Fundo Constitucional para o Distrito Federal. Eu tenho que agradecer-lo, porque, desde o primeiro momento, desde que foi anunciada a relatoria, ele sempre nos atendeu e disse: “olha, vamos tirar o Fundo Constitucional do arcabouço”.

Nós tínhamos uma preocupação. Eu estive com o Presidente Lula, porque ele conhecia o Fundo Constitucional, foi ele que começou a implementar, e ele disse: “Nós não botamos nada do Fundo Constitucional no texto”. E eu: “Sim, mas está lá. Foi aprovado na Câmara”. E ele disse: “Não, qualquer coisa vamos trabalhar para tirar ou até mesmo, se for necessário, vamos vetar esse artigo”. Mas, conversando aqui com o Relator e com todos os Senadores – e V. Exa. apoiou –, com vários Senadores, praticamente todos os Senadores apoiaram no sentido de retirar do texto, mas o Relator ainda teve esse cuidado de conversar com o Presidente da Câmara, o Deputado Arthur Lira, exatamente porque a gente retirando do texto aqui, ele volta para a Câmara. Então, não tem sentido voltar para a Câmara e manter o texto da Câmara. Então, houve um entendimento também com o Relator e o Presidente da Câmara. O próprio Senador Rodrigo Pacheco também ajudou na articulação para que a Câmara Federal respeitasse que prevalecesse o texto do Senado.

A gente está muito otimista. Amanhã nós temos na CAE uma reunião, uma audiência, e alguns economistas vão falar, mas nós vamos votar o arcabouço fiscal – se não amanhã, porque normalmente pedem vista, a gente vota na quarta-feira. E eu espero que na mesma semana ainda o Deputado Arthur Lira possa colocar na pauta para a gente votar. E a gente aproveitou que temos aqui a Comissão de Educação e conversamos com o Relator sobre a questão do Fundeb, exatamente nessa linha. Eu fui o Relator do Fundeb e fizemos uma previsão de aumento, até 2026, de 23% do fundo. Então, não tem sentido essa luta para aumentar o recurso da educação e vir um arcabouço desse e colocar o Fundeb, limitando o reajuste. Então, a gente conseguiu também que o Relator retirasse do texto o Fundeb, o fundo da educação.

Na reunião de Líderes, quinta-feira, não sei se V. Exa. estava, mas recebemos lá o Ministro Haddad, a Ministra Simone Tebet e o Ministro Padilha, e foi colocada essa questão do Fundeb e do Fundo



Constitucional do DF. Eles não se opuseram, porque, afinal de contas, não estava no texto deles. Então, não tem sentido a gente, realmente, manter essa tragédia, vamos dizer assim, no texto do arcabouço fiscal.

Eu não poderia deixar de agradecer muito ao Relator e a cada um dos Senadores, porque nós falamos com cada um dos Senadores, e a grande maioria é favorável à retirada do texto.

Mas quero também, Presidente, e faz parte dessa negociação, a questão do reajuste da segurança pública. Para quem não sabe, a gente lutou muito aqui também. Lá, na época da criação de Brasília... A Polícia Federal tem a mesma lei da Polícia Civil. Havia essa possibilidade de você optar. Quem passava no concurso, podia optar ou por Polícia Federal ou por Polícia Civil. Então, são forças irmãs, nascidas da mesma árvore, com o mesmo salário, e sempre tiveram paridade, a Polícia Civil do DF e a Polícia Federal.

Na época da Presidente Dilma, ela recebeu um apelo do Governo Agnelo, porque o Governo Agnelo queria dar um reajuste para a Polícia Civil, mas ela pediu que não desse, porque ela não tinha condições, naquele momento, de dar um reajuste para a Polícia Federal. Depois acabou que ela deu e o Agnelo não deu. Então, nós começamos, a partir de 2014, essa defasagem dos policiais, em consequência, também, dos Policiais Militares e Bombeiros.

Saiu o Governo Agnelo, veio o Governo Rollemberg.

Nós aprovamos na Comissão Mista de Orçamento, aprovamos no Congresso Nacional, para dar o reajuste em três parcelas. E aí, por questões de relação entre o Rollemberg e o Sinpol, acabou que não deu certo e não se deu reajuste nenhum. Então, são mais quatro anos.

Entrou o Governo Ibaneis. Nós aprovamos na CMO e aprovamos, também, no Congresso Nacional, em três parcelas, para ter a equiparação com o Governo Federal. Aí, já no Governo Bolsonaro, só foi possível dar 8%. Então, a nossa polícia, que é a melhor do Brasil hoje, está, simplesmente, em 20º lugar em termos de remuneração.

Fizemos, então, o reajuste dos servidores públicos: 9%. E aí eu apresentei um destaque para que a gente pudesse dar parte da recomposição salarial dos Policiais Militares, Bombeiros e da Polícia Civil.

Pela primeira vez na história houve uma conciliação entre Polícia Civil, Polícia Militar e Bombeiros, aqui do Distrito Federal. E o Governo apresentou uma proposta que varia – em determinadas patentes ou graduações o reajuste seria diferenciado –, mas, na média, era de 18%.

Eu apresentei uma emenda, um destaque, e fiz um acordo. Eu retirei o destaque para não prejudicar o aumento dos servidores, mas com o compromisso – têm lá as notas taquigráficas, têm lá a gravação, tem tudo lá – de que o Governo mandaria, em 30 dias, o aumento, aliás, aumento, não, a recuperação parcial da Polícia Civil, Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros.

Para nossa surpresa, no dia seguinte não foi feita a reunião que foi estabelecida. Na outra sexta-feira houve a reunião e os técnicos pediram uma série de informações. Depois, no dia 9 de maio, ainda complementaram, solicitando mais informação. Eu sei que já se passaram quarenta e poucos dias e esse reajuste não saiu.

O Governo Federal convocou as corporações para discussão realmente da contrapartida, de uma nova proposta. Eu fui à primeira reunião, em que o Governo ofereceu, em três parcelas, 2023, 2024, 2025, 9%: agora, 4,5% e 4,5%. Eu levantei e fui embora, porque realmente acordo aqui nesta Casa, no Congresso, tem que ser cumprido, não dá para ficar negociando, flexibilizando uma coisa que foi apalavrada. E para nós aqui, a palavra tem um peso muito importante. Senador e Deputado que não tem palavra não merece estar no Congresso Nacional. Mas, chamaram as categorias e fizeram uma proposta de pagar agora, em 2023, em julho, 9%, e 9% a partir de 1º de janeiro.

As categorias, já ressabiadas, porque da última vez não tiveram o aumento, ficaram com medo – mais vale um pássaro na mão do que dois voando – e eles acabaram optando por aceitar a proposta do Governo. Então, já conversei com a Senadora Daniella, que é a Presidente da Comissão Mista de



Orçamento, falamos já com o Presidente do Senado e do Congresso, nosso Presidente Rodrigo Pacheco, para marcar a reunião do Congresso Nacional. Eu não sei se chegou hoje, a Sabrina depois vai me dizer se chegou ou se não chegou o PLN da recomposição salarial.

Chegou ou não?

(Intervenção fora do microfone.)

Não, não chegou. Então, saindo daqui, a primeira coisa que eu vou fazer é ligar para o Palácio para cobrar o PLN para ser votado, se possível, esta semana, na Comissão Mista de Orçamento, e, até o dia 10, ser votado realmente no Congresso Nacional, porque têm outros projetos de interesse do Governo, para que a gente possa, de fato, cumprir aquilo que foi acordado com as categorias.

Então, queremos agradecer também a todos os Senadores pelo apoio, pela compreensão da importância de remunerarmos bem os nossos servidores. Não tem sentido... Todo mundo acha que Brasília tem o melhor salário. O que nós sabemos é que o maior custo de vida é aqui. Agora, com relação à Polícia Civil, nós estamos exatamente em 20º lugar. E é isso que nós temos que corrigir e acreditamos que, com o PLN sendo encaminhado, e fazemos aqui um apelo, mais uma vez, para o Líder Randolfe Rodrigues cumprir essa questão do acordo, para trazer nesta semana o PLN – vamos cobrar todos os dias aqui – para votarmos na Comissão Mista de Orçamento e no Congresso.

Então, Presidente, primeiro, agradecer, tanto ao Marcos do Val, quanto a V. Exa., que desde o início sempre apoiaram a exclusão do Fundo Constitucional do arcabouço fiscal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Eu é que agradeço, meu querido irmão, Senador Izalei Lucas, aqui do Distrito Federal. Peço ao senhor que venha ocupar a Presidência e ao Senador Marcos do Val que já ocupe a tribuna, porque ele vai falar.

Eu queria apenas saudar os visitantes que estão aqui na nossa galeria do Senado Federal.

Vocês são de que estado?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pará.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Mato Grosso.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Alagoas.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pernambuco, Bahia.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Tocantins, Rio Grande do Norte. Ninguém do Ceará aí não? *(Risos.)*

E desse lado de cá?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – São Paulo.



(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Distrito Federal.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Paraná.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Rio Grande do Sul.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Tocantins.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Distrito Federal, Rio de Janeiro, olha que bacana!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Espírito Santo.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Cadê? Quem é capixaba aí?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Olha, eu queria saudar todos vocês. É muito importante – vocês não sabem o quão é importante para a gente – a presença de vocês aqui. A gente está aqui para trabalhar, para servir a população, e não o inverso. É muito importante esse contato porque nos fortalece, nos traz energia.

Essa aqui é a casa de vocês. Nós estamos aqui temporariamente, podendo cada um dos 81 Senadores trazer os anseios da população, defender o estado de cada um aqui perante a Federação.

Eu fico, cada vez, feliz em ver comitivas e comitivas chegando, às vezes com crianças, escolas, universidades. É muito bacana a gente perceber o interesse do brasileiro por política. Porque aqui vocês conhecem a história, vão ali conhecer o túnel do tempo, o museu, a Câmara dos Deputados. Já foram ou vão para lá agora?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pronto.

E eu queria aproveitar, para quem está nos assistindo e nos ouvindo agora, e dizer que, para visitar o Congresso Nacional, basta acessar o *site*: www.congressonacional.leg.br/visite.

A visitação pode ser realizada em dias úteis exceto terças e quartas, aos finais de semana e feriados, das 9h às 17h. É só entrar nesse *site*, que eu vou repetir aqui – www.congressonacional.leg.br/visite. Acesse lá e faça a programação. Venha aqui, é muito importante essa aproximação. Isso dá um reforço para o trabalho que a gente precisa desenvolver, aqui, para todos os estados do Brasil e para essa nação maravilhosa.

Muito obrigado pela presença de vocês.



Eu passo a Presidência ao Senador Izalci, para assumir aqui, e o Senador Marcos do Val vai ocupar a tribuna. (*Pausa.*)

(*O Sr. Eduardo Girão deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Izalci Lucas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Passo a palavra ao Senador Marcos do Val.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES. Para discursar.) – Bom, eu vou aproveitar o dia de hoje e utilizar este canal do Senado Federal, que é o único canal em que eu posso falar, porque eu fui cerceado – todo mundo sabe do que aconteceu na semana passada – através de uma decisão monocrática do Ministro Alexandre de Moraes, fazendo uma ação contra o Senado Federal que não só eu considerei, mas vários juristas ao redor do país consideraram gravíssima, um ato sem um motivo de crime em andamento, como se fosse, tendo adentrado um gabinete e as residências de um Senador da República. Nem os Parlamentares que eram acusados e foram presos com dinheiro escondido em malas, em cueca e tudo mais, nem eles tiveram seus gabinetes revirados. O meu foi. E sabem por quê? Tentando procurar o *pen drive* laranja, a tal bala de prata que eu dizia para todos.

E aqui fica o meu agradecimento à Polícia Federal, porque a Polícia Federal estava extremamente constrangida, sabendo que era uma operação política, e não policial, deixando claro o meu histórico, porque todos me conhecem... Teve até policial que ficou emocionado e chegou a chorar no dia, pedindo desculpas, perdão por estar ali tendo que executar uma ordem que ele também sabia que não era dentro da Constituição, mas eu os deixei livres, que todos pudessem fazer o que tivesse que ser feito.

O que aconteceu, por um lado, positivo, é que foi a primeira vez que houve uma operação nesse nível tanto na minha residência pessoal, no Espírito Santo, quanto na funcional e no meu gabinete, e não encontraram nada de ilícito, nem um documento fomentando golpe, absolutamente nada.

E essa operação deixaram para acontecer no dia 15 de junho, dia do meu aniversário. Fontes me passaram que houve uma insistência do Ministro Alexandre de Moraes para que fosse no dia 15. Coincidentemente, na terça-feira, quando teve a sessão da CPMI – ela não havia terminado, nós tínhamos ainda o prazo para fazer as falas –, eu consegui mostrar o vídeo do Ministro Flávio Dino dizendo, ele mesmo, que, do gabinete dele, viu tudo. Esse vídeo, sendo apresentado dentro de uma CPMI, tem um poder maior do que estando nas minhas redes sociais, como tem aqui: “Polícia política monitora lideranças da oposição a Dino [...]”, então, tem vários documentos aqui. E todo mundo fica pensando: “tá, mas qual foi o motivo que deu essa permissão para entrar no Senado Federal?”. Eu estou tentando levantar, historicamente, se houve algo parecido, mas não. E aqui eu tenho uma série de documentos: eu comunicando à Rosa Weber, eu comunicando aos Ministros, eu avisando do que poderia vir a acontecer, eu pedindo a questão do relatório da Abin... E, quando eu postei o relatório da Abin também, que estava citando ali que o STF sabia e o Tribunal Superior Eleitoral também sabia do que ia acontecer, é lógico que houve essa decisão. Em duas horas, as minhas redes sociais caíram, ou seja, o meu direito de falar foi cerceado, eu fui calado, eu não pude ter nem a oportunidade da defesa, nem a oportunidade para dizer o que de fato aconteceu e quais seriam esses fatos.

Então, vou reforçar aqui: não tem absolutamente nada envolvendo questões de corrupção, lavagem de dinheiro, associação criminosa, enfim. Mas o absurdo – que depois eu vou tornar público – da decisão... Eu pontuei alguns trechos. Eu vou ler para vocês: “O Senador Marcos do Val tem utilizado suas redes sociais para promover insistentes ataques à imagem do Poder Judiciário [nunca fiz isso; ah, chegou aqui] e também valendo-se da estratégia da desinformação para fomentar atitudes antidemocráticas”.

E aqui, eu vou ler para vocês... Ah, deixem só eu ler mais um trequinho aqui e vou passar para o... O que é importante aqui, olhem esta parte: apresenta “elementos indicativos de suposta participação do



referido parlamentar em associação criminosa junto de Daniel Silveira [e outros; se eu for ao pé da letra, o 'outros' aqui é o Ministro Alexandre de Moraes] para o suposto cometimento de atos antidemocráticos [...] embarçando as investigações de [...] [de infiltração] [pá-pá-pá] que envolva organização criminosa”, dizendo que eu e Daniel Silveira estávamos organizando o que aconteceu dia 8.

E nestes documentos aqui, nestes *prints* da conversa, nem foram citadas as conversas que eu tive com o Ministro. Na conversa com o Daniel, o Daniel fala: “Preciso falar com você um tanto [...] urgente [e ele tenta duas vezes ligar, e eu não atendo]. Peço retornar assim que possível. Realmente [é] importante e tem que ser pessoalmente”. Aí eu falei: “[...] [Estou] na comissão [...]. Volto no senado após às 17:00”. “Posso ir até você. É bem importante. Peço [que] não [...] [esqueça] de mim. O.k. [ele falando]. Precisa ser ainda hoje. Tenho uma mensagem importante. Ainda insisto. Necessário que seja o mais breve possível. [...] [Aí vai:] Uma pessoa importante pediu [...] [para falar] com você. Como tivemos pouco tempo [...] [blá-blá-blá]”. Isso o Daniel, e eu sem responder, em silêncio.

Vamos lá. Aí eu vou e começo a comunicar ao Ministro:

Boa noite, ministro! Desculpa incomodá-lo no seu horário de descanso. Acabei de pousar no meu estado, só retorno para Brasília na próxima terça-feira. Mas preciso adiantar uma parte do encontro que considero de alto grau de importância. Quem está fazendo toda movimentação com objetivo de levá-lo à perda da [sua] função de ministro e até ser preso é o [...] [Daniel Silveira]. O [...] [Presidente da República] não está fazendo nenhum movimento neste sentido. O [...] [Daniel Silveira] que está tentando convencê-lo, dizendo ao [...] [Presidente da República] que eu conseguiria adquirir as peças fundamentais para que a missão fosse um sucesso.

Para dar mais tempo [aí eu sigo falando com o Ministro] de saber como proceder diante desse sensível assunto, falei para o Daniel Silveira que voltariamos a conversar na próxima semana. Toda conversa foi na Granja e entrei junto com o DS [Daniel Silveira] sem precisar me identificar. Não sujaria o meu nome e a minha honra, compactuando com essa missão. Sou um democrata ferrenho e um admirador da sua coragem [...] [e da defesa] do Brasil. Os detalhes de como seria essa missão posso te passar pessoalmente ou da forma que achar melhor.

Boa noite, Ministro! Dia emblemático. Aproveito para informar que não vou a Brasília nesta semana [...]. Mas precisava falar [com você sobre] [...] o encontro [que tive] com o [...] [Presidente da República] e o [...] [Daniel Silveira]. Me pediram uma ação esdrúxula, imoral e até criminal. Não sei como poderia te contextualizar com segurança. Caso for necessário, posso ir a Brasília encontrá-lo. Sei que neste momento está [...] turbulento em sua missão [está por seguir].

Aí o Ministro me responde: “Boa noite. Estarei em Brasília e em São Paulo, no sábado”. Eu respondi: “O.k. Vou definir amanhã e faço contato. Qualquer dia desta semana, no período da tarde, ficaria melhor para você?”. Aí ele respondeu. Eu apaguei as mensagens que eu tinha mandado para ele referentes ao Daniel. Aí eu falei em seguida: “Apaguei, porque o nome dele estava como Oliveira e não como Silveira. Já corrigi”. E segue. Aí o Ministro: “O.k., confirmado. Às 16h, no Salão Branco”. Aí eu falei: “Estou pegando o voo hoje e sigo. Aproveito para te dar os parabéns pelo seu aniversário”. Ele responde: “Obrigado”.

Aí eu mandando a mensagem para o Daniel: “Irmão, vou declinar da missão. Minha outra função seria prejudicada”, uma desculpa para dizer “não” de forma elegante. Aí ele disse: “Entendo, obrigado”.

Aí eu fui e falei para o Ministro: “Ministro, já passei a informação de que não farei nenhum movimento nesse sentido”.

Então, falar no documento de uma organização criminosa citando só eu e o Daniel Silveira? Cadê o nome do Ministro Alexandre de Moraes? Porque aqui estão as provas. Estão as provas aqui que eu



apresentei à Polícia Federal à época. Eu apresentei à Polícia Federal todas as conversas entre mim e o Daniel, e entre mim e o Ministro. E a Polícia Federal omitiu isso, imputando a mim fazer parte de uma organização criminosa.

É inacreditável este país em que nós estamos vivendo. Eu acho que, assim como o Senador Marcos Pontes, por a gente ter vivido em outro país em que a democracia funciona de forma redonda, a gente se espanta com essas questões.

Hoje eu recebi a resposta da Ministra Rosa Weber, porque eu pedi que o Ministro Alexandre de Moraes pudesse esclarecer o fato de que a Abin tem dito que ele também tinha conhecimento, que o STF e o Tribunal Superior Eleitoral tinham conhecimento. E a Rosa Weber acaba de me mandar a resposta hoje. Como está em sigilo, está escrito aqui “sigilo”, eu não vou poder ler, mas ela está explicando que ele não vai fazer isso, não vai dizer.

Então, é inacreditável, com base em achismo e, tendenciosamente claro, em movimento político, fazer com que o meu gabinete seja invadido, a minha residência pessoal e a minha residência funcional. É um precedente perigosíssimo!

Eu vou ler aqui o meu discurso, porque vai ficar mais claro para todos – e todos esses documentos estão à disposição para todos os Senadores, todos os Deputados, todos os Ministros e toda a população brasileira, em especial os capixabas.

Hoje está aqui, diante de V. Exa., um Senador censurado que teve a sua voz calada e as suas prerrogativas totalmente violadas por um suposto crime de opinião, uma das maiores afrontas já sofridas por um membro desta Casa. Nunca, nos quase 200 anos de história do Senado, seja no Império ou na República, um Senador teve, por força de uma decisão judicial monocrática, sua morada e o seu gabinete, localizado dentro do Senado Federal, invadidos e revistados por expressar a sua opinião e cumprir o mandato a ele outorgado pelos votos de quase um milhão de capixabas.

Pois bem, um único Ministro do STF, de modo monocrático, sem ouvir os demais integrantes da Suprema Corte, ignorando parecer prévio e contrário da Procuradoria-Geral da República – esqueci de mostrar que a PGR indeferiu todos os pedidos, dizendo que não tinham fundamento –, que tem a competência legal de opinar sobre todas as medidas a serem adotadas no curso do processo, usou de suas competências para violar as prerrogativas do Senado Federal. É isso mesmo que vocês estão ouvindo: um único Ministro do STF abriu um precedente perigoso para todos nós Senadores da República.

Alguns aqui podem não concordar com as minhas opiniões, mas asseguro a todos vocês, Senadores, que ao que está acontecendo comigo, ou seja, a violação das garantias constitucionais que nos protegem de atos arbitrários, como os que foram praticados contra mim, todos os Senadores agora estão sujeitos: a sofrerem a mesma punição, sim, pois, ao determinar a invasão do gabinete do Senador Marcos do Val, um único Ministro do STF, ao arremesso do que determina o art. 2º da Constituição Federal, que diz que são Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, põe abaixo o próprio princípio da separação dos Poderes, conforme consagrado por Montesquieu e escrito nas constituições políticas das nações democráticas.

Na última quinta-feira, a vítima da agressão foi este Senador que vos fala. E esclareço aqui: não respondo e nunca respondi a nenhuma ação de processo de corrupção ou de qualquer natureza criminal, muito menos de uma organização criminosa.

Se esta Casa não reagir de modo altivo e em defesa de suas prerrogativas consagradas no art. 53 da Constituição Federal, que diz “Os Deputados e Senadores são invioláveis [...] por [...] suas opiniões, palavras e votos.”, amanhã poderá ser com qualquer um dos Senadores que ousem criticar, ou comentar, ou fiscalizar neste Plenário determinada decisão judicial, ou, numa comunicação direta com os seus eleitores, fazer uma crítica técnica a um Ministro ou ao Governo. Alerto que agora todos estão sujeitos a processos,



apreensões, perda do mandato e até prisão.

A operação planejada, arquitetada e minuciosamente pensada para acontecer no dia do meu aniversário foi realizada sob a cobertura de um forte aparato policial, equipado como uma operação contra criminosos de alta periculosidade. Com o uso de fuzis, inclusive, adentraram em minha residência com objetivos não muito claros, além do constrangimento do Senador da República e dos policiais que estavam cumprindo a ordem.

Do meu apartamento, em Vitória, levaram apenas o meu celular; ou seja, não o meu pessoal, mas o institucional do Senado Federal, o aparelho celular e o *chip* que se encontram são do Senado Federal, além do computador e de uma arma totalmente legalizada, dado seu porte pela própria Polícia Federal, sabendo de risco de vida à minha pessoa.

Faço aqui um alerta: ao levar o meu computador pessoal e o celular do Senado Federal, abriu-se um precedente institucional; ou seja, todos os Srs. Senadores que mantiveram algum contato comigo, desde o início do meu mandato, de alguma maneira também passaram a estar expostos.

Nesse dia, eu lembro que eu estava recebendo, no grupo dos Senadores, muitas mensagens me parabenizando. Nas informações nesse celular, constam documentos, imagens, vídeos do atentado do dia 8, como provas de quem fez, como fez.

(Soa a campainha.)

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Sras. e Srs. Senadores, tenho a certeza de que o Senado Federal, sob o comando do Presidente Rodrigo Pacheco, irá assegurar a inviolabilidade das prerrogativas constitucionais de todos os Senadores e, além disso, creio que irá igualmente defender o Senado Federal.

Então, fica aqui essa leitura, fica aqui o esclarecimento para que a sociedade brasileira, os Senadores, os Parlamentares, assim como os eleitores capixabas possam ter ciência do que, de fato, aconteceu, porque, como as minhas redes sociais foram tiradas do ar, eu fiquei sem a possibilidade de comunicar aos meus eleitores o que estava acontecendo. Então, cercearam, amordaçaram um Senador da República, sem os trâmites legais...

(Soa a campainha.)

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – ... e sem um crime de alta periculosidade, supostamente – está aqui: supostamente –, fazendo parte de uma organização criminosa, em que ele cita somente eu e o Daniel e não inclui como provas as que estão aqui claramente já mostradas para todos.

Inclusive, quando eu fui dar o depoimento na Polícia Federal, eu deixei não só o meu celular, para que baixassem a minha conversa com o Ministro, como também deixei documentos printados como esses, provando essa comunicação do que estava para acontecer. Então, aqui está muito claro o meu contato com o Ministro, dia e hora, dia 9 de dezembro, sexta-feira, e aqui segue, dia e hora, o assunto, enfim... A resposta dele, segunda-feira, 12 de dezembro, dizendo “estarei em Brasília hoje à noite” e tudo o mais. Aqui ele respondendo todas as questões que eu passava para ele sobre essa tentativa de ato antidemocrático.

Em nenhum momento, citava-se ou citou-se aqui o que aconteceu dia 8 ou qualquer outro planejamento. O intuito desse convite feito pelo Daniel Silveira, que, de imediato, identifiquei que era algo ou imoral ou ilícito, de pronto, eu segui e comuniquei ao Ministro Alexandre de Moraes, que assim me atendeu. Ele mesmo fala, nesse vídeo em que ele aparece, que realmente me recebeu e que realmente ouviu a minha, o meu... Eu pedi uma opinião sobre se eu deveria ir ou não à reunião. Ele disse: “Sim, vá, porque é



importante você escutar”. E depois, eu reportando a ele o que de fato aconteceu, como eu li, que era uma reunião esdrúxula, de ideia do Daniel Silveira...

(Soa a campanha.)

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – ... de tentar convencer a mim e ao Presidente da República a gravar o Ministro Alexandre de Moraes. Ele estava ali... É bom esclarecer isto. “O PR [Presidente República] não está fazendo nenhum movimento neste sentido. O [Daniel Silveira] DS que está tentando convencê-lo, dizendo ao PR [Presidente República] que eu conseguiria adquirir as peças fundamentais para que a missão fosse um sucesso. Para dar mais tempo de saber [...]”.

É aí que eu falo que eu gostaria de ter... “[...] diante desse sensível assunto, falei que voltaríamos a conversar na próxima semana”.

Falei para o Daniel: “Semana que vem eu te dou resposta”. “Toda a conversa foi na granja. Entrei junto [...]. Lá-lá-lá... Eu falo...”

Então, eu coloquei bem claro ao Ministro. Disse a ele: “Não sujaria o meu nome e a minha honra compactuando com essa missão. Sou um democrata ferrenho e um admirador da [sua] coragem e da defesa em prol do Brasil”.

(Soa a campanha.)

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Então, isso foi via WhatsApp e depois foi pessoalmente no Salão Branco do STF.

E, quando eu recebi a minuta, a decisão, eu fiquei impressionado com tamanha aberração da omissão dos meus contatos alertando o Ministro. Ou seja, quem neste mundo, neste planeta, que faz parte de uma organização criminosa que estaria organizando um ato criminoso, iria ao Ministro do STF dizer que iria fazer um ato criminoso? Faz algum sentido, gente? Absolutamente nenhum sentido. Então, ver a Polícia Federal, um delegado, que é um subordinado direto do Ministro da Justiça, fazendo e assinando uma decisão como essa, totalmente arbitrária, contra um Senador da República...

(Soa a campanha.)

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – ... por estar fazendo o seu papel de fiscalizar o Executivo e o Judiciário... Foi penalizado... A família, claro, foi penalizada.

Quase que, naquele dia, no meu aniversário, a minha esposa saiu de casa. Ela pediu o divórcio na quinta-feira, e eu falei: “Bru, você não vai me deixar neste momento, porque você vai estar dando a vitória para essas pessoas que têm o mal como prioridade, que têm prazer em ver o sofrimento alheio”. Eu falei para ela: “Eu não seguirei mais sozinho”.

Digo para todos aqui, aqui no Plenário, que a minha missão ultrapassou os limites de um cidadão, de um Senador da República – um representante –, ultrapassei tudo o que podia, sozinho, nessa missão. Aqui, eu paro a missão sozinho, solitário.

(Soa a campanha.)

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - ES) – Foi uma promessa que eu fiz à minha família, e só continuarei se os meus pares estiverem ombreados comigo, para seguir em frente.

Os documentos e as provas estão, claramente, já entregues à CPMI, aqui lidos.

Não há questionamento do que ocorreu. Foi uma ação política para tentar me calar, sabendo que



eu tinha documentos. Todos os lugares a que eles foram, foram... A própria polícia citando: “É o *pen drive* laranja”, e ligando para o Ministro: “Nós não estamos achando o *pen drive* laranja, nós não estamos achando o documento tal”. E foram ao gabinete, só à minha mesa e à mesa da minha assessora. Por que não foram ao Setor de Orçamento, que é o setor mais sensível? Estranho. Na minha casa, foram só atrás de documentos que tinham símbolo do Senado...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - ES) – Obrigado, Presidente. Estou finalizando.

E viram que eu estava... Inclusive, eles apreenderam ofícios meus enviados para a Ministra Rosa Weber, para o Ministro Alexandre de Moraes, para o Flávio Dino, para o Presidente da República, comunicando e pedindo informações sobre o que aconteceu no dia 8. Eles levaram esses documentos, ou seja, hoje eu não tenho documentos. O computador que hoje tem uma pasta em que está escrito: “CPI 8 de janeiro”, com todos os documentos, fotos e vídeos, está com eles, simplesmente para eu não poder apresentar. É coisa de filme mexicano isso.

Eu confesso e abro aqui o coração para falar para o Rodrigo Pacheco... Aqui eu quero falar não como o Marcos do Val, seu amigo, e não vou falar com o Rodrigo Pacheco, como amigo. Aqui é um Senador da República, do Espírito Santo...

(Soa a campanha.)

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - ES) – ... e eu quero falar com o Presidente do Congresso e com o Presidente do Senado Federal.

Presidente, o senhor abriu um precedente perigosíssimo, um precedente que nunca aconteceu em 200 anos aqui no Senado, um precedente que vai dar um encadeamento para outros Senadores terem seus gabinetes, que está na Constituição que são invioláveis, a não ser que o crime esteja em andamento. Qual crime estava em andamento para se justificar, em plena quinta-feira, que a Polícia Federal pudesse cumprir a ordem do Ministro Alexandre de Moraes? Nós estamos numa ditadura jurídica!

Brasil, se foram capazes de não cumprir a Constituição com relação a um Senador da República...

(Soa a campanha.)

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - ES) – ... que dirá com relação a vocês, brasileiros, que não têm a proteção que nós temos, como está dito aqui na Constituição?

Eu peço aos Senadores... Não podemos parar e também não podemos só ficar falando. Até onde eu pude chegar sozinho, eu cheguei. Desde o dia 9, eu dizia quem eram os responsáveis, e ninguém me levava a sério. Quando, de fato, eu comecei a apresentar os documentos, começaram a entender que era sério, e aí eu tive a minha residência invadida, tive meu gabinete aqui no Congresso, numa quinta-feira, invadido, e meu apartamento funcional, que, se eu puder dar um detalhe a mais, tem um cofre do Senado Federal, é um patrimônio do Senado, e todos foram para cima desse cofre...

(Soa a campanha.)

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - ES) – Entraram em contato comigo lá em Vitória, e aí que eu fui saber que eles estavam aqui em Brasília, também dentro do meu apartamento aqui, porque, até então, eu não sabia, achei que era só lá no meu de Vitória. E aí o delegado me perguntou: “Senador, o senhor tem a chave ou o segredo do cofre?” E eu: “Que cofre?”



“O daqui, olha.” E ele mandou a foto. Aí eu falei: “Não, isso é do apartamento funcional. Esse cofre é patrimônio do Senado. Pode ver a etiqueta. Peça a chave ao síndico ou ao coordenador, ou peça a um chaveiro para quebrar, destruir”. E aí todos ficaram ali, naquela expectativa de abrir o cofre para ver dinheiro, para achar o *pen drive* laranja, para achar algum documento que fez com que o Anderson ficasse preso por meses... Sabe o que tinha lá dentro, gente? Ar, vazio. Exatamente...

(Soa a campainha.)

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - ES) – ... e, simbolicamente, mostrando uma interferência, um arrombamento da intimidade, da questão da instabilidade emocional da família, da possibilidade de eu perder o meu casamento, escolhido o dia do meu aniversário... Isto uma delegada federal me falou: que o Ministro Alexandre de Moraes determinou que fosse à tarde e no dia 15 de junho, no dia do meu aniversário.

Então, Senadores, se chegou ao ponto de fazerem isso com um Senador da República, se ele teve essa audácia de não cumprir a Constituição, fazendo um documento justificando que teria que ser, ainda com pedido de prisão! Gente, é inacreditável!

(Interrupção do som.)

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - ES) – ... para que todos possam ver a arbitrariedade, o não cumprimento da Constituição. Tem gente falando que Alexandre de Moraes é um *serial killer* da Constituição.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Senador Marcos do Val, eu vou pedir a V. Exa. para presidir, só enquanto o Senador Marcos Pontes também faz o seu pronunciamento.

(O Sr. Izalci Lucas deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Marcos do Val.)

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Com a palavra o nosso grandíssimo Astronauta Marcos Pontes, nosso herói brasileiro, não é?

O Brasil está precisando de heróis. Não temos essa doutrina de colocar as pessoas como heróis, pelo contrário. Quando elas se destacam, vêm os ataques. Mas, para mim, é uma honra ter o senhor fazendo parte do Senado Federal.

Está aberto o tempo.

Obrigado.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para discursar.) – Obrigado, Presidente.

Boa tarde, boa tarde a todos! Boa tarde, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, boa tarde a todos os que nos acompanham nos canais do Senado Federal.

Nos encontramos diante de um fato recente que nos convida a refletir sobre as delicadas linhas que tecem a nossa democracia. A operação realizada pela Polícia Federal no gabinete do Senador Marcos do Val, na tarde da última quinta-feira, gera questionamentos profundos sobre o equilíbrio de nossos Poderes e o devido respeito às nossas liberdades civis.

A preocupação emergente é a possibilidade de esse acontecimento estabelecer um precedente que, de alguma forma, poderia alterar a harmonia entre os Poderes da República. Nosso sistema de governo se baseia em um princípio fundamental, descrito por Montesquieu, de separação dos Poderes, em que cada um deve agir em sua esfera de competência, sem interferir na atuação dos outros.



É necessário frisar que o art. 53 da Constituição Federal de 1988 é claro quando estabelece, abro aspas: “Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos”, fecho aspas. O mesmo artigo ainda esclarece que, abro aspas: “Desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável.”, fecho aspas. No entanto, a situação presente mostra que o Supremo Tribunal Federal, por intermédio do Ministro Alexandre de Moraes, autorizou a operação devido a indícios de obstrução de investigações e divulgação de informações sigilosas por parte do Senador.

Esses são tempos que exigem de nós, mais do que nunca, uma análise cuidadosa dos eventos, a fim de garantir que as medidas tomadas, mesmo sob a bandeira de legalidade, não comprometam a base da nossa democracia. Aqui, não estamos falando apenas da investigação de um Senador, mas do que esse evento representa para a relação entre os Poderes e o respeito à inviolabilidade do Parlamento. Essas questões requerem que nos voltemos para nossos princípios constitucionais, nossas leis e, sobretudo, nossa responsabilidade como cidadãos.

A primeira e mais importante dessas questões é de se estabelecer um precedente. A atuação de forças policiais dentro do Senado, coração do nosso Poder Legislativo, pode representar uma mudança nas relações entre os Poderes da República. Imagine, por exemplo, que, de repente, o Presidente da República, chefe maior das Forças Armadas, resolvesse utilizar as Forças Armadas para vir aqui dentro do Legislativo ou dentro do Judiciário para algum tipo de operação ou mesmo para impedir algum tipo de atividade.

Na Constituição Federal de 1988, nos princípios fundamentais da nossa nação, o art. 2º é claro ao afirmar – abrem-se aspas: “São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário” – fecham-se aspas. Em qualquer contexto, tal intervenção deve ser analisada com a máxima atenção para garantir que essas harmonia e independência sejam sempre preservadas.

A segunda questão diz respeito à competência para autorização de tais medidas. Enquanto o STF, como um todo, é o guardião da Constituição, e isso tem que ser sempre lembrado e respeitado, a decisão foi tomada por um único ministro, levantando questões sobre o equilíbrio de poder dentro do próprio tribunal.

Nosso sistema de justiça se baseia em colegiados, em que as decisões são tomadas após discussões aprofundadas e votações. Afinal, essa é a base também da democracia: ouvir opiniões diversas, discutir opiniões diversas e chegar-se a um consenso dentro do que preveem as funções de cada um dos colegiados. Cada ministro contribui com seu conhecimento e perspectiva, buscando a melhor interpretação da lei. Isso assegura que o poder não seja concentrado nas mãos de um único indivíduo e garante a legitimidade das decisões tomadas. Neste caso, porém, a operação foi autorizada por um único ministro, colocando em evidência a discussão acerca da atribuição de poderes individuais dentro de um órgão colegiado. As atribuições do STF, como dispostas na Constituição, são do tribunal como um todo e não apenas de um ministro, individualmente.

Nesta conjuntura, convém refletir sobre as consequências dessas ações para o equilíbrio dos Poderes e a integridade das nossas instituições. A democracia, em sua essência, depende da harmonia entre os Poderes, da transparência de suas ações e da participação ativa e informada de todos os seus cidadãos. Nossa democracia, fruto de lutas e sacrifícios de muitos, é um bem valioso que devemos preservar sempre. É nossa responsabilidade assegurar que as ações em nome da justiça não coloquem em risco o equilíbrio delicado de nossas instituições democráticas.

Encorajo todos nós cidadãos desta grande nação Brasil a manter a nossa fé em nossas instituições e nos engajarmos na defesa da nossa democracia, todos nós. Nossos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário existem para servir a nós como povo brasileiro e devemos sempre nos lembrar disso.

É importante para quem vem aqui à Brasília prestar atenção, também, no posicionamento da



bandeira do Brasil, no meio da Praça dos Três Poderes, mais alta do que qualquer um dos Poderes, e lembrar que essa bandeira representa o povo brasileiro, representa cada um de nós, representa todos nós; representa um passado, cultura, tradição, história, que sempre têm que ser respeitados.

Que o presente momento nos inspire a fortalecer os princípios democráticos e que juntos possamos continuar a construir um Brasil mais justo, livre e igualitário!

Obrigado.

E que Deus abençoe a todos nós e a nossa grande nação chamada Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Eu agradeço as palavras, até porque o senhor coloca uma situação que ocorreu comigo e defende exatamente os pontos que a sociedade precisa entender, que estão na Constituição e foram violados. E esse precedente é muito perigoso. Por isso, fico feliz de ouvir o senhor falando, porque passa para mim que eu não estou sozinho; passa para mim que, de fato, outros Senadores também entenderam a gravidade do fato. E vocês não chegaram nem a questionar o mérito, qual era o motivo pelo qual para, depois então, fazer uma defesa, e vocês saíram em defesa da Constituição – e é exatamente ela que a gente tem que defender sempre, independente do mérito. E sendo o mérito muito claramente – hoje, tive uma reunião com os advogados do Senado –, claramente uma ação política, que o próprio Ministro Flávio Dino já fazia no Maranhão e que, agora, como Ministro da Justiça, está fazendo com a Polícia Federal.

Os policiais federais, aqui eu repito, Senador, por diversas vezes, na minha casa, olhavam para mim e diziam: “Senador, nos perdoe, nós estamos cumprindo uma missão. Sabemos da tua história, fomos seus alunos. Não há o que questionar da tua honra, da tua credibilidade”. Mas eu disse a eles o seguinte: “Eu vim para cá, e não vim forçado, obrigado. Ninguém me obrigou a estar aqui, mas eu não imaginava que assassinar reputação era tão frequente aqui dentro”. E, aí, eu falo com o senhor, hoje como um Senador da República, com a sua história de ser o primeiro brasileiro a ver o que nenhum brasileiro viu, colocando-se também na defesa da democracia, da Constituição. E eu, ao ler a decisão dizendo que eu estava desrespeitando a Constituição... Eu estava na defesa da Constituição quando o ex-Deputado Federal Daniel Silveira me abordou aqui fora, pedindo para que eu pudesse ajudar nesse plano de gravar o Ministro Alexandre de Moraes, para, então, invalidar as eleições. E claramente eu dizendo para o Ministro: “Jamais fiz e farei algo nesse sentido”. E disse para ele: “Ministro, preciso estar agora, pessoalmente, para te passar os detalhes, porque é grave”.

E eu não tinha nem noção de que, em janeiro, pudesse vir a acontecer o que aconteceu. E, quando aconteceu no dia 8 de janeiro, eu cheguei em Brasília e comecei a investigar e, de pronto, eu soube, pela minha experiência de anos, que os que estavam sendo presos nada tinham a ver, não prevaricaram. E, quando eu tive acesso a esse documento que o Ministro Alexandre de Moraes diz que é um documento sigiloso e que, assim, eu estou cometendo um crime por divulgar um documento sigiloso, esse estava, sim, sigiloso, mas caiu o sigilo dele, porque não tem mais nem esse símbolo de sigilo, porque ele foi adulterado pelo Ministro G. Dias. Então, esse deixou de ser o documento oficial, mas só foi mudado um detalhe de que o Ministro G. Dias estava sendo comunicado. Para mim, é igual falar subir para cima.

Quem trabalha na área sabe que a Abin é obrigada a reportar ao GSI, então é uma coisa que não precisa dizer. É pleonasma, não é? Subir para cima. Não, a Abin reporta ao GSI. Então é um detalhe que para mim... mas a sociedade não entendeu, por isso que foi feita, através do Esperidião Amin, a solicitação do terceiro relatório.

E ter tornado público... Olha o que diz a Constituição, mesmo se estivesse em sigilo. Olha o que diz a Constituição, pois nem os Senadores sabiam disso: “Os Deputados e Senadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações”. Ou seja, a Constituição fala que eu tenho



o direito, garante-me o direito. Está aqui, eu não cometi nenhum crime. E falar que, por divulgar um documento sigiloso, mesmo ele sabendo que não é mais sigiloso... Mas o problema é porque aqui nas instituições que a Abin comunicou está escrito STF e Tribunal Superior Eleitoral.

É isso que ele chamou de *fake news*: eu estar publicando notícias falsas. Notícias falsas vindas da Abin? Que depois, quando o G. Dias caiu – eu já vinha falando antes –, quando as pessoas viram de fato na televisão o G. Dias compactuando, as pessoas começaram a levar a sério, porque, até então, eu entrei na esfera do: “Se você não pode derrubar o argumento, você derruba o argumentador”. E começaram com a retórica de que eu sou doido, de que eu sou: ora fala uma coisa, ora fala outra. Só que se esquecem de que, no setor em que a gente trabalha, o que eu fiz é usado desde a Segunda Guerra Mundial e que a Ucrânia está usando agora, que é a indução de informações.

Quando você quer mandar uma mensagem para alguém, você cria uma narrativa para atrair a imprensa e dentro dessa narrativa tem uma mensagem que uma pessoa precisa receber. E, quando eu fiz esse movimento, foi para dizer para todos esses ministros que eu já tive acesso ao relatório e já estava sabendo a verdade. E não citei o Ministro Alexandre de Moraes nem o STF, porque eu achei que ele faria a sua proteção e passaria a relatoria para outro ministro, tomaria providências para dentro da legalidade, da moralidade, mas assim ele não o fez.

E quando eu estive lá no galpão – eu estive logo em seguida, quando o grupo foi preso – me remeti, claro que eu não vivenciei, mas através da história de livros e filmes, me remeti à época dos judeus, que estavam todos ali numa situação desumana, desumana mesmo! Pessoas vomitando, pessoas doentes, mulheres que não tinham absorventes, tinham que lavar o que a outra usou para usar de novo, para dar para outra mulher. E quando você vê isso tudo como ser humano e fala: “Bem, eu acredito que as pessoas que os botaram aqui devem estar trabalhando para resolver essa situação”, mas não, não estavam! E isso me indignou muito, e eu já tendo ciência disso aqui. Vocês não imaginam o que é dormir sabendo da verdade e vendo as pessoas perdendo o seu direito de defesa, não existindo direitos humanos. E aí, quando eu tornei isso público, veio a retaliação, para que “o Marcos do Val agora está sendo investigado criminalmente”. Nunca cometi um crime na minha vida, nem multa.

Então, eu agradeço muito, Senador, pela fala, porque nós precisamos tornar isso... ecoar isso para todos os Senadores, porque eu fui a vários setores, inclusive internacionais, para perguntar como poderia frear um ministro, que, com a desculpa de defender a Constituição, não cumpre a Constituição.

E como eu falei... ele até colocou na decisão, dizendo que eu estava com uma fala agressiva, gerando agressividade nas redes sociais quando eu citei que o traidor da Constituição é um traidor da pátria. E ele colocou na decisão como se eu estivesse fomentando o ódio nas redes, e tirou as minhas redes sociais do ar.

Hoje... Eu estou tendo só a oportunidade... Desde quinta-feira, só hoje eu estou tendo a oportunidade de falar. E, incrivelmente – eu vou mandar para todos os Senadores –, na decisão dele ele cita falas minhas daí onde o senhor está, quando a Constituição nos garante aí falar, o livre pensamento, falas, decisões. Ele colocou dentro da decisão, colocando-me como se eu tivesse cometido um crime quando eu estava aí falando. A esse ponto ele chegou.

Então, eu faço questão de tornar tudo público, o que pode ser público. E eu esperei a CPMI iniciar para tornar público um documento que deixou de ser sigiloso – esse não é mais sigiloso – para dizer a verdade para a sociedade, porque eu não estava conseguindo dormir sabendo da verdade e das injustiças que estavam acontecendo.

Não dá mais para a gente ficar calado. Até onde eu pude ir sozinho eu fui. Quase perdi meu terceiro casamento. A minha filha, chorando, pediu: “Pai, para, sai disso [ela tem 17 anos], porque eu estava em sala de aula e as pessoas me dizendo que você estava sendo preso”.



Imagine ela dentro da escola e as pessoas... A professora a tirou para conversar sobre o que estava acontecendo com o pai dela.

Eu imagino que V. Exa. deve ter passado por situações semelhantes, porque era... é o nosso herói brasileiro, o primeiro astronauta do Brasil – e isso vai ficar para a eternidade – e, de repente, o senhor, toda a sua história, a sua carreira, por questões políticas, tentarem destruir com narrativas falsas, tendenciosas, escondendo provas e ainda não obedecendo o que a Procuradoria-Geral da União, a PGR (Procuradoria-Geral da República) decidiu: indeferimento. Mesmo com a posição da PGR, ele seguiu.

Hoje, o Ministro Alexandre de Moraes é a pessoa... É um ditador jurídico de que o Brasil está refém. Em todos os setores, Senador, onde eu vou, em que eu passo, todos temem. Eu ouvi um delegado da Polícia Federal falando o seguinte: “Senador, porque se fosse seguindo a lei, a gente sabe que se passar o sinal vermelho, a gente vai ser multado. Mas o problema não é o que você fala, mas quem está falando. Então, se eu parar no sinal vermelho, ele pode querer me multar. Se eu passar pelo sinal verde, ele pode querer me multar.” E assim ele está fazendo. Então, as pessoas não estão tendo nem a segurança do que está escrito na Constituição e no Código Penal. E sobre essa interferência, eu comecei até a pensar: ué, mas eu escutava muito que o ex-Presidente da República estava esticando as cordas com os outros poderes. O Presidente nem mais está aqui há meses e essa corda continua sendo esticada; e quinta-feira ela arrebentou. Então, quem de fato estava trazendo essa instabilidade entre os três poderes? É notório que é o Ministro Alexandre de Moraes. Para encerrar, eu reforço aqui o agradecimento e que nós possamos estar ombreados, todos os Senadores, porque hoje invadiram esta Casa, e entraram no meu quarto, simbolicamente falando; amanhã pode ser no teu quarto, pode ser no quarto da Oposição, que fizeram postagens debochadas – “hoje a Swat está invadindo a casa do Senador Do Val” –, fazendo deboches, exatamente essa Oposição que sofreu situações semelhantes. Como é que você pode desejar a outra pessoa o que você não quer para você? Eu acho que o Brasil precisa...

A sociedade na rua me cumprimentando, dizendo: “estou com você. Mesmo com a tentativa de assassinar sua reputação, de dar a noção de que você é um criminoso, mas a gente viu que não saiu um centavo naquelas sacolas, que não tinha nada ilícito, ilegal, tudo na legalidade”. Saíram procurando *pen drives*. Os *pen drives* que eles levaram são *pen drives* da época que eu dava aula na Swat, vai ver só isso. Então a gente precisa de fato estar juntos, seja situação ou oposição.

Obrigado.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Presidente, se me permite, um comentário final. Não desmerecendo ou mudando o tom, mas sem pensar no caso concreto, o que eu vejo realmente é que, do ponto de vista de democracia, nós temos que tomar muito cuidado com o momento atual, sem dúvida nenhuma. Porque muito se fala sobre democracia, mas nós precisamos tomar conta do equilíbrio frágil da nossa democracia.

E aqui em cima, o nosso patrono aqui, eu tenho certeza de que, de onde estiver, está assistindo com muito cuidado, lembrando das frases dele também, daquela época. Nós já passamos por muitas dificuldades no nosso país e, com certeza, nós vamos superar essa também. E a maneira de superar isso é acreditar, acreditar no futuro, acreditar que a verdade sempre prevalece.

(*Soa a campanha.*)

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Ela pode ser a favor ou contra cada um de nós, mas ela sempre prevalece. Acreditar que o povo brasileiro merece o tratamento, o tratamento devido, com o devido respeito.

Todos nós estamos aqui para defender a população brasileira e cada um, eleito ou indicado, tem essa obrigação com cada um dos brasileiros, de cumprir o seu papel dentro da sua função e fazer o melhor



possível para que tudo isso, no final das contas, resulte em um melhor Brasil para as futuras gerações. Então, obrigado por me permitir aqui fazer esse aparte também. Sem dúvida nenhuma, no final, a verdade e o bem sempre prevalecem.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES. Fala da Presidência.) – Esta Presidência informa às Senadoras e aos Senadores que estão convocadas as seguintes sessões para amanhã, terça-feira.

Sessão de Premiação e de Condecorações, às 9h, destinada ao Prêmio Adoção Tardia, e sessão deliberativa ordinária, às 14h, com pauta divulgada pela Secretaria-Geral da Mesa.

Cumprida a finalidade desta sessão, a Presidência declara o seu encerramento.

Muito obrigado.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 48 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

EXPEDIENTE

Comunicações





SENADO FEDERAL
Liderança do Bloco Parlamentar Aliança

SF/23007.17742-21

Ofício nº 031/2023 – GABLID/BLALIAN

Brasília-DF, 16 de junho de 2023.

A Sua Excelência o Senhor
SENADOR RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

Assunto: Substituição membros CCJ.

Senhor Presidente,

Solicito a V. Exa. a indicação do Senador Ciro Nogueira (Progressistas/PI) para ocupar a vaga de titular na CCJ, em substituição ao Senador Dr. Hiran (Progressistas/RR), que passará a ocupar a vaga de 2º Suplente nessa mesma Comissão.

Respeitosamente,

Senador Ciro Nogueira (PP/PI)
Líder do Bloco Parlamentar Aliança - BLALIAN
(documento assinado eletronicamente)





SENADO FEDERAL
Bloco Vanguarda

OF. Nº 017/2023-BLVANG

Brasília, 19 de junho 2023.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **RODRIGO PACHECO**
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Cumprimentando Vossa Excelência, faço a indicação à vaga de suplência atualmente disponível na **Comissão de Defesa da Democracia (CDD)**, o senador **Jaime Bagattoli (PL/RO)**, de acordo com o critério de proporcionalidade estabelecido para o bloco parlamentar Vanguarda.

COMISSÃO	SUPLENTE
Comissão Permanente de Defesa da Democracia (CDD)	Senador Jaime Bagattoli (PL/RO)

Atenciosamente,


Senador WELLINGTON FAGUNDES
Líder do Bloco Vanguarda





SENADO FEDERAL
Bloco Vanguarda

OF. Nº 018/2023-BLVANG

Brasília, 19 de junho 2023.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **RODRIGO PACHECO**
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Cumprimentando Vossa Excelência, faço a indicação à vaga de suplência atualmente disponível na **Comissão de Comunicação e Direito Digital (CCDD)**, o senador **Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)**, de acordo com o critério de proporcionalidade estabelecido para o bloco parlamentar Vanguarda.

COMISSÃO	SUPLENTE
Comissão de Comunicação e Direito Digital (CCDD)	Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

Atenciosamente,


Senador WELLINGTON FAGUNDES
Líder do Bloco Vanguarda





SENADO FEDERAL

SF/23328.12978-53

Ofício nº. 72/2023/BLRESDEM

Brasília, 19 de junho de 2023

Excelentíssimo Senhor

Senador RODRIGO PACHECO

Presidente do Senador Federal

Assunto: Desligamento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, em nome do Bloco Parlamentar Resistência Democrática, solicito o meu desligamento, **como suplente**, da **Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH**.

Atenciosamente,

Senadora ELIZIANE GAMA

Líder do Bloco Resistência Democrática



Projetos de Lei





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 3135, DE 2023

Altera o inciso I do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação da conta vinculada do trabalhador no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) na hipótese de pedido de demissão.

AUTORIA: Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 3135/2023 [1 de 4]



PROJETO DE LEI DO SENADO Nº DE 2023

Altera o inciso I do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação da conta vinculada do trabalhador no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) na hipótese de pedido de demissão.

O CONGRESSO NACIONAL decreta: Art. 1º O inciso I do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 20.

.....
.....
.....

I – pedido de demissão e despedida sem justa causa, inclusive a indireta, de culpa recíproca e de força maior.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A legislação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS traz, no art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, inúmeros dispositivos (atualmente são dezoito incisos) que contemplam a liberação dos depósitos existentes, sendo que as hipóteses mais comuns são a demissão sem justa causa e a aposentadoria. Entretanto, quando o empregado pede demissão, os saldos ficam retidos, com atualização monetária insuficiente e em benefício do sistema financeiro que sustenta, entre outras, as políticas habitacionais. Essa situação é injusta pois a relação de emprego possui dois atores bem definidos, empregado e empregador, que recebem tratamento diferenciado. Quando a rescisão ocorre por iniciativa do empregador, os créditos são liberados; quando o empregado inicia o processo de rescisão, os créditos são retidos. Ora, essa diferença de tratamento é injustificável, valorizando sobremaneira as razões do empregador. Em muitos casos, as condições de trabalho são ruins e o empregador retarda os pagamentos ou desestimula a continuidade do trabalho. Lógico que não interessa a ele arcar com o custo das rescisões.

O empregado é, então, forçado direta ou indiretamente a pedir demissão. Ficar sem acesso imediato ao seu FGTS e sem o Seguro-Desemprego. Justo? Não! Em relações dessa natureza os trabalhadores devem ter os mesmos direitos, quer peçam demissão ou sejam demitidos injustificadamente.

No âmbito político mais abrangente, numa sociedade de homens livres ninguém deve ser constrangido ou induzido a permanecer desempenhando tarefas ou atividades incompatíveis com a sua vocação e a sua felicidade. Em



Assinado eletronicamente por Sen Carlos Viana

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5440386022>

Avulso do PL 3135/2023 [2 de 4]



última instância, a emancipação dos trabalhadores passa, também, pelo direito de usufruir de seus fundos de poupança e reserva, nos momentos julgados, por eles, mais convenientes.

Trata-se de uma medida importante para melhorar a legislação do FGTS. Esperamos, pelas razões expostas, contar com o apoio dos nobres Colegas para a aprovação desta iniciativa.

Sala das Sessões,

Senador Carlos Viana



Assinado eletronicamente por Sen Carlos Viana

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5440386022>

Avulso do PL 3135/2023 [3 de 4]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 8.036, de 11 de Maio de 1990 - Lei do FGTS; Lei do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - 8036/90

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1990;8036>

- art20

- art20_cpt_inc1





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 3141, DE 2023

Cria o Programa Cartão Reconstruir e dá outras providências.

AUTORIA: Senador Sérgio Petecão (PSD/AC)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 3141/2023 [1 de 13]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Sérgio Petecão

SF/23295.69163-52

PROJETO DE LEI Nº , DE 2023

Cria o Programa Cartão Reconstruir e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Capítulo I**Da estrutura e finalidade do Programa Cartão Reconstruir**

Art. 1º Fica instituído o Programa Cartão Reconstruir, que tem por finalidade a concessão de subvenção econômica para aquisição de materiais de construção, destinada à reforma, à ampliação ou à conclusão de unidades habitacionais dos grupos familiares diretamente afetados por situações de desastre, incluídos o fornecimento de assistência técnica e os custos operacionais do Programa que estejam a cargo da União.

§ 1º O uso do Cartão Reconstruir ficará restrito às áreas e circunstâncias em que forem reconhecidas as situações de emergência ou calamidade pública.

§ 2º A União fica autorizada a conceder a subvenção econômica de que trata o *caput* deste artigo mediante recursos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, observada a disponibilidade orçamentária e financeira, especialmente os provenientes do Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil (Funcap);

Senado Federal – Praça dos Três Poderes – Anexo II, Ala Senador Tancredo Neves, Gabinete 54 - CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-6706 a 3303-6713 – Fax +55 (61) 3303-6714 – sergiopetecao@senador.gov.br



Assinado eletronicamente por Sen. Sérgio Petecão

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6608588145>

Avulso do PL 3141/2023 [2 de 13]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Sérgio Petecão

SF/23295.69163-52

§ 3º A parcela da subvenção econômica destinada à aquisição de materiais de construção deverá ser aplicada exclusivamente no imóvel indicado pelo beneficiário, por ocasião da inscrição no Programa.

§ 4º A subvenção econômica de que trata o *caput* deste artigo poderá ser concedida mais de uma vez por grupo familiar e por imóvel, desde que não ultrapasse o valor máximo estipulado pelo Poder Executivo federal.

§ 5º A União transferirá para os entes apoiadores, no todo ou em parte, a parcela dos recursos destinada à assistência técnica, limitada a 30% (trinta por cento) da dotação orçamentária do Programa.

§ 6º Os materiais de construção adquiridos por meio do Cartão Reconstruir obrigatoriamente devem ser participantes do Programa Setorial de Qualidade (PSQ) do Ministério das Cidades, atendendo as normas da ABNT conforme definido no Código do Consumidor.

§ 7º Os agentes interessados em fornecer material de construção aos beneficiários do Cartão Reconstruir devem possuir cadastro junto ao Agente Operador do Programa e será dada preferência para aqueles que se localizam no município atingido pelo desastre ou com acesso mais facilitado a ele.

Art. 2º O regulamento definirá os agentes responsáveis pela gestão e execução do Programa, assim como as atribuições da Defesa Civil Nacional na condição de Agente Operador do Programa.

Art. 3º A União manterá controle gerencial das ações do Programa a partir de relatórios periodicamente encaminhados à Defesa Civil Nacional pelos entes apoiadores.

Art. 4º Para os fins desta Lei, considera-se:

I – grupo familiar: a unidade nuclear composta por um ou mais moradores permanentes que contribuam para o seu rendimento conjunto ou

Senado Federal – Praça dos Três Poderes – Anexo II, Ala Senador Tancredo Neves, Gabinete 54 - CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-6706 a 3303-6713 – Fax +55 (61) 3303-6714 – sergiopetecao@senador.gov.br



Assinado eletronicamente por Sen. Sérgio Petecão

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6608588145>

Avulso do PL 3141/2023 [3 de 13]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Sérgio Petecão

que tenham as suas despesas por ela atendidas, abrangidas todas as espécies de famílias reconhecidas pelo ordenamento jurídico brasileiro, inclusive a família unipessoal;

II – renda familiar mensal: a soma dos rendimentos brutos auferidos mensalmente pela totalidade dos integrantes de um grupo familiar, incluídos os rendimentos provenientes de programas oficiais de transferência de renda;

III – reforma, ampliação e conclusão de unidade habitacional: as obras destinadas à melhoria de condições de habitabilidade, de salubridade, de segurança, de acessibilidade e de dignidade da moradia, conforme regulamentação do Poder Executivo federal;

IV – Cartão Reconstruir: meio de pagamento nominal aos beneficiários do Programa para que adquiram exclusivamente materiais de construção, obedecidos os requisitos previstos nesta Lei e em regulamentação do Poder Executivo federal;

V – entes apoiadores: os Estados, o Distrito Federal e os Municípios responsáveis pela fiel execução das ações do Programa;

VI – participantes: os beneficiários, a União e seus agentes, a Defesa Civil Nacional, na condição de Operador do Programa, e seus agentes, os entes apoiadores e seus agentes, os comerciantes de materiais de construção e todos aqueles que concorrerem para as ações do Programa ou que se beneficiarem, direta ou indiretamente, dos recursos deste;

VII – assistência técnica: conjunto de ações, definido pelo Poder Executivo federal, a ser adotado pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios para a orientação aos beneficiários do Programa quanto à adequada aplicação dos recursos oriundos da subvenção econômica recebida; e

VIII – subvenção econômica: recursos provenientes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social destinados à aquisição de

Senado Federal – Praça dos Três Poderes – Anexo II, Ala Senador Tancredo Neves, Gabinete 54 - CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-6706 a 3303-6713 – Fax +55 (61) 3303-6714 – sergiopetecao@senador.gov.br



Assinado eletronicamente por Sen. Sérgio Petecão

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6608588145>

Avulso do PL 3141/2023 [4 de 13]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Sérgio Petecão

materiais de construção, incluídos o fornecimento de assistência técnica e os custos operacionais do Programa que estejam a cargo da União.

Art. 5º Os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e instituições privadas poderão complementar o valor da subvenção econômica de que trata o *caput* do art. 1º, mediante aportes de recursos financeiros, concessão de incentivos fiscais ou fornecimento de bens e serviços economicamente mensuráveis, nas condições a serem definidas pelo Poder Executivo federal.

Parágrafo único. O disposto no *caput* deste artigo não exclui a competência dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para instituírem programas complementares, com recursos próprios.

Capítulo II**Dos requisitos para participação e enquadramento no Programa**

Art. 6º Para participar do Programa, o candidato a beneficiário deverá atender, no mínimo, aos seguintes requisitos:

I - integrar grupo familiar cadastrado no Cadastro Único;

II – ser proprietário, possuidor ou detentor de imóvel residencial, em área atingida por desastre e cuja situação de emergência ou calamidade pública foi devidamente reconhecida pela Defesa Civil Nacional, desde que regularizadas ou passíveis de regularização, na forma da lei, excluído o ocupante de imóveis cedidos ou alugados; e

III – ser maior de dezoito anos ou emancipado.

Art. 7º Terão prioridade de atendimento, no âmbito do Programa, os grupos familiares:





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Sérgio Petecão

I – que tiveram entre seus membros pessoas que morreram ou se tornaram inválidas em decorrência do desastre que permitiu a inscrição no programa;

II – cujo responsável pela subsistência seja mulher;

III – de que façam parte pessoas com deficiência, conforme a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015;

IV – de que façam parte idosos, conforme a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003; e

V – com menor renda familiar;

Art. 8º Os recursos da subvenção econômica ficarão disponíveis para o beneficiário por até doze meses, contados da disponibilização do benefício para efetivo uso.

Parágrafo único. A comprovação do uso dos recursos disponibilizados no âmbito do Programa será efetivada por meio da confirmação da entrega dos materiais de construção.

Capítulo III

Da operacionalização do Programa

Art. 9º A execução e a gestão do Programa contarão com a participação dos entes apoiadores.

§ 1º A supervisão e a avaliação das ações do Programa serão realizadas em regime de colaboração com os órgãos competentes dos entes apoiadores.

§ 2º O Poder Executivo federal estabelecerá:

Senado Federal – Praça dos Três Poderes – Anexo II, Ala Senador Tancredo Neves, Gabinete 54 - CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-6706 a 3303-6713 – Fax +55 (61) 3303-6714 – sergiopetecao@senador.gov.br



Assinado eletronicamente por Sen. Sérgio Petecão

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6608588145>

Avulso do PL 3141/2023 [6 de 13]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Sérgio Petecão

I – os procedimentos e as condições necessárias para adesão ao Programa;

II – as competências dos participantes do Programa;

III – os instrumentos a serem celebrados entre a União e os entes apoiadores no âmbito do Programa;

IV – os limites da parcela da subvenção econômica concedida a cada beneficiário do Programa;

V – os limites da parcela da subvenção econômica destinada à satisfação dos custos operacionais do Programa que estejam a cargo da União;

VI – os procedimentos e os instrumentos de controle e de acompanhamento das ações do Programa pelos entes federados;

VII – as metas a serem atingidas pelo Programa;

VIII – as diretrizes para gestão e avaliação dos resultados do Programa;

IX – os critérios de alocação dos recursos do Programa no território nacional;

X – os critérios de seleção dos beneficiários do Programa.

Art. 10. Compete aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios que aderirem ao Programa, na qualidade de entes apoiadores:

I – elaborar proposta de melhorias habitacionais em áreas específicas da cidade aptas a receberem a subvenção prevista no Programa;

II – cadastrar os grupos familiares interessados em participar do Programa nas áreas propostas;

Senado Federal – Praça dos Três Poderes – Anexo II, Ala Senador Tancredo Neves, Gabinete 54 - CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-6706 a 3303-6713 – Fax +55 (61) 3303-6714 – sergiopetecao@senador.gov.br



Assinado eletronicamente por Sen. Sérgio Petecão

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6608588145>

Avulso do PL 3141/2023 [7 de 13]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Sérgio Petecão

SF/23295.69163-52

III – prestar, na forma do § 5º do art. 1º desta Lei, assistência técnica aos beneficiários e realizar as ações de coordenação, acompanhamento e controle do Programa nas respectivas esferas de atuação.

§ 1º No âmbito municipal, o Programa terá um coordenador-geral, responsável pelas ações de gestão, e um coordenador técnico, obrigatoriamente profissional com registro nos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia ou nos Conselhos Regionais de Arquitetura e Urbanismo, encarregado do gerenciamento das equipes de assistência técnica.

§ 2º As áreas específicas aptas a receberem a subvenção prevista no Programa não poderão incluir áreas de risco, podendo os Estados, o Distrito Federal e os Municípios utilizar do Cartão Reconstruir para incentivar a remoção de seus moradores para áreas seguras.

Art. 11. Os conselhos municipais de habitação, onde houver, poderão auxiliar, em caráter consultivo, no planejamento, no monitoramento, na fiscalização e na avaliação do Programa.

Capítulo IV

Disposições finais

Art. 12. A aplicação indevida dos recursos da subvenção econômica de que trata esta Lei sujeitará o beneficiário às seguintes penalidades, sem prejuízo de outras sanções civis, administrativas e penais cabíveis:

I – vedação ao recebimento de recursos ou benefícios associados a qualquer programa habitacional federal; e

II – obrigação de devolver integralmente os recursos recebidos, em valor corrigido monetariamente pelo Índice Nacional de

Senado Federal – Praça dos Três Poderes – Anexo II, Ala Senador Tancredo Neves, Gabinete 54 - CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-6706 a 3303-6713 – Fax +55 (61) 3303-6714 – sergiopetecao@senador.gov.br



Assinado eletronicamente por Sen. Sérgio Petecão

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6608588145>

Avulso do PL 3141/2023 [8 de 13]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Sérgio Petecão

SF/23295.69163-52

Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Art. 13. Os participantes do Programa, públicos ou privados, que venham a descumprir normas ou a contribuir, por ação ou omissão, para a aplicação indevida dos recursos do Programa, perderão a possibilidade de atuar nele, sem prejuízo do dever de ressarcimento dos danos causados e das demais sanções civis, administrativas e penais aplicáveis, em especial as previstas na Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

§ 1º O servidor público e o agente da entidade participante do Programa serão responsabilizados quando:

I – informarem, inserirem ou fizerem inserir dados ou informações falsas no âmbito do Programa;

II – contribuírem para que pessoa diversa do beneficiário final do Programa receba vantagem indevida; ou

III – derem causa ou contribuírem para irregularidades na implementação das ações do Programa.

§ 2º Na hipótese do § 1º deste artigo, caso comprovado dolo ou fraude, o servidor público e o agente da entidade participante do Programa ficarão adicionalmente obrigados a pagar multa, nunca inferior ao dobro e superior ao quádruplo da quantia da subvenção econômica recebida ou do dano causado.

§ 3º Apurado, por meio de processo administrativo, o valor a ser ressarcido e não tendo sido pago pelo responsável, ao débito serão aplicados os procedimentos de cobrança dos créditos da União, na forma da legislação pertinente.

Art. 14. Pela inexecução total ou parcial das ações do Programa, o Poder Executivo federal poderá, garantidos a prévia e ampla





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Sérgio Petecão

SF/23295.69163-52

defesa e o contraditório, aplicar multa aos entes apoiadores, na forma prevista no instrumento celebrado.

Art. 15. Ato do Poder Executivo regulamentará o disposto nesta Lei.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 1.162, de 14 de fevereiro de 2023, retomou o antigo Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), com o propósito de ampliar a oferta de moradias para as classes menos favorecidas. No entanto, entendemos que há espaço para medidas complementares ao principal programa habitacional voltado às populações de menor renda.

O Programa Cartão Reconstruir que aqui propomos tem como finalidade a concessão de subvenção econômica para aquisição de materiais de construção, destinada à reforma, à ampliação ou à conclusão de unidades habitacionais em áreas atingidas por desastre.

O programa tem particularidades que permitem uma resposta mais ágil em situações de emergência ou calamidade, por exemplo. O fato de o usuário final ser também responsável pela reforma ou construção facilita o processo de decisão sobre a aquisição de materiais de construção. Além disso, a compra de materiais acaba por estimular o comércio e a prestação de serviços locais, situação bastante desejável em casos de emergência ou de calamidade pública.

Eventos climáticos extremos com consequências desastrosas têm ocorrido com frequência no País, resultando em perdas de vidas e de estruturas urbanas. A perda de moradias deixa famílias inteiras desabrigadas e sem perspectiva de voltarem à normalidade de suas vidas dada a incapacidade de obterem os recursos necessários à reforma ou à

Senado Federal – Praça dos Três Poderes – Anexo II, Ala Senador Tancredo Neves, Gabinete 54 - CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-6706 a 3303-6713 – Fax +55 (61) 3303-6714 – sergiopetecao@senador.gov.br



Assinado eletronicamente por Sen. Sérgio Petecão

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6608588145>

Avulso do PL 3141/2023 [10 de 13]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Sérgio Petecão

SF/23295.69163-52

reconstrução do que foi danificado ou perdido em decorrência de desastres naturais.

Casos como os que ocorreram no passado recente em Petrópolis – RJ e em São Sebastião – SP evidenciam a necessidade de uma resposta mais rápida do poder público no auxílio às pessoas atingidas.

Em outras localidades, o problema são as enchentes. A população do Acre está sendo atingida pela maior cheia do Rio Acre dos últimos oito anos. Vários municípios acreanos decretaram situação de emergência, reconhecida pelo governo federal. Apesar de alguma melhora no nível do rio, cerca de 75 mil pessoas seguem atingidas pela enchente.

Embora sejam tomadas ações de resposta à emergência e de acolhimento dos desabrigados, a etapa seguinte consiste na reconstrução da infraestrutura urbana e, principalmente, das casas das famílias atingidas.

Diante desse grave cenário, o Congresso Nacional não pode ficar inerte, devendo dar a sua contribuição para viabilizar, o mais rápido possível, o retorno à normalidade.

Nesse contexto, apresentamos o presente projeto de lei, que propõe a criação do Programa Cartão Reconstruir, buscando facilitar a compra de materiais de construção voltados para a reconstrução ou a reforma dessas habitações. Para permitir uma resposta condizente com a urgência daqueles que se encontram em condições mais vulneráveis, o programa prioriza o atendimento às famílias cujas moradias foram danificadas pelas chuvas ou outros desastres naturais, notadamente da população mais carente.

Certo de que essa medida pode contribuir para minorar ou resolver o problema de muitas famílias brasileiras, contamos com a sensibilidade dos nobres Pares para sua aprovação.

Senado Federal – Praça dos Três Poderes – Anexo II, Ala Senador Tancredo Neves, Gabinete 54 - CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-6706 a 3303-6713 – Fax +55 (61) 3303-6714 – sergiopetecao@senador.gov.br



Assinado eletronicamente por Sen. Sérgio Petecão

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6608588145>

Avulso do PL 3141/2023 [11 de 13]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Sérgio Petecão

Sala das Sessões,

Senador SÉRGIO PETECÃO

SF/23295.69163-52

Senado Federal – Praça dos Três Poderes – Anexo II, Ala Senador Tancredo Neves, Gabinete 54 - CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-6706 a 3303-6713 – Fax +55 (61) 3303-6714 – sergiopetecao@senador.gov.br



Assinado eletronicamente por Sen. Sérgio Petecão

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/6608588145>

Avulso do PL 3141/2023 [12 de 13]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 8.429, de 2 de Junho de 1992 - Lei da Improbidade Administrativa; Lei do Enriquecimento Ilícito (1992); Lei do Colarinho Branco (1992) - 8429/92
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1992;8429>
- Lei nº 10.741, de 1º de Outubro de 2003 - Estatuto do Idoso; Lei do Idoso - 10741/03
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2003;10741>
- Lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - 13146/15
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2015;13146>
- Medida Provisória nº 1.162 de 14/02/2023 - MPV-1162-2023-02-14 - 1162/23
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:medida.provisoria:2023;1162>



Projeto de Resolução





SENADO FEDERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 67, DE 2023

Institui a Frente Parlamentar Mista pelo Fortalecimento da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

AUTORIA: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)



[Página da matéria](#)

Avulso do PRS 67/2023 [1 de 4]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

SF/23637.47066-87

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2023

Institui a Frente Parlamentar Mista pelo Fortalecimento da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É instituída a Frente Parlamentar Mista pelo Fortalecimento da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), com a finalidade de:

I – iniciar, acompanhar e aprimorar, por meio da atuação dos Parlamentares que a integrem, proposições legislativas e programas que disciplinem assuntos referentes à Embrapa e à pesquisa agropecuária;

II – avaliar o impacto de políticas públicas relacionadas à Embrapa e à pesquisa agropecuária;

III – debater o papel e o caráter público da Embrapa, sua importância para a pesquisa agropecuária nacional e a promoção de ações inclusivas no seu âmbito de atuação;

IV – realizar encontros, simpósios, seminários, congressos, reuniões, intercâmbios e outros eventos sobre a pesquisa agropecuária nacional e a atuação da Embrapa nesse contexto;

V – articular e integrar iniciativas da Frente Parlamentar Mista com as ações de governo e das entidades da sociedade civil pelo fortalecimento da Embrapa;

VI – divulgar os ganhos socioeconômicos e ambientais proporcionados pelo avanço da pesquisa agropecuária no País e, especialmente, aqueles advindos de tecnologias geradas pela Embrapa;



Assinado eletronicamente por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9651924599> ou e-mail: sen.nelsinhotrad@senado.leg.br

Ayulso do PRS 67/2023 [2 de 4]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

SF/23637.47066-87

VII – promover a divulgação das atividades da Frente Parlamentar Mista pelo Fortalecimento da Embrapa no âmbito do Parlamento e junto à sociedade.

Parágrafo único. A Frente Parlamentar Mista pelo Fortalecimento da Embrapa reunir-se-á, preferencialmente, no âmbito do Senado Federal, podendo, no entanto, por conveniência, valer-se de outro local em Brasília ou em outra unidade da Federação.

Art. 2º A Frente Parlamentar Mista pelo Fortalecimento da Embrapa será integrada, inicialmente, pelas Senadoras, pelos Senadores, pelas Deputadas e pelos Deputados que assinarem a ata de sua instalação, podendo a ela aderir outros Parlamentares integrantes das Casas do Congresso Nacional.

Art. 3º A Frente Parlamentar Mista pelo Fortalecimento da Embrapa reger-se-á por regulamento interno ou, na falta desse, por decisão da maioria absoluta de seus integrantes, respeitadas as disposições legais e regimentais em vigor.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Em meio século de existência, a história da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) se confunde com a recente história da agropecuária brasileira. Nesse período, o Brasil, de importador líquido, se transformou em um dos maiores produtores mundiais de alimentos.

No momento de sua fundação, o desafio que se impunha à Embrapa era o de contribuir para a diversificação e o aumento da produção e de alimentos no País, bem como o para o aumento da produtividade na agropecuária, a fim de que pudessemos enfrentar o contexto de urbanização do País sem colocar em risco a segurança alimentar e nutricional da população.

O sucesso da agropecuária nacional nesse período e as notórias contribuições das tecnologias desenvolvidas pela Embrapa nas décadas recentes



Assinado eletronicamente por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-1egis/9651924599>E-mail: sen.nelsinhotrad@senado.leg.br

Aviso do PRS 67/2023 [3 de 4]





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

para o aumento da produção e da produtividade do agronegócio brasileiro não deixam pairar qualquer sombra de dúvida sobre a importância fundamental do papel desempenhado pela Embrapa nessa trajetória.

Todavia, apesar do sucesso já alcançado, não se deve olvidar que a Embrapa continua a desempenhar um papel central no desenvolvimento da agropecuária nacional contemporânea, pois, cada vez mais, o crescimento da produção agropecuária e, por consequência, de alimentos, deve ter como fator principal o incremento tecnológico, de forma que se reduzam a pressão sobre os recursos naturais e a emissão de gases de efeito estufa, principal causa das mudanças climáticas.

É nesse contexto que propomos a criação da Frente Parlamentar Mista pelo Fortalecimento da Embrapa, que terá como missão zelar para que haja no âmbito da sociedade brasileira e do Poder Público as condições necessárias ao desempenho das atribuições da Embrapa e, de forma mais ampla, de todas as instituições ligadas à pesquisa agropecuária nacional.

Diante disso, peço o apoio dos nobres Pares à Proposição que ora apresentamos.

Sala das Sessões,

Senador NELSINHO TRAD



Assinado eletronicamente por Sen. Nelsinho Trad

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/9651924599> ou e-mail: sen.nelsinhotrad@senado.leg.br

Aviso do PRS 67/2023 [4 de 4]



Requerimentos





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 595, DE 2023

Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Fazenda, Fernando Haddad, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações sobre a política de Patrocínios Culturais da Caixa Econômica Federal e de suas subsidiárias (Caixa Seguridade, Caixa Loterias, Caixa Cartões e Caixa DTVM).

AUTORIA: Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 595/2023 [1 de 4]





SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Daniella Ribeiro

REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Fazenda, Fernando Haddad, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações sobre a política de Patrocínios Culturais da Caixa Econômica Federal e de suas subsidiárias (Caixa Seguridade, Caixa Loterias, Caixa Cartões e Caixa DTVM).

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Fazenda, Fernando Haddad, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações sobre a política de Patrocínios Culturais da Caixa Econômica Federal e de suas subsidiárias (Caixa Seguridade, Caixa Loterias, Caixa Cartões e Caixa DTVM).

Nesses termos, requisita-se:

1. Quais os critérios utilizados para a seleção dos projetos que receberão o patrocínio cultural da Caixa Econômica Federal e suas subsidiárias? O processo de seleção pública é divulgado em quais canais? Como são escolhidos os setores prioritários para financiamento?



Assinado eletronicamente por Sen. Daniella Ribeiro

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2476123637>

Avulso do RQS 595/2023 [2 de 4]



2. Como se dá a discussão das decisões sobre o financiamento de projetos culturais entre as instâncias internas de governança da Caixa Econômica Federal (Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Conselho Fiscal)? O Conselho de Administração tem poder de estabelecer as diretrizes do Programa e/ou tem poder de veto dos programas escolhidos?
3. Quais as metodologias aplicadas na avaliação e seleção dos projetos patrocinados?
4. Como se dá o processo de financiamento desses projetos escolhidos? Há limites de valores para cada categoria de projeto ou para cada região do país?
5. Quais são as medidas adotadas pela Caixa Econômica Federal e suas subsidiárias para garantir a transparência e o acesso público às informações sobre os projetos patrocinados?
6. Quais os entes federados, entidades, empresas, pessoas, programas, atendidos pela política no ano de 2023? (incluir os valores destinados a cada um dos projetos)
7. Quais são as medidas de análise da efetividade dos projetos culturais financiados após a sua realização? Estas informações são apresentadas para qual instância de governança interna da Caixa Econômica Federal e suas subsidiárias e/ou para qual órgão de controle? Há mecanismos pré-estabelecidos para evitar desvio de finalidade no uso dos recursos pelos responsáveis pelos projetos selecionados?
8. Qual é a estratégia em termos de diretrizes e de montante de desembolso para os anos de 2023, 2024, 2025 e 2026? Há algum objetivo pré-estabelecido de posicionar a Caixa Econômica Federal



Assinado eletronicamente por Sen. Daniella Ribeiro

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2476123637>

Avulso do RQS 595/2023 [3 de 4]



entre os principais financiadores da cultura no Brasil? Qual é a estratégia do Banco em termos de escopo de financiamento futuro na área cultural?

JUSTIFICAÇÃO

Há indiscutível importância do setor cultural para o país em termos da geração de emprego e da valorização das habilidades culturais e do lazer. É importante que a população como um todo tenha acesso à cultura. Ao mesmo tempo, é imprescindível dar transparência ao uso de recursos públicos usados por órgãos da administração direta e indireta e garantir que haja efetividade dos recursos aplicados.

As informações solicitadas neste requerimento caminham na direção de dar maior transparência e zelo aos recursos públicos, entender suas diretrizes, critérios de seleção e aplicação e fazer uma avaliação a posteriori dos recursos utilizados. Também é importante entender a estratégia que a Caixa Econômica Federal tem para esta atividade de financiamento no curto e médio prazos.

Sala das Sessões, de de .

Senadora Daniella Ribeiro
(PSD - PB)



Assinado eletronicamente por Sen. Daniella Ribeiro

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/2476123637>

Avulso do RQS 595/2023 [4 de 4]



Apresentado o Requerimento nº 595, de 2023, da Senadora Daniella Ribeiro, *solicitando que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Fazenda, Fernando Haddad, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações sobre a política de Patrocínios Culturais da Caixa Econômica Federal e de suas subsidiárias (Caixa Seguridade, Caixa Loterias, Caixa Cartões e Caixa DTVM).*

O Requerimento vai à Comissão Diretora, para decisão.





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 596, DE 2023

Requer a retirada de tramitação do PL 986/2022.

AUTORIA: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 596/2023 [1 de 2]





SENADO FEDERAL

SF/23226.83108-30 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE - CDIR

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada, em caráter definitivo, do PL 986/2022, que “dispõe sobre o reconhecimento da pessoa com epilepsia como pessoa com deficiência”.

Sala das Reuniões, 19 de junho de 2023.

Senador Jorge Kajuru
(PSB - GO)



Assinado eletronicamente por Sen. Jorge Kajuru

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8453327620>

Avulso do RQS 596/2023 [2 de 2]



Foi apresentado Requerimento nº 596, de 2023, do Senador Jorge Kajuru, de retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei nº 986, de 2022.

A Presidência defere o Requerimento de retirada, encaminhando o Projeto de Lei nº 986, de 2022, ao Arquivo.





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 598, DE 2023

Requer audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o PLP 93/2023.

AUTORIA: Senador Carlos Portinho (PL/RJ)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 598/2023 [1 de 3]





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Carlos Portinho

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 255, II, “c”, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que sobre o PLP 93/2023, que “institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022, e no inciso VIII do caput e no parágrafo único do art. 163 da Constituição Federal; e altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), e a Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002”, além do constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

JUSTIFICAÇÃO

O PLP nº 93, de 2023, propõe instituir um novo arcabouço fiscal, em substituição ao atual Regime Fiscal, instituído pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016, e popularmente conhecido como Teto de Gastos.

Definir um novo arcabouço fiscal esbarra em uma série de dificuldades. É imprescindível equilibrar a necessidade de responsabilidade fiscal, de forma a garantir a solvência das contas públicas, e, simultaneamente, cuidar para que as despesas públicas sejam capazes de atender às múltiplas demandas de nossa sociedade. A evolução futura de nossa economia depende fortemente de como esse arcabouço será desenhado. Esse tênue equilíbrio entre responsabilidade fiscal e necessidade de atendimento às necessidades da sociedade requer um amplo debate, que obrigatoriamente passa por questões constitucionais e legais. Por exemplo, a preocupação com as demandas sociais está diretamente ligada à garantia dos direitos fundamentais.

Os diferentes papéis do Poder Executivo na definição do orçamento e os critérios de responsabilização do gestor público em caso de descumprimento das metas fiscais são assuntos que demandam uma criteriosa análise jurídica,



Assinado eletronicamente por Sen. Carlos Portinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3088765151>

Avulso do RQS 598/2023 [2 de 3]



inclusive no campo penal. De pouco adianta aprovar um novo arcabouço fiscal e esse arcabouço não ser harmônico com nossa legislação. Nossa sociedade não pode se dar ao luxo de gerar fonte adicional de insegurança jurídica. Afinal, um dos principais objetivos do Novo Arcabouço Fiscal é dar previsibilidade aos agentes econômicos acerca da evolução das contas públicas. Essa previsibilidade depende não só dos aspectos econômicos que o PLP propõe, mas também da viabilidade jurídica das propostas ali contidas. Daí a clara necessidade de este PLP passar por criteriosa análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Importante registrar, ainda, que a proposição em análise possui tamanha amplitude que afeta todas as áreas da economia, o que demandaria análise de inúmeras outras comissões, por exemplo, os gatos com saúde e educação deveriam ser debatidos na Comissão de Assuntos Sociais (CAS); fundo constitucional do Distrito Federal necessitaria ser analisado pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR); gastos com investimentos pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), contudo, considerando que se busca dar celeridade a tramitação do PLP em foco propomos que a proposição seja analisada ao menos pela CCJ.

Diante da importância do requerimento, contamos com o apoio dos nobres pares para sua aprovação.

Sala das Sessões, 31 de maio de 2023.

Senador Carlos Portinho
Líder do Partido Liberal



Assinado eletronicamente por Sen. Carlos Portinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3088765151>

Avulso do RQS 598/2023 [3 de 3]





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 599, DE 2023

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro das Comunicações José Juscelino dos Santos Rezende Filho, informações de ordem técnica a respeito do processo de renovação de outorga da Associação Movimento Comunitário ElShadday, que atualmente se encontra a espera de deliberação no Senado Federal.

AUTORIA: Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 599/2023 [1 de 5]





Gabinete do Senador Hamilton Mourão

SF/23952.19921-33

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº

DE 2023

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro das Comunicações José Juscelino dos Santos Rezende Filho, informações de ordem técnica a respeito do processo de renovação de outorga da *Associação Movimento Comunitário ElShadday*, que atualmente se encontra a espera de deliberação no Senado Federal.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o Deputado Federal José Juscelino dos Santos Rezende Filho, informações sobre o processo de renovação de outorga da Associação Movimento Comunitário ElShadday, para continuidade do serviço de radiodifusão comunitária no Município de Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul, atualmente em trâmite no Senado Federal, na forma do Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 451 de 2021.

Nesses termos, requisita-se sejam dadas as respostas às seguintes perguntas:

- 1) Constitui mesmo vício insuperável o fato de o segundo tesoureiro da referida entidade ter se declarado Pastor para fins de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária?
- 2) Se sim, há alguma medida legislativa ou executiva a ser tomada a fim de afastar o óbice à almejada renovação de outorga, sem necessidade de o processo voltar ao Executivo desde a origem?



Assinado eletronicamente por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1289794757>

Avulso do RQS 599/2023 [2 de 5]



**Gabinete do Senador Hamilton Mourão**

SF/23952.19921-33

JUSTIFICAÇÃO

Nota Técnica recém apresentada pela Ilustre Consultoria Legislativa do SF apontou, diligentemente, possível óbice legal à pretensão da referida Rádio Comunitária em razão do fato de o Sr. Américo Alexandre Espindola Barreiro, seu segundo tesoureiro de acordo com o que consta em várias atas de assembleias gerais daquela entidade, ter se declarado Pastor.

Ocorre que à época da instrução do pedido de renovação de outorga da Rádio em comento, vigorava a Portaria nº 4.334, de 17 de setembro de 2015, do Ministério das Comunicações, anterior, portanto, às alterações promovidas pela Portaria nº 1.909, de 5 de abril de 2018, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, cujo art. 132, inciso III, estabelece como causa de indeferimento do pedido de renovação a constatação da existência de vínculo, que inclusive constitui vício insanável nos termos da redação do Parágrafo único do mesmo dispositivo.

De fato, o artigo da Lei nº 9.612 de 1998, que Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências, esclarece a impossibilidade do estabelecimento ou manutenção de vínculos subordinativos com outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, familiares, político-partidárias, comerciais e, sobretudo, religiosas.

É o que podemos concluir da legislação citada abaixo reproduzida, *in verbis*:

Art. 11, da Lei nº 9.612/98: A entidade detentora de autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária não poderá estabelecer ou manter vínculos que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante



Assinado eletronicamente por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1289794757>

Avulso do RQS 599/2023 [3 de 5]



**Gabinete do Senador Hamilton Mourão**

compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.

Além disso, o art. 40, inciso VI, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, classifica ainda, como infração punível com multa, o estabelecimento ou manutenção de vínculos que subordinem a entidade ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.

Todavia, apesar de configurada a possibilidade de vínculo vedado pela disciplina do serviço, a Nota Técnica nº 28222/2017/SEI-MCTIC, de 20 de dezembro de 2017 do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTIC), considerou que todas as exigências legais e regulatórias foram cumpridas, recomendando o deferimento da renovação.

Em sendo assim, entendo por necessária e oportuna a intervenção do Ministério das Comunicações a fim de que sane, à luz da estrita legalidade, eventuais imbróglis que porventura possam comprometer a lisura do processo de outorga e de renovação de rádios perante esta egrégia Casa Legislativa.

Daí as razões que me levam a elaborar o presente Requerimento sobre o qual peço aos meus nobres pares componentes da Mesa Diretora do SF que o aprovem com a possível brevidade.

Plenário do Senado Federal, em de junho de 2023.

Senador HAMILTON MOURÃO



Assinado eletronicamente por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1289794757>

Avulso do RQS 599/2023 [4 de 5]





Gabinete do Senador Hamilton Mourão

(REPUBLICANOS - RS)

SF/23952.19921-33



Assinado eletronicamente por Sen. Hamilton Mourão

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/1289794757>

Avulso do RQS 599/2023 [5 de 5]



Apresentado o Requerimento nº 599, de 2023, do Senador Hamilton Mourão, *solicitando que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro das Comunicações José Juscelino dos Santos Rezende Filho, informações de ordem técnica a respeito do processo de renovação de outorga da Associação Movimento Comunitário ElShadday, que atualmente se encontra a espera de deliberação no Senado Federal.*

O Requerimento vai à Comissão Diretora, para decisão.





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL Nº 318, DE 2023

Requer licença para desempenhar missão oficial, em Lisboa, Portugal, com ônus para o Senado Federal.

AUTORIA: Senador Ciro Nogueira (PP/PI)



[Página da matéria](#)

Avulso do REQ 318/2023 - CDIR [1 de 3]



REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão no exterior, com ônus para o Senado Federal, em Lisboa, Portugal, de 27/06/2023 a 30/07/2023, a fim de participar da Sessão Comemorativa do Dia Internacional do Parlamento junto com o 134º aniversário da União Interparlamentar dias 29 e 30 de junho de 2023, organizada pela Assembleia da República de Portugal e outras agendas de interesse parlamentar, conforme Autorização do Presidente em anexo.

Comunico, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País de 26/06/2023 a 03/07/2023, para desempenho desta missão.

Sala das Sessões, 15 de junho de 2023.

Senador Ciro Nogueira
(PP - PI)
Senador



Assinado eletronicamente por Sen. Ciro Nogueira

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3656459165>

Avulso do REQ 318/2023 - CDIR [2 de 3]





SENADO FEDERAL
Presidência

SF/23224.57726-02 (LexEdit)

Ofício nº 0591.2023-PRESID

Brasília, 14 de JUNHO de 2023.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **Ciro Nogueira**
Senado Federal

Assunto: Autorização de viagem.
Ref.: Documento nº 00100.098072/2023-55.

Senhor Senador,

Cumprimentando-o cordialmente, autorizo a participação de Vossa Excelência, com ônus ao Senado Federal com diárias e seguro viagem, no BTG Pactual Private Cocktail, Sessão Comemorativa do Dia Internacional do Parlamento e 134º aniversário da União Interparlamentar, a serem realizados na cidade de Lisboa, em Portugal, no período de **27 a 30 de junho de 2023**, nos termos do Ofício nº 042/2023/GSCNOG e convite anexos.

Atenciosamente,

Senador Rodrigo Pacheco
Presidente do Senado Federal



Assinado eletronicamente por Sen. Ciro Nogueira

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3656459165>

Senado Federal – Presidência

Praça dos Três Poderes - Edifício Principal - 70.165-900 Brasília/DF

Telefones: +55 (61) 3303-3000 a 3009 - presidente@senado.leg.br - <http://www.senado.leg.br>

Avulso do REQ 318/2023 - CDIR [3 de 3]





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL Nº 322, DE 2023

Requer a retirada de tramitação do REQ 318/2023 - CDIR.

AUTORIA: Senador Ciro Nogueira (PP/PI)



[Página da matéria](#)

Avulso do REQ 322/2023 - CDIR [1 de 2]



REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada, em caráter definitivo, do REQ 318/2023 - CDIR, que “requer licença para desempenhar missão oficial, em Lisboa, Portugal, com ônus para o Senado Federal”.

JUSTIFICAÇÃO

Cancelar o requerimento 318/2023 para retificação.

Sala das Sessões, 15 de junho de 2023.

Senador Ciro Nogueira
(PP - PI)
Senador



Assinado eletronicamente por Sen. Ciro Nogueira

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8620166946>

Avulso do REQ 322/2023 - CDIR [2 de 2]



A Presidência defere, nos termos do art. 256, § 2º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, o Requerimento nº 322, de 2023 – CDIR, do Senador Ciro Nogueira. O Requerimento nº 318, de 2023 – CDIR, retirado, vai ao arquivo.



Término de Prazos



Encerrou-se em 16 de junho o prazo para apresentação de emendas aos Projetos de Lei n°s 2.796, de 2021; 710 e 2.201, de 2022.

Foram recebidas as Emendas n°s 3 a 6-Plen ao Projeto de Lei n° 2.796, de 2021; e n°s 1 e 2-Plen ao Projeto de Lei n° 2.201, de 2022.

Não foram apresentadas emendas ao Projeto de Lei n° 710, de 2022.

O Projeto de Lei n° 2.796, de 2021, retorna à CAE para análise das emendas.

O Projeto de Lei n° 2.201, de 2022, retorna à CE para análise das emendas.

O Projeto de Lei n° 710, de 2022 será incluído em Ordem do Dia oportunamente.





SENADO FEDERAL

EMENDAS

Apresentadas perante a Mesa do Senado Federal ao **Projeto de Lei nº 2796, de 2021**, que *"Cria o marco legal para a indústria de jogos eletrônicos e para os jogos de fantasia."*

PARLAMENTARES	EMENDAS NºS
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	003; 004
Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)	005; 006

TOTAL DE EMENDAS: 4



[Página da matéria](#)



PL 2796/2021
00003



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

EMENDA Nº , DE 2023 - PLEN
(ao Projeto de Lei nº 2.796, de 2021)

O art. 4º do Projeto de Lei nº 2.796, de 2021, passa a vigorar acrescido dos seguintes § 2º, § 3º, § 4º, 5º e 6º renumerando-se o parágrafo único para o § 1º:

Art. 4º
.....

§ 1º As autoridades administrativas regulamentarão, no âmbito de sua competência, o uso dos jogos eletrônicos para os fins previstos nos incisos I, II e III do caput deste artigo.

§ 2º A regulamentação referida no § 1º em ambiente escolar, de que trata o inciso I do *caput*, não poderá obrigar escolas com menos de 500 (quinhentos) alunos, nem escolas do campo, de povos originários e de quilombolas, a adquirir jogos eletrônicos.

§ 3º O disposto no § 2º não impede o exercício da faculdade de aquisição dos jogos eletrônicos por escolas privadas.

§ 4º O poder público promoverá políticas públicas para garantir o fornecimento dos jogos eletrônicos a escolas públicas.

§ 5º Para fins de que trata o § 2º, não haverá obrigatoriedade para escolas com maior número de alunos.

§ 6º Os jogos eletrônicos, utilizados em ambiente escolar, na forma do inciso I do *caput*, devem estar disponíveis para acesso pelos pais ou responsáveis do aluno e o uso, no caso de finalidade de recreação, adicionalmente, depende de prévia autorização dos pais ou responsáveis. (NR)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei nº 2.796, de 2021, de autoria do ilustre deputado KIM KATAGUIRI, pretende criar um marco legal para os jogos eletrônicos, excluindo de sua abrangência as máquinas de caça-níqueis e jogos de azar assemelhados, que podem causar dependência.

O texto ainda equipara a tributação de jogos eletrônicos à tributação de itens de informática e permite o uso de jogos eletrônicos em ambiente escolar, para fins didáticos, em conformidade com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e de recreação, a ser regulamentado.

A nossa preocupação é que a regulamentação, ao alterar a BNCC, venha a estabelecer obrigação de utilização de jogos eletrônicos em todas as escolas, sem observar as particularidades de porte e de região.

A situação das escolas pequenas, principalmente de interior, pode variar dependendo da região e do contexto específico, mas geralmente enfrenta desafios diferentes das escolas maiores.

As escolas pequenas de interior, muitas vezes, têm orçamentos menores, o que significa que podem ter recursos limitados para investir em infraestrutura, materiais didáticos, equipamentos tecnológicos e atividades extracurriculares. Assim, não é razoável esperar que seja imposta obrigação de adquirir jogos eletrônicos a escolas que passam por dificuldades financeiras.

Nesse contexto, proponho emenda estabelecendo que a regulamentação referente ao uso de jogos eletrônicos em ambiente escolar não poderá obrigar escolas com menos de 500 (quinhentos) alunos a adquiri-los, nem tampouco escolas do campo, de povos tradicionais e quilombolas.

Por outro lado, isso não impede o exercício da faculdade de aquisição dos jogos eletrônicos por escolas privadas, nem impede o fornecimento dos jogos eletrônicos





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

pelo poder público a escolas públicas, e tampouco implica em obrigatoriedade para escolas com maior número de alunos.

Ainda, proponho emenda para determinar que os jogos eletrônicos, utilizados em ambiente escolar, estejam disponíveis para acesso pelos pais ou responsáveis do aluno e o uso, no caso de finalidade de recreação, adicionalmente, dependa de prévia autorização dos pais ou responsáveis do aluno.

Ante o exposto, na certeza de estar contribuindo com o marco legal da indústria de jogos eletrônicos e com a liberdade das micro e pequenas escolas, esperamos contar com o apoio de nossos Pares para acatamento desta emenda.

Sala das Sessões, 15 de junho de 2023.

Senador Mecias de Jesus
(REPUBLICANOS/RR)



PL 2796/2021
00004



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

EMENDA Nº - PLEN

(ao Projeto de Lei nº 2.796, de 2021)

O art. 2º do Projeto de Lei nº 2.796, de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º
.....

§ 1º Considera-se jogo eletrônico:

I - a obra audiovisual desenvolvida como programa de computador que contenha elementos gráficos e audiovisuais, conforme definido na Lei nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998, com meios lúdicos, em que o usuário controle a ação e interaja com a interface; bem como o software para uso como aplicativo de celular e/ou página de internet.

II - o software para aplicativo de celular e/ou página de internet desenvolvido com o objetivo de entretenimento com jogos de fantasia.

§ 2º Não se consideram jogo eletrônico, para os fins desta Lei, as máquinas caça-níqueis ou outros jogos de chance semelhantes.

§ 3º Consideram-se jogos de fantasia as disputas ocorridas em ambiente virtual, a partir do desempenho de atletas em eventos esportivos reais, nas quais:

I - sejam formadas equipes virtuais cujo desempenho dependa eminentemente do conhecimento, da estratégia e das habilidades dos usuários;





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

II - as regras sejam preestabelecidas, inclusive sobre existência de eventual premiação de qualquer espécie;

III - o valor da premiação independa da quantidade de participantes ou do volume arrecadado com a cobrança das taxas de inscrição; e

IV - os resultados não decorram de placar ou de atividade isolada de um único atleta ou de uma única equipe em competição real.

§ 4º Consideram-se ferramentas essenciais ao desenvolvimento de jogos eletrônicos:

I - computadores;

II - equipamentos especializados, comercializados ou não, essenciais para a fabricação de jogo para uma determinada plataforma;

III - programas de computadores dedicados à criação de jogos, com a capacidade de gerar a versão executável do jogo para uma ou mais plataformas;

IV - programas de computadores (softwares) e licenças necessários para o time de especialidades multidisciplinares na construção do jogo.”

JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei nº 2.796, de 2021, de autoria do ilustre deputado KIM KATAGUIRI, pretende criar um marco legal para os jogos eletrônicos, excluindo de





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

sua abrangência as máquinas de caça-níqueis e jogos de azar assemelhados, que podem causar dependência.

O texto ainda equipara a tributação de jogos eletrônicos à tributação de itens de informática e permite o uso de jogos eletrônicos em ambiente escolar, para fins didáticos, em conformidade com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e de recreação, a ser regulamentado.

De acordo com a redação original do art. 2º, § 1º, inc. I, verifica-se, de plano, que se a norma prosseguir de tal maneira seria possível compreender jogo eletrônico tanto como o programa de computador (software), como com o dispositivo (hardware).

Assim, tal conceito de natureza dupla – software e hardware - pode resultar em grande complexidade para fins de tratamento tributário e de aplicação de incentivos para o desenvolvimento de jogos eletrônicos. O que, em verdade, prejudica a indústria de jogos eletrônicos na medida em que gera complexidades desnecessárias para a definição do que é, efetivamente, jogo eletrônico. Nesse sentido, a presente emenda garante segurança jurídica, estabelecendo que o conceito de jogo eletrônico deve ser compreendido como programa de computador (ou software), agregando os incisos I e II do art. 2º.

Ainda, suprimimos o inc. II do § 1º do art. 2º, com intuito de enquadramento no § 4 que incluímos no mesmo artigo por compreendermos que cabe a conceituação, em apartado, do que são as ferramentas essenciais necessárias ao desenvolvimento dos jogos eletrônicos tendo em vista que para a aquisição de tais ferramentas, essenciais ao desenvolvimento e produção dos jogos eletrônicos, devem ser aplicados aos benefícios previstos no 6º do Projeto.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

Ante o exposto, na certeza de estar contribuindo com o marco legal da indústria, esperamos contar com o apoio de nossos Pares para acatamento desta emenda.

Sala das Sessões, de de 2023.

Senador Mecias de Jesus
(REPUBLICANOS/RR)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Izalci Lucas

PL 2796/2021
00005

EMENDA Nº - PLEN
(ao PL nº 2.796, de 2021)

Dá nova redação ao inciso I do parágrafo 1º do artigo 2º do PL nº 2.796, de 2021.

Art. 1º O inciso I do parágrafo 1º do art. 2º passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º

§ 1º

“I – a obra audiovisual desenvolvida como programa de computador que contenha elementos gráficos e audiovisuais, conforme definido na Lei nº 9.609, de 19 fevereiro de 1.998, com meios lúdicos, em que o usuário controle a ação e interaja com a interface, bem como o software para uso como aplicativo de celular e/ou página de internet.” (NR)

JUSTIFICATIVA

Há necessidade de alteração do conceito de jogos eletrônicos. De acordo com a redação original, considerando que os incisos se referem a (i) programa de computador, (ii) dispositivo central e acessórios e (iii) software, verifica-se, de plano, que se a norma prosseguir de tal maneira seria possível compreender jogo eletrônico tanto como o programa de computado (software), como com o dispositivo (hardware).

Pois bem, tal conceito de natureza dupla – software e hardware - pode resultar em grande complexidade causando imenso impacto para o desenvolvimento de jogos eletrônicos, pois atribui semelhança entre produto e serviço, gerando a possibilidade de produto físico ser considerado um jogo. O que, em verdade, prejudica a indústria de jogos eletrônicos na medida em





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Izalci Lucas

que gera complexidades desnecessárias para a definição do que é, efetivamente, jogo eletrônico. Nesse sentido, o conceito de jogo eletrônico deve ser compreendido como programa de computador (ou software). Outrossim, considerando que já existe o entendimento de que o jogo eletrônico se enquadra como obra audiovisual, tendo sido publicados Editais da ANCINE, bem como de iniciativa da SPCINE e outras autarquias, para o incentivo e fomento ao desenvolvimento de jogos eletrônicos, cabe a inclusão de forma expressa do conceito de jogos eletrônicos como obras audiovisuais para fins de amparar as políticas públicas já realizadas neste sentido e possibilitar a sua expansão.

Neste ponto, vale consignar o entendimento manifesto da Deliberação de Diretoria Colegiada da ANCINE nº 745-E de 2018 de que: *Nesse diapasão, exsurge a distinção entre obra audiovisual stricto sensu e obra audiovisual lato sensu, porquanto, “ao longo dos tempos o termo “audiovisual” foi utilizado pela indústria, pelo poder público para se referir à obra videofonográfica e cinematográfica, além dos projetos transmidiáticos. Logicamente não se havia pensado nos jogos eletrônicos como obra audiovisual naquele momento de criação das leis que regem o audiovisual. Nesse sentido, entende-se aqui interpretar essas obras audiovisuais originalmente pensados pelo legislador como obra audiovisual stricto sensu. Já o conceito de obra audiovisual que engloba os jogos eletrônicos poderá ser caracterizado como obra audiovisual lato sensu.” Portanto, com base nesse entendimento, o GT conclui pela inclusão do referido conceito dentro do espectro de abrangência da definição de obra audiovisual, o que está em plena consonância com o entendimento deste diretor.”*

Pois bem, considerando que os jogos eletrônicos são considerados como obra audiovisual *lato sensu* para fins de políticas públicas para o segmento, conforme entendimento consolidado no âmbito da Ancine, evitando retrocessos e garantindo segurança jurídica ao setor.

Sala das Sessões,





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Izalci Lucas

PL 2796/2021
00006

EMENDA Nº - PLEN
(ao PL nº 2.796, de 2021)

Suprima-se o inciso II do parágrafo 1º do art. 2º.

JUSTIFICATIVA

Essa natureza dupla – software e hardware - pode resultar em grande complexidade e causar imenso impacto negativo para o desenvolvimento de jogos eletrônicos, pois atribui semelhança entre produto e serviço, gerando a possibilidade de produto físico ser confundido e considerado um jogo, prejudicando a indústria de jogos eletrônicos por não definir jogo eletrônico de maneira clara e objetiva.

Portanto, é imprescindível que se separe o jogo eletrônico do seu dispositivo de execução, por exemplo: um celular (que é um hardware e considerado console hoje em dia) que roda um jogo, não pode ser confundido, tampopuco tratado como o próprio “jogo em si”.

Nesse sentido, o conceito de jogo eletrônico deve ser compreendido pela sua natureza ímpar: conteúdo audiovisual de base tecnológica, na forma de programa de computador (ou software).

A proposta de inclusão do § 4º objeto da emenda n.º 1 apresentada à matéria versa sobre a conceituação, em apartado, do que são as ferramentas essenciais necessárias ao desenvolvimento dos jogos eletrônicos tendo em vista que para a aquisição de tais ferramentas, essenciais ao desenvolvimento e produção dos jogos eletrônicos, devem ser aplicados os benefícios previstos no 6º do Projeto de Lei nº 2.796-A.

Para um Marco Legal que pretende também versar sobre a produção de jogos no Brasil, é importante entender e prever essa cadeia produtiva, levando em





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Izalci Lucas

consideração seus conceitos, seus processos, finalidades, mão-de-obra e aplicações na sociedade. Dentro das particularidades dessa indústria ímpar, a inovação e o trabalho com tecnologias novas ou em desenvolvimento – sejam elas hardwares ou softwares – como protótipos ou kits de desenvolvimento e outros equipamentos ainda não lançados no mercado, necessita de velocidade de acesso e segurança na circulação desses ativos no país.

Sala das Sessões, ...





SENADO FEDERAL

EMENDAS

Apresentadas perante a Mesa do Senado Federal ao **Projeto de Lei nº 2201, de 2022**, que *"Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para prever a instituição de Conselhos Escolares e de Fóruns dos Conselhos Escolares."*

PARLAMENTARES	EMENDAS NºS
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	001; 002

TOTAL DE EMENDAS: 2



[Página da matéria](#)



PL 2201/2022
00001



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

EMENDA Nº - PLEN

(ao Projeto de Lei nº 2.201, de 2022)

O art. 14 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, alterado pelo art. 1º do Projeto de Lei nº 2.201, de 2022, passa a vigorar acrescido dos seguintes § 4º e § 5º:

“§ 4º Os representantes das categorias dos incisos IV e V do § 1º não poderão exercer as atividades citadas nos incisos I e II do § 1º.

§ 5º Para fins de preenchimento das vagas do inciso II do § 3º, deve haver paridade entre a quantidade das categorias dos incisos III a V do § 1º e a soma da quantidade do inciso I do § 3º com a quantidade das categorias dos incisos I e II do § 1º.” (NR)

JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei nº 2.201, de 2022, cria regras para o funcionamento dos conselhos escolares e dos fóruns de conselhos escolares, visando instituir uma gestão democrática por meio deles.

Pelo projeto, os estados e municípios definirão as normas de gestão democrática, por meio de lei, garantindo a participação das comunidades escolar e local em conselhos e fóruns de conselhos.¹

O conselho escolar, órgão deliberativo, possuirá estrutura paritária, sendo composto, de um lado: 1) pelo diretor da escola; 2) por um professor ou orientador educacional ou supervisor ou administrador escolar; e 3) por um integrante das demais

¹ Agência Senado: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/06/06/marco-regulatorio-para-conselhos-escolares-vai-a-plenario>





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

categorias de servidores públicos que exerçam atividades administrativas na escola; e, em outro lado, 1) por um estudante; 2) por um pai ou responsável; e 3) por um membro da comunidade local. A formação paritária é louvável e garante o equilíbrio das decisões.

O fórum dos conselhos escolares será composto por dois representantes do órgão responsável pelo sistema de ensino, além de dois representantes de cada conselho escolar da localidade.

Penso que a gestão democrática pode ser incrementada, isso porque, da forma como o texto está escrito, é possível que, por exemplo, um administrador escolar também se candidate para as categorias de pais ou de membros da comunidade local. Assim, apresento emenda, incluindo um novo parágrafo (§4º), estabelecendo que os representantes das duas últimas categorias não poderão exercer as atividades exercidas pelos representantes das duas primeiras categorias.

Ademais, a composição do fórum dos conselhos escolares nos pareceu pouco democrática, isso, pois, diferentemente da composição paritária do conselho escolar, pode levar a uma formação do fórum exclusivamente de pessoas vinculadas ao sistema de ensino, o que pode acontecer se, entre os representantes do conselho escolar, estiverem apenas representantes escolares.

De forma a também tornar paritário o fórum dos conselhos escolares, apresento emenda, incluindo um novo parágrafo (§5º), para que a sua composição seja ajustada, equilibrando-se os representantes vinculados ao sistema de ensino com os representantes não vinculados. Não é possível especificar a quantidade exata, já que é função do número de conselhos escolares da circunscrição de atuação do fórum, mas a fórmula proposta permite a preservação da paridade.

Ante o exposto, na certeza de estar contribuindo para tornar os conselhos e os fóruns escolares ainda mais democráticos, esperamos contar com o apoio de nossos Pares para acatamento desta emenda.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

Sala das Sessões, de de 2023.

Senador Mecias de Jesus
(REPUBLICANOS/RR)



PL 2201/2022
00002



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

EMENDA Nº - PLEN

(ao Projeto de Lei nº 2.201, de 2022)

O Projeto de Lei nº 2.201, de 2022, passa a vigorar acrescido do seguinte art. 2º, remunerando-se o atual art. 2º para art. 3º:

Art 2º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 14-A:

“Art. 14-A As reuniões deliberativas do conselho escolar e do fórum dos conselhos escolares, de que tratam o art. 14, serão públicas e gravadas em meio eletrônico.

§ 1º A pauta de reunião deliberativa deverá ser divulgada no sítio na internet da correspondente Secretaria de Educação ou de órgão público assemelhado, do respectivo Estado ou Município, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis.

§ 2º Somente poderá ser deliberada matéria que conste da pauta de reunião divulgada na forma do § 1º.

§ 3º Deve ser disponibilizada aos interessados na sede do órgão referido no § 1º e em seu respectivo sítio na internet:

I - a gravação de cada reunião deliberativa, em até 15 (quinze) dias úteis após o encerramento da reunião; e

II - a ata de cada reunião deliberativa, em até 5 (cinco) dias úteis após sua aprovação.

§ 4º Não se aplica o disposto nos §§ 1º e 2º deste artigo às matérias urgentes e relevantes, a critério do presidente do conselho ou





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

do fórum, cuja deliberação não possa submeter-se aos prazos neles estabelecidos.

§ 5º Não se aplica o disposto neste artigo às deliberações que envolvam documentos classificados como sigilosos ou matérias de natureza administrativa.” (NR)

JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei nº 2.201, de 2022, cria regras para o funcionamento dos conselhos escolares e dos fóruns de conselhos escolares, visando instituir uma gestão democrática por meio deles.

Pelo projeto, os estados e municípios definirão as normas de gestão democrática, por meio de lei, garantindo a participação das comunidades escolar e local em conselhos e fóruns de conselhos.¹

O ilustre relator, Senador Confúcio Moura, destacou² o caráter democratizante que os conselhos cumprem na gestão do sistema educacional: “a Constituição e as leis já em vigor colocam a gestão democrática como um dos pilares para a oferta de educação de qualidade. Precisamos efetivar que toda a comunidade escolar seja ouvida e que, a partir daí, surjam propostas pedagógicas que realmente considerem as necessidades e eventuais contribuições de todos os interessados”.

Esse projeto, continua, “determina diretrizes para a normatização da gestão democrática através dos conselhos escolares e dos fóruns de conselhos escolares, que terão a incumbência de promover o diálogo, a interlocução e a cooperação, para

¹ Agência Senado: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/06/06/marco-regulatorio-para-conselhos-escolares-vai-a-plenario>

² Idem 1.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

facilitar que o objetivo comum de prestação educacional de qualidade se torne realidade”.

Entendo que há várias formas de concretização do princípio democrático, para além do estabelecimento da composição das instâncias decisórias. A transparência e a publicidade, por exemplo, são grandes valores que permitem a efetivação da democracia.

Isso está de acordo com as balizas constitucionais do art. 37 da Constituição Federal de 1988, que prevê que a administração pública, de qualquer dos poderes e de todos os entes federativos, obedecerá aos princípios, entre outros, da impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Dessa forma, apresento emenda para fortalecer a busca da gestão democrática dos conselhos e fóruns escolares por meio do estabelecimento de que suas reuniões deliberativas sejam públicas e gravadas em meio eletrônico, com pauta divulgada previamente em tempo razoável, que deve ser observada, exceto em casos justificáveis, bem como estabelecendo-se que haja disponibilização das gravações das reuniões deliberativas e das respectivas atas também em prazo adequado.

Ante o exposto, na certeza de estar contribuindo para tornar os conselhos e os fóruns escolares ainda mais democráticos, esperamos contar com o apoio de nossos Pares para acatamento desta emenda.

Sala das Sessões, de de 2023.

Senador Mecias de Jesus
(REPUBLICANOS/RR)



Encerrou-se em 16 de junho o prazo para interposição de recurso para apreciação pelo Plenário dos Projetos de Lei n°s 4.420, de 2019; 940, 1.732, 2.610, 2.994, 3.521, e 3.639, de 2021; e 2.260, de 2022.

Não foram apresentados recursos.

Os Projetos de Lei n°s 4.420, de 2019; 3.521, de 2021; e 2.260, de 2022, aprovados terminativamente pelas comissões competentes, vão à Câmara dos Deputados.

Os Projetos de Lei n°s 940, 1.732, 2.610, 2.994, e 3.639, de 2021, aprovados terminativamente pela CE, vão à sanção. Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

PSD - Angelo Coronel*
PT - Jaques Wagner*
PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

PL - Carlos Portinho* (S)
PL - Flávio Bolsonaro*
PL - Romário**

Maranhão

PSD - Eliziane Gama*
PDT - Weverton*
PSB - Ana Paula Lobato** (S)

Pará

MDB - Jader Barbalho*
PODEMOS - Zequinha Marinho*
PT - Beto Faro**

Pernambuco

MDB - Fernando Dueire* (S)
PT - Humberto Costa*
PT - Teresa Leitão**

São Paulo

MDB - Giordano* (S)
PSD - Mara Gabrilli*
PL - Astronauta Marcos Pontes**

Minas Gerais

PODEMOS - Carlos Viana*
PSD - Rodrigo Pacheco*
REPUBLICANOS - Cleitinho**

Goiás

PSB - Jorge Kajuru*
PSD - Vanderlan Cardoso*
PL - Wilder Morais**

Mato Grosso

UNIÃO - Jayme Campos*
PSD - Margareth Buzetti* (S)
PL - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

PP - Luis Carlos Heinze*
PT - Paulo Paim*
REPUBLICANOS - Hamilton Mourão**

Ceará

PDT - Cid Gomes*
NOVO - Eduardo Girão*
PT - Augusta Brito** (S)

Paraíba

PSD - Daniella Ribeiro*
MDB - Veneziano Vital do Rêgo*
UNIÃO - Efraim Filho**

Espírito Santo

PT - Fabiano Contarato*
PODEMOS - Marcos do Val*
PL - Magno Malta**

Piauí

PP - Ciro Nogueira*
MDB - Marcelo Castro*
PSD - Jussara Lima** (S)

Rio Grande do Norte

PODEMOS - Styvenson Valentim*
PSD - Zenaide Maia*
PL - Rogerio Marinho**

Santa Catarina

PP - Esperidião Amin*
MDB - Ivete da Silveira* (S)
PL - Jorge Seif**

Alagoas

MDB - Renan Calheiros*
PODEMOS - Rodrigo Cunha*
MDB - Fernando Farias** (S)

Sergipe

PSDB - Alessandro Vieira*
PT - Rogério Carvalho*
PP - Laércio Oliveira**

Mandatos

*: Período 2019/2027 ** : Período 2023/2031

Amazonas

MDB - Eduardo Braga*
PSDB - Plínio Valério*
PSD - Omar Aziz**

Paraná

PSB - Flávio Arns*
PODEMOS - Oriovisto Guimarães*
UNIÃO - Sergio Moro**

Acre

UNIÃO - Marcio Bittar*
PSD - Sérgio Petecão*
UNIÃO - Alan Rick**

Mato Grosso do Sul

PSD - Nelsinho Trad*
UNIÃO - Soraya Thronicke*
PP - Tereza Cristina**

Distrito Federal

PSDB - Izalci Lucas*
PDT - Leila Barros*
REPUBLICANOS - Damarens Alves**

Rondônia

MDB - Confúcio Moura*
PL - Marcos Rogério*
PL - Jaime Bagattoli**

Tocantins

PL - Eduardo Gomes*
PSD - Irajá*
UNIÃO - Professora Dorinha Seabra**

Amapá

PSD - Lucas Barreto*
REDE - Randolfe Rodrigues*
UNIÃO - Davi Alcolumbre**

Roraima

PSB - Chico Rodrigues*
REPUBLICANOS - Mecias de Jesus*
PP - Dr. Hiran**



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar Democracia - 30 MDB-10 / UNIÃO-8 / PODEMOS-6 / PDT-3 PSDB-3

Alan Rick.	UNIÃO / AC
Alessandro Vieira.	PSDB / SE
Carlos Viana.	PODEMOS / MG
Cid Gomes.	PDT / CE
Confúcio Moura.	MDB / RO
Davi Alcolumbre.	UNIÃO / AP
Eduardo Braga.	MDB / AM
Efraim Filho.	UNIÃO / PB
Fernando Dueire.	MDB / PE
Fernando Farias.	MDB / AL
Giordano.	MDB / SP
Ivete da Silveira.	MDB / SC
Izalci Lucas.	PSDB / DF
Jader Barbalho.	MDB / PA
Jayme Campos.	UNIÃO / MT
Leila Barros.	PDT / DF
Marcelo Castro.	MDB / PI
Marcio Bittar.	UNIÃO / AC
Marcos do Val.	PODEMOS / ES
Oriovisto Guimarães.	PODEMOS / PR
Plínio Valério.	PSDB / AM
Professora Dorinha Seabra.	UNIÃO / TO
Renan Calheiros.	MDB / AL
Rodrigo Cunha.	PODEMOS / AL
Sergio Moro.	UNIÃO / PR
Soraya Thronicke.	UNIÃO / MS
Styvenson Valentim.	PODEMOS / RN
Veneziano Vital do Rêgo.	MDB / PB
Weverton.	PDT / MA
Zequinha Marinho.	PODEMOS / PA

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 28 PSD-15 / PT-8 / PSB-4 / REDE-1

Ana Paula Lobato.	PSB / MA
Angelo Coronel.	PSD / BA
Augusta Brito.	PT / CE
Beto Faro.	PT / PA
Chico Rodrigues.	PSB / RR
Daniella Ribeiro.	PSD / PB
Eliziane Gama.	PSD / MA
Fabiano Contarato.	PT / ES
Flávio Arns.	PSB / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Irajá.	PSD / TO
Jaques Wagner.	PT / BA
Jorge Kajuru.	PSB / GO
Jussara Lima.	PSD / PI
Lucas Barreto.	PSD / AP
Mara Gabrilli.	PSD / SP
Margareth Buzetti.	PSD / MT
Nelsinho Trad.	PSD / MS
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Paulo Paim.	PT / RS
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Rodrigo Pacheco.	PSD / MG

Rogério Carvalho.	PT / SE
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Teresa Leitão.	PT / PE
Vanderlan Cardoso.	PSD / GO
Zenaide Maia.	PSD / RN

Bloco Parlamentar Vanguarda - 13 PL-12 / NOVO-1

Astronauta Marcos Pontes.	PL / SP
Carlos Portinho.	PL / RJ
Eduardo Girão.	NOVO / CE
Eduardo Gomes.	PL / TO
Flávio Bolsonaro.	PL / RJ
Jaime Bagattoli.	PL / RO
Jorge Seif.	PL / SC
Magno Malta.	PL / ES
Marcos Rogério.	PL / RO
Rogério Marinho.	PL / RN
Romário.	PL / RJ
Wellington Fagundes.	PL / MT
Wilder Moraes.	PL / GO

Bloco Parlamentar Aliança - 10 PP-6 / REPUBLICANOS-4

Ciro Nogueira.	PP / PI
Cleitinho.	REPUBLICANOS / MG
Dameres Alves.	REPUBLICANOS / DF
Dr. Hiran.	PP / RR
Esperidião Amin.	PP / SC
Hamilton Mourão.	REPUBLICANOS / RS
Laércio Oliveira.	PP / SE
Luis Carlos Heinze.	PP / RS
Mecias de Jesus.	REPUBLICANOS / RR
Tereza Cristina.	PP / MS

Bloco Parlamentar Democracia.	30
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	28
Bloco Parlamentar Vanguarda.	13
Bloco Parlamentar Aliança.	10
TOTAL	81



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Alan Rick** (UNIÃO-AC)
 Alessandro Vieira* (PSDB-SE)
 Ana Paula Lobato** (PSB-MA)
 Angelo Coronel* (PSD-BA)
 Astronauta Marcos Pontes** (PL-SP)
 Augusta Brito** (PT-CE)
 Beto Faro** (PT-PA)
 Carlos Portinho* (PL-RJ)
 Carlos Viana* (PODEMOS-MG)
 Chico Rodrigues* (PSB-RR)
 Cid Gomes* (PDT-CE)
 Ciro Nogueira* (PP-PI)
 Cleitinho** (REPUBLICANOS-MG)
 Confúcio Moura* (MDB-RO)
 Damares Alves** (REPUBLICANOS-DF)
 Daniella Ribeiro* (PSD-PB)
 Davi Alcolumbre** (UNIÃO-AP)
 Dr. Hiran** (PP-RR)
 Eduardo Braga* (MDB-AM)
 Eduardo Girão* (NOVO-CE)
 Eduardo Gomes* (PL-TO)
 Efraim Filho** (UNIÃO-PB)
 Eliziane Gama* (PSD-MA)
 Esperidião Amin* (PP-SC)
 Fabiano Contarato* (PT-ES)
 Fernando Dueire* (MDB-PE)
 Fernando Farias** (MDB-AL)

Flávio Arns* (PSB-PR)
 Flávio Bolsonaro* (PL-RJ)
 Giordano* (MDB-SP)
 Hamilton Mourão** (REPUBLICANOS-RS)
 Humberto Costa* (PT-PE)
 Irajá* (PSD-TO)
 Ivete da Silveira* (MDB-SC)
 Izalci Lucas* (PSDB-DF)
 Jader Barbalho* (MDB-PA)
 Jaime Bagattoli** (PL-RO)
 Jaques Wagner* (PT-BA)
 Jayme Campos* (UNIÃO-MT)
 Jorge Kajuru* (PSB-GO)
 Jorge Seif** (PL-SC)
 Jussara Lima** (PSD-PI)
 Laércio Oliveira** (PP-SE)
 Leila Barros* (PDT-DF)
 Lucas Barreto* (PSD-AP)
 Luís Carlos Heinze* (PP-RS)
 Magno Malta** (PL-ES)
 Mara Gabrilli* (PSD-SP)
 Marcelo Castro* (MDB-PI)
 Marcio Bittar* (UNIÃO-AC)
 Marcos Rogério* (PL-RO)
 Marcos do Val* (PODEMOS-ES)
 Margareth Buzetti* (PSD-MT)
 Mecias de Jesus* (REPUBLICANOS-RR)

Nelsinho Trad* (PSD-MS)
 Omar Aziz** (PSD-AM)
 Oriovisto Guimarães* (PODEMOS-PR)
 Otto Alencar** (PSD-BA)
 Paulo Paim* (PT-RS)
 Plínio Valério* (PSDB-AM)
 Professora Dorinha Seabra** (UNIÃO-TO)
 Randolfe Rodrigues* (REDE-AP)
 Renan Calheiros* (MDB-AL)
 Rodrigo Cunha* (PODEMOS-AL)
 Rodrigo Pacheco* (PSD-MG)
 Rogério Carvalho* (PT-SE)
 Rogerio Marinho** (PL-RN)
 Romário** (PL-RJ)
 Sergio Moro** (UNIÃO-PR)
 Sérgio Petecão* (PSD-AC)
 Soraya Thronicke* (UNIÃO-MS)
 Styvenson Valentim* (PODEMOS-RN)
 Teresa Leito** (PT-PE)
 Tereza Cristina** (PP-MS)
 Vanderlan Cardoso* (PSD-GO)
 Veneziano Vital do Rêgo* (MDB-PB)
 Wellington Fagundes** (PL-MT)
 Weverton* (PDT-MA)
 Wilder Moraes** (PL-GO)
 Zenaide Maia* (PSD-RN)
 Zequinha Marinho* (PODEMOS-PA)

Mandatos

*: Período 2019/2027 **: Período 2023/2031



COMPOSIÇÃO

COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Rodrigo Pacheco - (PSD-MG)

1º VICE-PRESIDENTE

Veneziano Vital do Rêgo - (MDB-PB)

2º VICE-PRESIDENTE

Rodrigo Cunha - (PODEMOS-AL)

1º SECRETÁRIO

Rogério Carvalho - (PT-SE)

2º SECRETÁRIO

Weverton - (PDT-MA)

3º SECRETÁRIO

Chico Rodrigues - (PSB-RR)

4º SECRETÁRIO

Styvenson Valentim - (PODEMOS-RN)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Mara Gabrilli - (PSD-SP)

2º Ivete da Silveira - (MDB-SC)

3º Dr. Hiran - (PP-RR)

4º Mecias de Jesus - (REPUBLICANOS-RR)



COMPOSIÇÃO

LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar Democracia (MDB/UNIÃO/PODEMOS/PDT/PSDB) - 30</p> <p>Líder Efraim Filho - UNIÃO (4,18) Vice-Líder Professora Dorinha Seabra (21,27,37)</p> <p>Líder do MDB - 10 Eduardo Braga (6) Vice-Líderes do MDB Marcelo Castro (44) Confúcio Moura (35,43) Giordano (45)</p> <p>Líder do UNIÃO - 8 Efraim Filho (4,18) Vice-Líderes do UNIÃO Professora Dorinha Seabra (21,27,37) Davi Alcolumbre (26) Alan Rick (28)</p> <p>Líder do PODEMOS - 6 Oriovisto Guimarães (9) Vice-Líder do PODEMOS Styvenson Valentim (24)</p> <p>Líder do PDT - 3 Cid Gomes (14)</p> <p>Líder do PSDB - 3 Izalci Lucas (5) Vice-Líder do PSDB Alessandro Vieira (47)</p>	<p>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD/PT/PSB/REDE) - 28</p> <p>Líder Eliziane Gama - PSD (29)</p> <p>Líder do PSD - 15 Otto Alencar (7) Vice-Líder do PSD Omar Aziz (31)</p> <p>Líder do PT - 8 Fabiano Contarato (10) Vice-Líderes do PT Teresa Leitão (50) Augusta Brito (51)</p> <p>Líder do PSB - 4 Jorge Kajuru (8,40) Vice-Líder do PSB Ana Paula Lobato (20)</p> <p>Líder do REDE - 1</p>	<p>Bloco Parlamentar Vanguarda (PL/NOVO) - 13</p> <p>Líder Wellington Fagundes - PL (15)</p> <p>Líder do PL - 12 Carlos Portinho (22) Vice-Líder do PL Jorge Seif (46)</p> <p>Líder do NOVO - 1 Eduardo Girão (19,25)</p>
<p>Bloco Parlamentar Aliança (PP/REPUBLICANOS) - 10</p> <p>Líder Ciro Nogueira - PP (1,3,13,34)</p> <p>Líder do PP - 6 Tereza Cristina (12)</p> <p>Líder do REPUBLICANOS - 4 Mecias de Jesus (11) Vice-Líder do REPUBLICANOS Hamilton Mourão (33)</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Jaques Wagner - PT (2) Vice-Líderes Confúcio Moura (35,43) Daniella Ribeiro (41,42) Jorge Kajuru (8,40) Professora Dorinha Seabra (21,27,37) Randolfe Rodrigues (36) Weverton (38) Zenaide Maia (39)</p>	<p>Oposição</p> <p>Líder Rogério Marinho - PL (16) Vice-Líderes Eduardo Girão (19,25) Magno Malta (23) Eduardo Gomes (32)</p>
<p>Minoria</p> <p>Líder Ciro Nogueira - PP (1,3,13,34)</p>	<p>Maioria</p> <p>Líder Renan Calheiros - MDB (17)</p>	<p>Bancada Feminina</p> <p>Líder Daniella Ribeiro - PSD (41,42) Vice-Líderes Margareth Buzetti (48) Jussara Lima (49)</p>

- Notas:**
- Em 02.01.2023, o Senador **Ciro Nogueira** foi designado Líder do Partido Progressista (Of. 36/2022-GLDPP).
 - Em 06.01.2023, o Senador **Jaques Wagner** foi designado Líder do Governo (Mensagem nº 7, de 2023, da Presidência da República).
 - Em 01.02.2023, o Senador **Ciro Nogueira** foi designado Líder do Bloco Progressistas/Republicanos (Of. nº 1/2023-Lid PP/Republicanos).
 - Em 01.02.2023, o Senador **Efraim Filho** foi designado Líder do União Brasil (Of. 02/23-GLUNIAO).
 - Em 01.02.2023, o Senador **Izalci Lucas** foi designado Líder do Partido Social Democracia Brasileira (Of. s/n/2023).
 - Em 01.02.2023, o Senador **Eduardo Braga** foi designado Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 071/2022-GLMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



7. Em 01.02.2023, o Senador Otto Alencar foi designado Líder do Partido Social Democrático (Of. 001/2023-GLPSD).
8. Em 01.02.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. 6/2023-GLPSB).
9. Em 01.02.2023, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado Líder do Podemos (Of. 1/2023-GLPODEMOS).
10. Em 01.02.2023, o Senador Fabiano Contarato foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 003/2023-GLDPT).
11. Em 01.02.2023, o Senador Mecias de Jesus foi designado Líder do Republicanos (Of. 4/2023-GSMJESUS).
12. Em 02.02.2023, a Senadora Tereza Cristina Corrêa foi designada Líder do Partido Progressista (Of. 1/2023-GLDPP).
13. Em 03.02.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder da Minoria (Of. 10/2023-GSCNOG).
14. Em 03.02.2023, o Senador Cid Gomes foi designado Líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. 02/2023-GLPDT).
15. Em 06.02.2023, o Senador Wellington Fagundes foi designado Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 48/2023-BLVANG).
16. Em 06.02.2023, o Senador Rogerio Marinho foi designado Líder da Oposição (Of. nº 03/2023-GSFB).
17. Em 08.02.2023, o Senador Renan Calheiros foi designado Líder da Maioria (Of. 5/2023-GLUNIAO).
18. Em 08.02.2023, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 5/2023-GLUNIAO).
19. Em 08.02.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado Líder do NOVO (Of. nº 19/2023-GSGIRAO).
20. Em 08.02.2023, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada Vice-Líder do Partido Socialista Brasileiro - PSB (Of. nº 1/2023-GLDPSB).
21. Em 16.02.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. 4/2023-BLDEM).
22. Em 17.02.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado Líder do Partido Liberal (Of. 1/2023-GLPL).
23. Em 27.02.2023, o Senador Magno Malta foi designado 2º Vice-Líder da Oposição (Of. 2/2023-GLDOP).
24. Em 27.02.2023, o Senador Styvenson Valentim foi designado Vice-Líder do PODEMOS (Of. 05/2023-GLPODEMOS).
25. Em 27.02.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado 1º Vice-Líder da Oposição (Of. 2/2023-GLDOP).
26. Em 28.02.2023, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º Vice-Líder do União Brasil (Of. 6/2023-GLUNIAO).
27. Em 28.02.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 1ª Vice-Líder do União Brasil (Of. 6/2023-GLUNIAO).
28. Em 28.02.2023, o Senador Alan Rick foi designado 3º Vice-Líder do União Brasil (Of. 6/2023-GLUNIAO).
29. Em 28.02.2023, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 01/2023-BLPRD).
30. Em 02.03.2023, o Senador Luís Carlos Heinze foi designado Vice-Líder do Bloco Vanguarda (Of. 51/2023-BLVANG).
31. Em 08.03.2023, o Senador Omar Aziz foi designado Vice-Líder do Partido Social Democrático (Of. 007/2023-GLPSD).
32. Em 09.03.2023, o Senador Eduardo Gomes foi designado Vice-Líder da Oposição (Of. nº 04/2023-GLDOP).
33. Em 09.03.2023, o Senador Hamilton Mourão foi designado Vice-Líder do Republicanos (Of. 17/2023-GSMJESUS).
34. Em 20.03.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder do Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. nº 05/2023-GLDPP).
35. Em 23.03.2023, o Senador Confúcio Moura foi designado 1º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
36. Em 23.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
37. Em 23.03.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 4ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
38. Em 23.03.2023, o Senador Weverton Rocha foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
39. Em 23.03.2023, a Senadora Zenaide Maia foi designada 7ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
40. Em 23.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado 3º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
41. Em 23.03.2023, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada 2ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
42. Em 29.03.2023, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. 37/2023-GSEGAMA).
43. Em 11.04.2023, o Senador Confúcio Moura foi designado 2º Vice-Líder do MDB (Of. 32/2023-GLMDB).
44. Em 11.04.2023, o Senador Marcelo Castro foi designado 1º Vice-Líder do MDB (Of. 32/2023-GLMDB).
45. Em 11.04.2023, o Senador Giordano foi designado 3º Vice-Líder do MDB (Of. 32/2021-GLMDB).
46. Em 19.04.2023, o Senador Jorge Seif foi designado 1º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. 12/2023-GLPL).
47. Em 10.05.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado Vice-Líder do PSDB (Of. 38/2023-GLPSDB).
48. Em 17.05.2023 a Senadora Margareth Buzetti foi designada 1ª Vice-Líder da Bancada Feminina no Senado Federal (Of. 41/2023).
49. Em 17.05.2023, a Senadora Jussara Lima foi designada 2ª Vice-Líder da Bancada Feminina no Senado Federal (Of. 41/2023).
50. Em 18.05.2023 a Senadora Teresa Leitão foi designada 1ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 29/2023-GLDPT).
51. Em 18.05.2023 a Senadora Augusta Brito foi designada 2ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 29/2023-GLDPT).



COMISSÕES TEMPORÁRIAS**1) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016****Finalidade:** Destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.**Número de membros:** 11**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**RELATOR:** VAGO**Designação:** 22/06/2016**Leitura:** 13/07/2016**Instalação:** 12/07/2016**MEMBROS**

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes**Telefone(s):** 61 3303 3514**E-mail:** coceti@senado.leg.br

**2) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA
DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF) - 2019**

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial. Prazo de funcionamento suspenso desde 20 de março de 2020, conforme resposta a questão de ordem proferida na sessão de 22 de abril de 2020.

Ato do Presidente nº 21, de 2019

Relatórios Parciais - prazo final: 06/11/2019

Instalação: 25/09/2019

Apresentação de Emendas - prazo final: 23/10/2019

Apresentação de Emendas - prazo final duplicado: 26/11/2019

Relatórios Parciais - prazo final duplicado: 10/12/2019

Relatório do Relator-Geral - prazo final: 13/11/2019

Relatório do Relator-Geral - prazo final duplicado: 17/12/2019

Parecer Final da Comissão - prazo final: 21/11/2019

Parecer Final da Comissão - prazo final duplicado: 21/12/2019

MEMBROS

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO

VAGO



3) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA ACOMPANHAR A SITUAÇÃO DOS YANOMAMI E A SAÍDA DOS GARIMPEIROS

Finalidade: Acompanhar "in loco" a situação dos Yanomami e a saída dos garimpeiros de suas terras, no prazo de 120 (cento e vinte) dias.

Requerimento 34, de 2023

Número de membros: 8

PRESIDENTE: Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽⁴⁾

RELATOR: Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁴⁾

Instalação: 15/02/2023

MEMBROS

Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽¹⁾

Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽¹⁾

Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁾

Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽²⁾

Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ^(3,8)

Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽⁵⁾

Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽⁷⁾

Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁶⁾

Notas:

1. Em 08.02.2023, os Senadores Chico Rodrigues, Dr. Hiran e Mecias de Jesus foram designados membros titulares para compor a Comissão (RQS nº 34/2023).

2. Em 09.02.2023, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular para compor a Comissão (Of. 8/2023-GSEGAMA).

3. Em 15.02.2023, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular para compor a Comissão (RQS nº 66/2023).

4. Em 15.02.2023, foram eleitos os Senadores Chico Rodrigues e Eliziane Gama como Presidente e Vice Presidente da comissão. O Senador Dr. Hiran foi designado relator (Of. nº 01/2023 - CTEYanomami).

5. Em 1º.03.2023, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro titular para compor a Comissão (Of. 11/2023-GSMPONTE).

6. Em 1º.03.2023, a Senadora Leila Barros foi designada membro titular para compor a Comissão (SF/23418.31524-10).

7. Em 1º.03.2023, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro titular para compor a Comissão.

8. Em 12.06.2023, a Senadora Teresa Leitão foi designada membro titular, para compor a Comissão, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. nº 61/2023-BLREDEM).

Secretário(a): Lenita Cunha e Silva | Secretárias-Adjuntas: Camila Moraes Bittar e Erika Leal Mello

Telefone(s): 3303 3490

E-mail: cteyanomami@senado.leg.br



4) COMISSÃO ESPECIAL PARA DEBATE DE
POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE HIDROGÊNIO VERDE

Finalidade: Debater, no prazo de dois anos, políticas públicas sobre hidrogênio verde, de modo a fomentar o ganho em escala dessa tecnologia de geração de energia limpa e avaliar políticas públicas que fomentem a tecnologia do hidrogênio verde.

ATS nº 4, de 2023

Número de membros: 7 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

Instalação: 12/04/2023

TITULARES	SUPLENTES
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽²⁾	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽²⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾	2. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽²⁾
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾	3. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽²⁾	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽²⁾	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽²⁾	
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) ⁽²⁾	

Notas:

1. Em 14.03.2023, os Senadores Cid Gomes e Otto Alencar foram designados Presidente e Relator, respectivamente, da Comissão (ATS 4/2023).
2. Em 14.03.2023, os Senadores Cid Gomes, Otto Alencar, Astronauta Marcos Pontes, Fernando Dueire, Luis Carlos Heinze, Randolfe Rodrigues e Rodrigo Cunha membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira, Eliziane Gama e Eduardo Girão, membros suplentes, para compor a Comissão (ATS nº 4/2023).

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes | Secretário-Adjunto: Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 3303 3490

E-mail: cehv@senado.leg.br



**5) COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA PARA EXAMINAR OS
ANTEPROJETOS APRESENTADOS NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE JURISTAS.**

Finalidade: Destinada a, no prazo de até noventa dias, examinar e, se assim entender, consolidar os anteprojetos apresentados no âmbito da Comissão de Juristas responsável pela elaboração de anteprojetos de proposições legislativas que dinamizem, unifiquem e modernizem o processo administrativo e tributário nacional - CJADMTR, composta por nove membros titulares e igual número de suplentes.

Requerimento nº 479, de 2023.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽¹⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽¹⁾	2. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽¹⁾
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) ⁽¹⁾	3. Senador Fernando Farias (MDB-AL) ⁽¹⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽¹⁾	4. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽¹⁾
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽¹⁾	5. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽¹⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁾	6. Senador Irajá (PSD-TO) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽¹⁾	7. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁾
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽¹⁾	8. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽¹⁾
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁾	9. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 18.05.2023, os Senadores Eduardo Braga, Efraim Filho, Oriovisto Guimarães, Vanderlan Cardoso, Daniella Ribeiro, Jaques Wagner, Eduardo Gomes, Rogerio Marinho e Tereza Cristina foram designados membros titulares; e os Senadores Otto Alencar, Weverton, Fernando Farias, Professora Dorinha Seabra, Augusta Brito, Irajá, Izalci Lucas, Laércio Oliveira e Wellington Fagundes, membros suplentes, para compor a Comissão.



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DAS ONGS

Finalidade: Investigar, no prazo de 130 dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para ONGs, e OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 2002 até a data de 1º de janeiro de 2023, a concentração desses recursos em atividades-meio, de forma a descumprir os objetivos para os quais esses recursos foram destinados originalmente, o desvirtuamento dos objetivos da ação dessas entidades, operando inclusive contra interesses nacionais, casos de abuso de poder, com intromissão dessas entidades em funções institucionais do poder público e a aquisição, a qualquer título, de terras por essas entidades.

Requerimento nº 292, de 2023

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) ⁽⁹⁾

Leitura: 05/04/2023

Instalação: 14/06/2023

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,2)	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(1,2)
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) ⁽¹⁾	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽¹⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾	3. Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) ⁽¹⁾
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ^(7,8)	1. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁷⁾
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽⁷⁾	2. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁷⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁷⁾	
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁷⁾	
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽⁴⁾	1. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁶⁾
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽⁴⁾	
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽³⁾	1. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ^(3,5)

Notas:

1. Em 31.05.2023, os Senadores Marcio Bittar, Styvenson Valentim e Plínio Valério foram designados membros titulares; e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Oriovisto Guimarães, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 41/2023-BLDEM, foi retificado pelo Of. nº 45/2023-BLDEM).
2. Em 31.05.2023, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular e o Senador Marcelo Castro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 53/2023-BLDEM).
3. Em 31.05.2023, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular e a Senadora Tereza Cristina, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 17/2023-GABLID/BLALIAN).
4. Em 31.05.2023, os Senadores Jaime Bagattoli e Zequinha Marinho foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 91/2023-BLVANG).
5. Em 31.05.2023, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, em substituição à Senadora Tereza Cristina, para compor a Comissão (Of. 24/2023-GABLID/BLALIAN).
6. Em 1º.06.2023, o Senador Hamilton Mourão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 107/2023-BLVANG).



7. Em 13.06.2023, os Senadores Zenaide Maia, Lucas Barreto, Beto Faro e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e as Senadoras Mara Gabrilli e Teresa Leitão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 62/2023-BLREDEM)

8. Em 13.06.2023, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro titular, em substituição à Senadora Zenaide Maia, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 67/2023-BLREDEM).

9. Em 14.06.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Plínio Valério, Jaime Bagattolli e Márcio Bittar, Presidente, Vice-Presidente e Relator, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 01/2023-CPIONGS).



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ⁽²⁾	1. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽²⁾
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽²⁾	2. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(2,5,13)
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) ⁽²⁾	3. Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) ^(2,5,13)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽²⁾	4. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(2,5,13)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽²⁾	5. Senador Giordano (MDB-SP) ^(2,5,11,12,13)
Senador Fernando Farias (MDB-AL) ⁽²⁾	6. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽²⁾
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) ⁽²⁾	7. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽²⁾
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽²⁾	8. Senador Weverton (PDT-MA) ^(2,13)
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽²⁾	9. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(2,13)
Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) ⁽²⁾	10. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(2,13)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽⁴⁾	1. Senador Flávio Arns (PSB-PR) ^(4,9,10)
Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾	2. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ⁽⁴⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(4,9)	3. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾	4. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽⁴⁾
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽⁴⁾	5. VAGO ^(4,15)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁴⁾	6. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁴⁾	7. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁴⁾	8. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁴⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(4,10)	9. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁸⁾	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾	1. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁾
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽¹⁾	2. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽¹⁾
Senador Wilder Moraes (PL-GO) ⁽¹⁾	3. Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽¹⁾	4. Senador Romário (PL-RJ) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽¹⁾	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ^(1,14)	2. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽¹⁾
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁾	3. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽¹⁾

Notas:

*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos, de acordo com o cálculo de proporcionalidade comunicado por meio dos Ofícios nºs 36 a 38/2023-SGM, em 28/02/2023.

1. Em 07.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Rogerio Marinho, Wilder Moraes, Eduardo Gomes, Ciro Nogueira, Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Jaime Bagattoli, Flávio Bolsonaro, Magno Malta, Romário, Esperidião Amin, Laércio Oliveira e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).

2. Em 07.03.2023, os Senadores Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Farias, Oriovisto Guimarães, Carlos Viana, Cid Gomes e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro, Efraim Filho, Davi Alcolumbre, Jader Barbalho, Giordano, Fernando Dueire, Marcos do Val, Randolfe Rodrigues, Weverton e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).

3. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Vanderlan Cardoso Presidente deste colegiado.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

4. Em 07.03.2023, os Senadores Vanderlan Cardoso, Irajá, Sérgio Petecão, Omar Aziz, Angelo Coronel, Rogério Carvalho, Augusta Brito, Teresa Leitão e Flávio Arns foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Margareth Buzetti, Nelsinho Trad, Lucas Barreto, Dr. Samuel Araújo, Paulo Paim, Humberto Costa e Jaques Wagner, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).
5. Em 10.03.2023, os Senadores Jader Barbalho, Efraim Filho, Giordano e Davi Alcolumbre foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
6. Em 14.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Angelo Coronel Vice-Presidente deste colegiado.
7. Em 15.03.2023, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em vaga cedida pelo PSB, para compor a Comissão (Of. 17/2023-BLREDEM).
8. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDP).
9. Em 22.03.2023, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, e o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 20/2023-BLREDEM).
10. Em 27.03.2023, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Flávio Arns; e o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 27/2023-BLREDEM).
11. Em 12.04.2023, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 27/2023-BLDEM).
12. Em 25.04.2023, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 29/2023-BLDEM).
13. Em 16.05.2023, os Senadores Efraim Filho, Davi Alcolumbre, Jader Barbalho, Giordano, Weverton, Plínio Valério e Randolfe Rodrigues tiveram suas posições como suplentes modificadas na Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 44/2023-BLDEM).
14. Em 05.06.2023, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 25/2023-BLALIAN).
15. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano

Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa Sala 13

Telefone(s): 6133033516

E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ⁽³⁾	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(3,6)
Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO-MS) ⁽³⁾	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(3,6)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽³⁾	3. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(3,6)
Senador Giordano (MDB-SP) ⁽³⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) ^(3,6)
Senadora Ivete da Silva (MDB-SC) ⁽³⁾	5. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽³⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽³⁾	6. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽³⁾
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽³⁾	7. Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) ⁽³⁾
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾	8. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ^(2,8)	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽²⁾	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽²⁾	3. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽²⁾
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽²⁾	4. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽²⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽²⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾
Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ⁽²⁾	7. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(2,8)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁷⁾	
Senador Romário (PL-RJ) ⁽¹⁾	1. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽¹⁾	2. Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽¹⁾
Senador Wilder Moraes (PL-GO) ⁽¹⁾	3. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(1,9)	1. ^(1,9)
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ^(1,9)	2. ^(5,9)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(1,9)	3. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ^(1,9)

Notas:

1. Em 07.03.2023, os Senadores Romário, Eduardo Girão, Wilder Moraes, Dr. Hiran, Laércio Oliveira e Damares Alves foram designados membros titulares, e os Senadores Rogerio Marinho, Magno Malta, Jaime Bagattoli, Zequinha Marinho e Cleitinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
2. Em 07.03.2023, os Senadores Sérgio Petecão, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Paulo Paim, Humberto Costa e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Nelsinho Trad, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Teresa Leitão, Fabiano Contarato e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 004/2023-BLREDEM).
3. Em 07.03.2023, os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Giordano, Ivete Silva, Styvenson Valentim, Leila Barros e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Alan Rick, Davi Alcolumbre, Renan Calheiros, Marcelo Castro, Carlos Viana, Weverton e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Humberto Costa e a Senadora Mara Gabrilli o Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
5. Em 09.03.2023, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 56/2023-BLVANG).
6. Em 10.03.2023, os Senadores Renan Calheiros, Alan Rick, Marcelo Castro e Davi Alcolumbre foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
7. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).
8. Em 27.03.2023, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão; e o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 27/2023-BLREDEM).
9. Em 31.03.2023, os Senadores Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares; o Senador Cleitinho, membro suplente; e os Senadores Eduardo Gomes e Zequinha Marinho deixaram de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 4/2023-GABLD/BLPPREP).



10. Em 31.05.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 57/2023-BLDEM).

Secretário(a): Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro

Telefone(s): 3303-4608

E-mail: cas@senado.leg.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) ⁽⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) ⁽²⁾	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(2,5)
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽²⁾	2. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(2,5)
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) ⁽²⁾	3. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(2,5,8)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽²⁾	4. Senador Fernando Farias (MDB-AL) ^(2,5,8)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽²⁾	5. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(2,5,8)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽²⁾	6. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ^(2,5,8)
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) ⁽²⁾	7. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(2,5,8)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽²⁾	8. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ^(2,7,8)
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽²⁾	9. Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) ^(2,8)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽²⁾	10. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(2,8)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽³⁾	1. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽³⁾
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽³⁾	2. Senador Irajá (PSD-TO) ^(3,9)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽³⁾	3. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽³⁾
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽³⁾	4. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽³⁾
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽³⁾	5. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽³⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽³⁾	6. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽³⁾	7. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽³⁾	8. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ^(3,5)
Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ⁽³⁾	9. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁶⁾	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽¹⁾	1. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽¹⁾
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽¹⁾	2. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽¹⁾
Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽¹⁾	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽¹⁾	4. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ^(1,10)	1. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁾
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾	2. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(1,10)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁾	3. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾

Notas:

*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos, de acordo com o cálculo de proporcionalidade comunicado por meio dos Ofícios nºs 36 a 38/2023-SGM, em 28/02/2023.

1. Em 07.03.2023, os Senadores Flávio Bolsonaro, Carlos Portinho, Magno Malta, Eduardo Girão, Ciro Nogueira, Esperidião Amin e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Rogerio Marinho, Zequinha Marinho, Jorge Seif, Eduardo Gomes, Tereza Cristina, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).

2. Em 07.03.2023, os Senadores Davi Alcolumbre, Sergio Moro, Marcio Bittar, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Oriovisto Guimarães, Marcos do Val, Weverton e Plínio Valério foram designados membros titulares; e os Senadores Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra, Alan Rick, Veneziano Vital do Rêgo, Giordano, Fernando Farias, Carlos Viana, Randolfe Rodrigues, Cid Gomes e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).

3. Em 07.03.2023, os Senadores Omar Aziz, Angelo Coronel, Otto Alencar, Eliziane Gama, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Augusta Brito e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares, e os Senadores Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Vanderlan Cardoso, Mara Gabrilli, Daniella Ribeiro, Paulo Paim, Humberto Costa, Teresa Leitão e Jorge Kajuru, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado.

5. Em 10.03.2023, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Fernando Farias, Alan Rick e Giordano foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).

6. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDP).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



7. Em 11.04.2023, o Senador Marcelo Castro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Giordano, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 25/2023-BLDEM).
8. Em 10.05.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra, Fernando Farias, Alan Rick, Carlos Viana, Marcelo Castro, Cid Gomes, Alessandro Vieira e Randolfe Rodrigues tiveram suas posições como Suplentes modificadas na Comissão (Of. 42/2023-BLDEM).
9. Em 10.05.2023, o Senador Irajá foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 47/2023-BLREDEM).
10. Em 07.06.2023, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passa a ocupar a Comissão como membro suplente (Of. 26/2023-BLALIAN).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(4,14)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽³⁾	1. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(3,6)
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) ⁽³⁾	2. Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) ^(3,6)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽³⁾	3. Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO-MS) ^(3,6)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽³⁾	4. Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) ^(3,6,7,8)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽³⁾	5. Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽³⁾
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽³⁾	6. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽³⁾
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽³⁾	7.
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽³⁾	8.
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽³⁾	9.
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾	10.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽²⁾	1. Senador Irajá (PSD-TO) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽²⁾	2. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	3. VAGO ^(2,13)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽²⁾	4. Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽²⁾
	5. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽²⁾	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	7. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽²⁾	8. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽²⁾	9.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁹⁾	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(1,11)	1. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ^(1,11)
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ^(1,11)	2. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(1,11)
Senador Magno Malta (PL-ES) ^(1,11)	3. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ^(1,11)
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ^(1,11)	4. Senador Wilder Moraes (PL-GO) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Romário (PL-RJ) ^(1,5,10)	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ^(1,5,10)
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(1,10)	2. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ^(1,10)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(1,10)	3. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ^(1,10)

Notas:

*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos, de acordo com o cálculo de proporcionalidade comunicado por meio dos Ofícios nºs 36 a 38/2023-SGM, em 28/02/2023.

1. Em 07.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Magno Malta, Astronauta Marcos Pontes, Laércio Oliveira, Esperidião Amin e Damares Alves foram designados membros titulares, e os Senadores Romário, Eduardo Gomes, Zequinha Marinho, Rogerio Marinho, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).

2. Em 07.03.2023, os Senadores Jussara Lima, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso, Augusta Brito, Paulo Paim, Teresa Leitão e Flávio Arns foram designados membros titulares, e os Senadores Irajá, Lucas Barreto, Dr. Samuel Araújo, Daniella Ribeiro, Sérgio Petecão, Fabiano Contarato, Jaques Wagner e Humberto Costa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).

3. Em 07.03.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra, Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Marcelo Castro, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Styvenson Valentim, Cid Gomes e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Marcio Bittar, Soraya Thronicke, Alan Rick, Ivete Silveira, Leila Barros e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Flávio Arns e Cid Gomes Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.

5. Em 08.03.2023, o Senador Romário foi designado membro titular e o Senador Esperidião Amin, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 54/2023-BLVANG).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



6. Em 10.03.2023, os Senadores Ivete da Silveira, Marcio Bittar, Soraya Thronicke e Alan Rick foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
7. Em 15.03.2023, o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 09/2023-BLDEM).
8. Em 15.03.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 11/2023-BLDEM).
9. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).
10. Em 31.03.2023, os Senadores Romário (vaga cedida ao PL), Laércio Oliveira e Damares Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Esperidião Amin, Dr. Hiran e Hamilton Mourão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS, para compor a Comissão (Ofs. nºs 69/2023-BLVANG e 4/2023-GABLI/BLPPREP).
11. Em 31.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Magno Malta e Astronauta Marcos Pontes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Gomes, Zequinha Marinho e Rogerio Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 69/2023-BLVANG).
12. Em 04.04.2023, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 75/2023-BLVANG).
13. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.
14. Em 30.05.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Professora Dorinha Seabra Vice-Presidente deste colegiado, em razão de renúncia do Senador Cid Gomes (Of. 146/2023-CE).

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA DEBATER E AVALIAR O ENSINO MÉDIO NO BRASIL

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 5/2023-CE, da Senadora Teresa Leitão, para, no prazo de cento e oitenta dias, debater e avaliar o Ensino Médio no Brasil, seus desafios e perspectivas.

(Requerimento 5, de 2023)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽²⁾

Instalação: 29/03/2023

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽¹⁾	1.
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽¹⁾	1.
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾	1.

Notas:

1. Em 27.03.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra e Izalci Lucas foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia; as Senadoras Teresa Leitão e Augusta Brito, membros titulares, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática; e o Senador Astronauta Marcos Pontes, membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 17/2023-CE).

2. Em 28.03.2023, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Teresa Leitão Presidente deste colegiado (Of. 18/2023-CE).

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

E-mail: ce@senado.leg.br



4.2) SUBCOMISSÃO DA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA

Finalidade: Subcomissão Permanente, composta de 5 membros titulares e igual número de suplentes, com o objetivo de acompanhar as políticas de Alfabetização na Idade Certa, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Requerimento 56, de 2023)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
	1.
	2.
	3.
	4.
	5.

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) ⁽³⁾	1. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ^(3,14)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ⁽³⁾	2. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(3,14)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽³⁾	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(3,14)
Senador Giordano (MDB-SP) ⁽³⁾	4. Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) ^(7,14)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽³⁾	5. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ^(6,14)
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽³⁾	6. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(9,14)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ⁽²⁾	1. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(2,5)
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽²⁾	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾
VAGO ^(2,5,15)	3. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾	4. Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽²⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽²⁾
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽²⁾	6. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁸⁾	
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽¹⁾	1. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽¹⁾	2. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁾
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁾	3. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁾	1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ^(1,11,12)
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(1,10)	2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁾

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Margareth Buzetti, Eliziane Gama, Vanderlan Cardoso, Jaques Wagner, Fabiano Contarato e Jorge Kajuru foram designados membros titulares, e os Senadores Dr. Samuel Araújo, Nelsinho Trad, Otto Alencar, Beto Faro e Teresa Leitão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).
- Em 07.03.2023, os Senadores Rogerio Marinho, Zequinha Marinho, Jaime Bagattoli, Tereza Cristina e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Wellington Fagundes, Jorge Seif, Carlos Portinho, Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Marcio Bittar, Jayme Campos, Confúcio Moura, Giordano, Marcos do Val e Leila Barros foram designados membros titulares, e os Senadores Randolfe Rodrigues, Carlos Viana e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros e o Senador Fabiano Contarato Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
- Em 08.03.2023, o Senador Dr. Samuel Araújo foi designado membro titular e o Senador Vanderlan Cardoso, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 06/2023-BLREDEM).
- Em 15.03.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 11/2023-BLDEM).
- Em 15.03.2023, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 09/2023-BLDEM).
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).
- Em 22.03.2023, o Senador Cid Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 14/2023-BLDEM).
- Em 26.04.2023, a Senadora Damares Alves foi designada membro titular, em substituição ao Senador Cleitinho, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 14/2023-BLALIAN).
- Em 27.04.2023, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 15/2023-BLALIAN).
- Em 08.05.2023, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 19/2023-GABLI/BLALIAN).
- Em 16.05.2023, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 48/2023-BLREDEM).



14. Em 16.05.2023, os Senadores Carlos Viana, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Cid Gomes e Randolfe Rodrigues tiveram suas posições como suplentes modificadas na Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 44/2023-BLDEM).

15. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.

Secretário(a): Airtton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO BIOMA PANTANAL.

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 13/2023-CMA, do Senador Wellington Fagundes, com o objetivo de estudar os temas pertinentes à proteção do bioma Pantanal, para propor o aprimoramento da legislação, políticas públicas e outras ações para proteção desse patrimônio nacional.

(Requerimento 13, de 2023)

Número de membros: 4 titulares e 4 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
	1.
	2.
	3.
	4.

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾	1. Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO-MS) ⁽³⁾
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽³⁾	2. Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) ⁽³⁾
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽³⁾	3. Senador Giordano (MDB-SP) ^(3,6,9)
Senadora Ivete da Silva (MDB-SC) ⁽³⁾	4. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽³⁾
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽³⁾	5. Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) ⁽³⁾
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽³⁾	6.
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾	7.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽²⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽²⁾	2. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽²⁾
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽²⁾	3. VAGO ^(2,8)
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽²⁾	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	5. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽²⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽²⁾	7. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁷⁾	
Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽¹⁾	1.
Senador Romário (PL-RJ) ⁽¹⁾	2.
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽⁵⁾	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽¹⁾	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽¹⁾
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽¹⁾	2. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 07.03.2023, os Senadores Magno Malta, Romário, Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Girão, Laércio Oliveira e Cleitinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).

2. Em 07.03.2023, os Senadores Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Jussara Lima, Augusta Brito, Paulo Paim, Humberto Costa e Flávio Arns foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Lucas Barreto, Dr. Samuel Araújo, Nelsinho Trad, Eliziane Gama, Fabiano Contarato e Ana Paula Lobato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).

3. Em 07.03.2023, os Senadores Randolfe Rodrigues, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Ivete Silveira, Carlos Viana, Leila Barros e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Soraya Thronicke, Marcio Bittar, Alan Rick, Weverton e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Zenaide Maia Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.

5. Em 08.03.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 54/2023-BLVANG).

6. Em 15.03.2023, o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 09/2023-BLDEM).

7. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDP).

8. Em 23.03.2023, o Senador Dr. Samuel Araújo deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 24/2023-BLREDEM).

9. Em 31.05.2023, o Senador Giordano foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 56/2023-BLDEM).

Secretário(a): Christiano De Oliveira Emery
Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -
Telefone(s): 3303-2005
E-mail: cdh@senado.leg.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽³⁾	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(3,6)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(3,6)	2. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ^(3,6)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽³⁾	3. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(3,6)
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽³⁾	4. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(3,6)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽³⁾	5. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽³⁾
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ^(3,8)	6. Senadora Leila Barros (PDT-DF) ^(3,8)
Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) ⁽³⁾	7. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽²⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	2. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽²⁾	3. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ⁽²⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽²⁾	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾	5. Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽²⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾	6. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽²⁾	7. Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁹⁾	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ^(1,11)	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ^(1,11)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(1,11)	2. Senador Wilder Moraes (PL-GO) ^(1,11)
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ^(1,5,11)	3. Senador Magno Malta (PL-ES) ^(5,10,11,13)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ^(1,12)	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(1,12)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ^(1,12)	2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ^(1,12)

Notas:

1. Em 07.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Romário, Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Carlos Portinho, Wilder Moraes, Ciro Nogueira e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
2. Em 07.03.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Nelsinho Trad, Mara Gabrilli, Vanderlan Cardoso, Jaques Wagner, Humberto Costa e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz, Margareth Buzetti, Sérgio Petecão, Beto Faro, Fabiano Contarato e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).
3. Em 07.03.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho, Renan Calheiros, Fernando Dueire, Marcos do Val, Leila Barros e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Ivete Silveira, Carlos Viana, Cid Gomes e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Renan Calheiros Presidente deste colegiado (Of. 1/2023-CRE).
5. Em 08.03.2023, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular e o Senador Romário, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 54/2023-BLVANG).
6. Em 10.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular; e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Ivete da Silveira e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
7. Em 16.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Cid Gomes Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2023-CRE).
8. Em 16.03.2023, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, em substituição à Senadora Leila Barros, que passou a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2023-BLDEM).
9. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).
10. Em 31.03.2023, o Senador Romário deixou de compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 69/2023-BLVANG).
11. Em 31.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes e Tereza Cristina (vaga cedida ao PP) foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Portinho e Wilder Moraes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 69/2023-BLVANG).
12. Em 31.03.2023, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 4/2023-GABLI/BLPPREP).
13. Em 19.05.2023, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 104/2023-BLVANG).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira
Reuniões: Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7
Telefone(s): 3303-5919
E-mail: cre@senado.leg.br



7.1) SUBCOMISSÃO DE DEFESA CIBERNÉTICA

Finalidade: Subcomissão Permanente, composta de três membros titulares e igual número de suplentes, com o objetivo de acompanhar a política pública relacionada à defesa cibernética.

(Requerimento 20, de 2023)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
	1.
	2.
	3.

Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira

Reuniões: Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7

Telefone(s): 3303-5919

E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ⁽²⁾	1. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽²⁾
Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO-MS) ⁽²⁾	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(2,5,10)
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) ⁽²⁾	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(2,5,6,10)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽²⁾	4. Senador Fernando Farias (MDB-AL) ^(2,5,10)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽²⁾	5. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(2,10)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽²⁾	6. Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) ^(2,10)
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽²⁾	7. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ^(2,10)
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽²⁾	8. Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) ^(2,10)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽²⁾	9. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(2,10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽⁴⁾	1. Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽⁴⁾	2. VAGO ^(4,11)
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽⁴⁾	3. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ⁽⁴⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(4,8)	4. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁴⁾	5. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁴⁾	6. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁴⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁴⁾	7. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁴⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁴⁾	8. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁷⁾	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾	1. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁾
Senador Wilder Moraes (PL-GO) ⁽¹⁾	2. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽¹⁾	3. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁾	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽¹⁾
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹⁾	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽¹⁾	3. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁾

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Wellington Fagundes, Wilder Moraes, Eduardo Gomes, Tereza Cristina, Luis Carlos Heinze e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Jaime Bagattoli, Jorge Seif, Astronauta Marcos Pontes, Laércio Oliveira, Esperidião Amin e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo, Confúcio Moura, Carlos Viana, Weverton e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Efraim Filho, Alan Rick, Randolfe Rodrigues, Jader Barbalho, Fernando Farias, Marcelo Castro, Oriovisto Guimarães, Cid Gomes e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Confúcio Moura Presidente deste colegiado.
- Em 07.03.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Lucas Barreto, Sérgio Petecão, Augusta Brito, Teresa Leitão, Beto Faro e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Irajá, Dr. Samuel Araújo, Margareth Buzetti, Omar Aziz, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato e Jorge Kajuru, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDM).
- Em 10.03.2023, os Senadores Jader Barbalho, Alan Rick e Randolfe Rodrigues foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
- Em 15.03.2023, o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 09/2023-BLDEM).
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).
- Em 23.03.2023, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 22/2023-BLRESDM).
- Em 21.03.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Augusta Brito Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 29/2023-CI).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

10. Em 16.05.2023, os Senadores Alan Rick, Jader Barbalho, Fernando Farias, Marcelo Castro, Oriovisto Guimarães, Cid Gomes, Alessandro Vieira e Randolfe Rodrigues tiveram suas posições como suplentes modificadas na Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 44/2023-BLDEM).

11. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽³⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) ⁽²⁾	1. Senador Fernando Farias (MDB-AL) ^(2,5)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽²⁾	2. Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) ^(2,5)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽²⁾	3. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(2,5)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽²⁾	4. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(2,5)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(2,5)	5. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ⁽²⁾
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽²⁾	6. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾	2. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽⁴⁾
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽⁴⁾	3. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁴⁾	4. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁴⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁶⁾	6.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁷⁾	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽¹⁾	1. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽¹⁾	2. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽¹⁾
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁾	3. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽¹⁾	1. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽¹⁾
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁾	2. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Flávio Bolsonaro, Rogerio Marinho, Jorge Seif, Laércio Oliveira e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Eduardo Girão, Zequinha Marinho, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Davi Alcolumbre, Efraim Filho, Eduardo Braga, Marcelo Castro, Carlos Viana e Cid Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Rodrigo Cunha, Professora Dorinha Seabra, Fernando Farias, Ivete da Silveira, Alan Rick e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Marcelo Castro e Cid Gomes Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2023-CDR).
- Em 07.03.2023, os Senadores Irajá, Sérgio Petecão, Angelo Coronel, Beto Faro e Paulo Paim foram designados membros titulares, e os Senadores Omar Aziz, Zenaide Maia, Otto Alencar, Augusta Brito e Teresa Leitão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).
- Em 10.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular e os Senadores Fernando Farias, Rodrigo Cunha, Ivete da Silveira e Professora Dorinha Seabra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
- Em 14.03.2023, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em vaga cedida pelo PSB, para compor a Comissão (Of. 16/2023-BLREDEM).
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho**Reuniões:** Quartas-Feiras 14:00 horas -**Telefone(s):** 61 3303-4282**Fax:** 3303-1627**E-mail:** cdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO-MS) ⁽⁴⁾
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ⁽³⁾	1. Senador Giordano (MDB-SP) ^(3,5)
Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO-MS) ⁽³⁾	2. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ^(3,5)
Senador Fernando Farias (MDB-AL) ⁽³⁾	3. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(3,5)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽³⁾	4. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(3,5)
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) ⁽³⁾	5. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽³⁾
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾	1. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽²⁾
Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ⁽²⁾	2. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽²⁾	3. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽²⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽²⁾	4. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽²⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾	5. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽²⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽²⁾	6. Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁶⁾	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁾	1. Senador Wilder Moraes (PL-GO) ⁽¹⁾
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁾	2. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(1,7,9)
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽¹⁾	3. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹⁾	1. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 07.03.2023, os Senadores Jaime Bagattoli, Jorge Seif, Zequinha Marinho, Luis Carlos Heinze e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Wilder Moraes, Eduardo Girão, Rogerio Marinho, Tereza Cristina e Esperidião Amin membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).

2. Em 07.03.2023, os Senadores Sérgio Petecão, Margareth Buzetti, Eliziane Gama, Beto Faro, Humberto Costa e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Jussara Lima, Otto Alencar, Angelo Coronel, Augusta Brito e Teresa Leitão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).

3. Em 07.03.2023, os Senadores Jayme Campos, Soraya Thronicke, Fernando Farias, Jader Barbalho, Davi Alcolumbre, Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro, Efraim Filho, Giordano, Ivete da Silveira e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).

4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Soraya Thronicke Presidente deste colegiado (Of. 1/2023-CRA).

5. Em 10.03.2023, os Senadores Giordano, Sergio Moro, Ivete da Silveira e Efraim Filho, foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).

6. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).

7. Em 22.03.2023, o Senador Eduardo Girão deixou de compor a Comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 61/2023-BLVANG).

8. Em 23.03.2023, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 21/2023-BLREDEM).

9. Em 16.05.2023, o Senador Laercio Oliveira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 94/2023-BLVANG).

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes
Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -
Telefone(s): 3303 3506
E-mail: cra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) ⁽³⁾	1. Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) ⁽³⁾
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽³⁾	2. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽³⁾
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽³⁾	3. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽³⁾
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽³⁾	4. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ⁽⁵⁾
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽³⁾	5.
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽²⁾	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽²⁾	2. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽²⁾
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽²⁾	3. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁸⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽²⁾	4. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽²⁾
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽²⁾	5. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽²⁾	6. VAGO ^(2,9)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁶⁾	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾	1. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽¹⁾
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽¹⁾	2. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽¹⁾	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽¹⁾	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽¹⁾
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁷⁾	2. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 07.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Carlos Portinho, Eduardo Gomes e Dr. Hiran foram designados membros titulares, e os Senadores Flávio Bolsonaro, Wellington Fagundes, Jorge Seif, Ciro Nogueira e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
2. Em 07.03.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Jussara Lima, Beto Faro, Teresa Leitão e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Omar Aziz, Lucas Barreto, Augusta Brito, Rogério Carvalho e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).
3. Em 07.03.2023, os Senadores Rodrigo Cunha, Efraim Filho, Confúcio Moura, Fernando Dueire, Carlos Viana e Izalci Lucas foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre, Marcos do Val e Cid Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
4. Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Carlos Viana Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2023-SACCT).
5. Em 17.03.2023, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 13/2023-BLDEM).
6. Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).
7. Em 31.03.2023, a Senadora Damares Alves foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS, para compor a Comissão (Of. 05/2023-BLPPREP).
8. Em 03.05.2023, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 46/2023-BLREDEM).
9. Em 14.06.2023, o Senador Flávio Arns deixou de compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 69/2023-BLREDEM).

Secretário(a): Leomar Diniz

Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: cct@senado.leg.br



12) COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL - CCDD

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ^(3,10,11)	1. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽⁷⁾
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽⁷⁾	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ⁽⁷⁾
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP) ⁽⁷⁾	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽⁸⁾
Senador Giordano (MDB-SP) ⁽⁸⁾	4. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁰⁾
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽⁸⁾	5. Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) ⁽⁸⁾
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽⁸⁾	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB) ⁽¹⁾	1. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽¹⁾
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽¹⁾	2. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ⁽¹⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁾	3. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽¹⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁴⁾	4. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾	5. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁴⁾
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾	6.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽²⁾	1. Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽⁶⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	2.
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽²⁾	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽⁹⁾	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁹⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁹⁾	2. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽⁹⁾

Notas:

1. Em 13.06.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Zenaide Maia e Nelsinho Trad foram designados membros titulares e os Senadores Angelo Coronel, Margareth Buzetti e Vanderlan Cardoso, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 63/2023-BLRESDEM).

2. Em 13.06.2023, os Senadores Eduardo Gomes, Wellington Fagundes e Flávio Bolsonaro foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 112/2023-BLVANG).

3. Em 13.06.2023, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (of. 80/2023-BLDEM).

4. Em 13.06.2023, os Senadores Rogério Carvalho, Paulo Paim e Flávio Arns foram designados membros titulares e os Senadores Augusta Brito e Fabiano Contarato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 68/2023-BLRESDEM).

5. Em 14.06.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Gomes e Veneziano Vital do Rêgo, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.

6. Em 14.06.2023, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 113/2023-BLVANG).

7. Em 14.06.2023, os Senadores Efraim Filho e Davi Alcolumbre foram designados membros titulares e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Alan Rick membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 70/2023 - BLDEM).

8. Em 14.06.2023, os Senadores Giordano, Veneziano Vital do Rêgo e Zequinha Marinho foram designados membros titulares e os Senadores Jader Barbalho e Rodrigo Cunha membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 83/2023-BLDEM).

9. Em 14.06.2023, os Senadores Tereza Cristina e Hamilton Mourão foram designados membros titulares e os Senadores Esperidião Amin e Cleitinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 30/2023-GABLID/BLALIAN).

10. Em 15.06.2023, o Senador Izalci Lucas deixou a vaga de titular e passa a ocupar a comissão como membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 87/2023-BLDEM).

11. Em 15.06.2023, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 88/2023-BLDEM).



13) COMISSÃO DE DEFESA DA DEMOCRACIA - CDD

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) (3)

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) (2)	1. Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (5)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (5)	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) (5)
Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO-MS) (5)	3. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (7)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (7)	4. Senador Weverton (PDT-MA) (10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) (6)	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (6)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (6)	2. Senador Omar Aziz (PSD-AM) (6)
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) (6)	3. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) (6)
Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) (6,9)	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (1)	1.
Senador Magno Malta (PL-ES) (4)	2.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) (8)	1. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) (8)

- Notas:**
1. Em 13.03.2023, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 111/2023-BLVANG).
 2. Em 13.06.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 79/2023-BLDEM).
 3. Em 14.06.2023, a Comissão reunida elegeu a Senadora Eliziane Gama Presidente deste colegiado.
 4. Em 14.06.2023, o Senador Magno Malta foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 114/2023-BLVANG).
 5. Em 14.06.2023, os Senadores Marcos do Val e Soraya Thronicke foram designados membros titulares e os Senadores Oriovisto Guimarães e Alan Rick, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 70/2023-BLDEM).
 6. Em 14.06.2023, os Senadores Eliziane Gama, Randolfe Rodrigues, Teresa Leitão e Jorge Kajuru foram designados membros titulares; e os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz e Fabiano Contarato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 70/2023-BLREDEM).
 7. Em 14.06.2023, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular e o Senador Eduardo Braga, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 83/2023-BLDEM).
 8. Em 14.06.2023, o Senador Dr. Hiran foi designado membro titular e o Senador Hamilton Mourão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 30/2023-GABLI/BLALIAN).
 9. Em 14.06.2023, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro titular, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. nº 70/2023-BLREDEM).
 10. Em 15.06.2023, o Senador Weverton foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 88/2023-BLDEM).



**14) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA,
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁰⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽³⁾	1. Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO-MS) ⁽³⁾
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) ⁽³⁾	2. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽³⁾
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽³⁾	3. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽³⁾	4. Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) ⁽⁸⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽³⁾	5. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ⁽¹³⁾
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽³⁾	6. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽²⁾	1. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ^(2,7)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(2,7)	2. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽²⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ^(2,5)	3. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽²⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾	4. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾	5. Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽²⁾
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁶⁾	6.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁹⁾	
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ^(1,11)	1. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ^(1,11)
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ^(1,11)	2. VAGO ^(1,11)
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ^(1,11)	3. ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ^(1,12)	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ^(1,12)
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ^(1,12)	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ^(1,12)

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Eduardo Girão, Rogerio Marinho, Flávio Bolsonaro, Luis Carlos Heinze e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Jaime Bagattoli, Ciro Nogueira, Esperidião Amin e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Mara Gabrilli, Nelsinho Trad, Sérgio Petecão, Humberto Costa e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Rogério Carvalho e Beto Faro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDM).
- Em 07.03.2023, os Senadores Sergio Moro, Rodrigo Cunha, Renan Calheiros, Eduardo Braga, Styvenson Valentim e Cid Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Soraya Thronicke, Marcos do Val e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Omar Aziz Presidente deste colegiado (Of. 1/2023-SACTFC).
- Em 08.03.2023, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLRESDM).
- Em 09.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 13/2023-BLRESDM).
- Em 09.03.2023, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 14/2023-BLRESDM).
- Em 15.03.2023, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 11/2023-BLDEM).
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).
- Em 22.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Otto Alencar Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2023-SACTFC).
- Em 31.03.2023, os Senadores Eduardo Girão, Rogerio Marinho e Flávio Bolsonaro foram designados membros titulares e o Senador Jaime Bagattoli, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 69/2023-BLVANG).
- Em 31.03.2023, os Senadores Luis Carlos Heinze e Cleitinho foram designados membros titulares e os Senadores Esperidião Amin e Damares Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS, para compor a comissão (Of. nº 04/2023-GABLIID-BLPPREP).
- Em 13.04.2023, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 28/2023-BLDEM).



14. Em 25.04.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 30/2023-BLDEM).

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



15) COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽³⁾	1. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽³⁾
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(3,6)	2. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(3,10)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽³⁾	3. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽³⁾
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽³⁾	4. Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽³⁾
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽³⁾	5. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽³⁾	6. Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO-MS) ⁽¹⁴⁾
Senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) ⁽³⁾	7. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾	1. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽²⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾	2. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽²⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾	3. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽²⁾
VAGO ^(2,16)	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾	5. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽²⁾	6. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽²⁾
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁵⁾	7. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA) ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO) ⁽⁷⁾	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽¹⁾	1. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁾	2. Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽¹¹⁾
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽⁹⁾	3. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾	1. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽¹⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾	2. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹³⁾

Notas:

- Em 07.03.2023, os Senadores Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Astronauta Marcos Pontes e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- Em 07.03.2023, os Senadores Omar Aziz, Sérgio Petecão, Otto Alencar, Dr. Samuel Araújo, Rogério Carvalho e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, e os Senadores Lucas Barreto, Eliziane Gama, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Jaques Wagner e Augusta Brito, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLREDEM).
- Em 07.03.2023, os Senadores Professor Sergio Moro, Alan Rick, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Marcos do Val, Weverton e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho, Styvenson Valentim, Leila Barros e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Sérgio Petecão e Jorge Kajuru Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
- Em 08.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 5/2023-BLREDEM).
- Em 15.03.2023, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alan Rick, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 09/2023-BLDEM).
- Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLPPP).
- Em 22.03.2023, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 19/2023-BLREDEM).
- Em 22.03.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 61/2023-BLVANG).
- Em 22.03.2023, a Senadora Ivete da Silveira foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 15/2023-BLDEM).
- Em 28.03.2023, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 65/2023-BLVANG).
- Em 28.03.2023, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 66/2023-BLVANG).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



13. Em 12.04.2023, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PP/Republicanos, para compor a comissão (Of. 11/2023-BLPPREP).
14. Em 12.04.2023, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 26/2023-BLDEM).
15. Em 02.06.2023, o Senador Carlos Viana foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 64/2023-BLDEM).
16. Vago em 11.06.2023, em razão do retorno do titular.

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): (61) 3303-2315

E-mail: csp@senado.leg.br



16) COMISSÃO DE ESPORTE - CEsp
Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PL-RJ) (5)
VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) (5)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) (6)	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (4)
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) (7)	2. Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) (6)
Senador Fernando Farias (MDB-AL) (7)	3. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) (7)
Senadora Leila Barros (PDT-DF) (9)	4. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) (7)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (1)	1. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) (1)
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (1)	2. Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) (1)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (3)	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) (3)
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) (1)	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Romário (PL-RJ) (2)	1. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (10)
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (2)	2. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) (10)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) (8)	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) (8)

Notas:

1. Em 13.06.2023, os Senadores Sérgio Petecão, Nelsinho Trad e Jorge Kajuru foram designados membros titulares e o Senadores Lucas Barreto e Mara Gabrilli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 63/2023-BLRESDEM).

2. Em 13.06.2023, os Senadores Romário e Carlos Portinho foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 110/2023-BLVANG).

3. Em 13.06.2023, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular e o Senador Humberto Costa, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 68/2023-BLRESDEM).

4. Em 13.06.2023, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 78/2023-BLDEM).

5. Em 14.06.2023, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Jorge Kajuru, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.

6. Em 14.06.2023, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular e o Senador Jayme Campos membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 70/2023 - BLDEM).

7. Em 14.06.2023, os Senadores Carlos Viana e Fernando Farias foram designados membros titulares e os Senadores Zequinha Marinho e Fernando Dueire membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 83/2023-BLDEM).

8. Em 14.06.2023, o Senador Cleitinho foi designado membro titular e o Senador Laércio Oliveira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 30/2023-GABLI/BLALIAN).

9. Em 15.06.2023, a Senadora Leila Barros foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 88/2023-BLDEM).

10. Em 16.06.2023, os Senadores Wellington Fagundes e Eduardo Girão foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 116/2023-BLVANG).



CONSELHOS e ÓRGÃOS**1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR**
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADOR	CARGO
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC)	CORREGEDOR

Atualização: 27/06/2017**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos

Endereço: Edifício Principal - Térreo**Telefone(s):** 33035258**E-mail:** naot@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (MDB-AM)

1ª Eleição Geral: 19/04/1995

8ª Eleição Geral: 26/04/2011

2ª Eleição Geral: 30/06/1999

9ª Eleição Geral: 06/03/2013

3ª Eleição Geral: 27/06/2001

10ª Eleição Geral: 02/06/2015

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

11ª Eleição Geral: 30/05/2017

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

12ª Eleição Geral: 18/09/2019

6ª Eleição Geral: 06/03/2007

13ª Eleição Geral: 21/03/2023

7ª Eleição Geral: 14/07/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PDT, PSDB)	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM)	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL)	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES)	5. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG)
Senador Weverton (PDT-MA)	6. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PT, PSB, REDE)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS)
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)	3. Senador Lucas Barreto (PSD-AP)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES)	4. Senador Rogério Carvalho (PT-SE)
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO)	5. Senadora Ana Paula Lobato (PSB-MA)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Magno Malta (PL-ES)	1.
Senador Jorge Seif (PL-SC)	2.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR)	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS)	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF)
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC)	

Atualização: 21/03/2023

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035258

E-mail: naot@senado.leg.br



3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ
(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

5ª Designação: 11/02/2011

6ª Designação: 11/03/2013

7ª Designação: 26/11/2015

Atualização: 08/02/2017

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



4) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

COORDENADOR:

1ª Designação: 16/11/1995

2ª Designação: 30/06/1999

3ª Designação: 27/06/2001

4ª Designação: 25/09/2003

5ª Designação: 26/04/2011

6ª Designação: 21/02/2013

7ª Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
VAGO	Procurador do Senado

Atualização: 03/02/2017

Secretaria-Geral da Mesa

NAOT

Telefone(s): 33035714



5) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)	PROCURADORA
Atualização: 30/03/2023	



6) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 11/02/2023

Notas:

1. Portaria do Presidente nº 1, de 2023, designa o Senador PLÍNIO VALÉRIO, como Ouvidor-Geral do Senado Federal.



7) CONSELHO DO DIPLOMA PAUL SINGER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



8) COMENDA MISSIONÁRIOS DANIEL BERG E GUNNAR VINGREN
(Resolução do Senado Federal nº 3, de 2023.)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:



9) MEDALHA DE MÉRITO EDUCACIONAL DARCY RIBEIRO
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



10) COMENDA DE INCENTIVO À CARIDADE CHICO XAVIER
(Resolução do Senado Federal nº19, de 2020.)

Secretaria Geral da Mesa

NPFG

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



11) COMENDA REI PELÉ
(Resolução do Senado Federal nº 4, de 2023.)



12) MEDALHA MARIA QUITÉRIA
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



13) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCUDO
(Resolução do Senado Federal nº 7, de 2018)

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG



Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

